



Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*No princípio estava o Mar*  
**Peniche: O Património Cultural, o  
Turismo e o Mar**

Ana Carolina Santos Henriques

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em  
**Lazer, Património e Desenvolvimento**

Coimbra, Outubro de 2010



Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*No princípio estava o Mar*  
**Peniche: O Património Cultural, o  
Turismo e o Mar**

**Ana Carolina Santos Henriques**

Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, apresentada à  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do  
Professor Doutor Norberto Pinto Santos

Coimbra, Outubro de 2010



# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	3
<b>Resumos</b> .....	5
<b>Introdução</b> .....	7
<b>Capítulo I</b>	
1. Reflexão teórica em torno da actividade turística	
1.1. O Turismo e o sistema turístico .....	15
1.2. A Teoria dos Sistemas Funcionais aplicada ao turismo .....	18
1.3. Definição de Turista .....	19
2. Produtos e actividades turísticas .....	22
2.1. Conta Satélite do Turismo .....	23
2.2. Consumidores turísticos e consumo turístico .....	24
3. Bens e serviços turísticos .....	25
4. Turismos de Nicho .....	26
<b>Capítulo II</b>	
1. Do recurso turístico ao desenvolvimento económico regional	
1.1. Do recurso à atracção turística .....	31
2. A atracção turística: “Motor” do desenvolvimento económico regional .....	35
3. Núcleos de Cultura e Lazer	
3.1. Uma análise histórica .....	37
3.2. O tempo livre .....	41
3.3. O Trabalho e o Lazer .....	42
<b>Capítulo III</b>	
1. O Património .....	49
2. O Novo Turista e o Turismo Cultural .....	51
3. O Património enquanto produto turístico .....	53
4. O Património Cultural de Peniche: Um elemento diferenciador .....	55
4.1. Valores Patrimoniais e Histórico-Culturais .....	57
4.1.1 Património Geomorfológico .....	57
4.1.2 Património histórico edificado .....	60
4.1.2.1 Fortificações de Peniche .....	65
4.1.2.2 Museu Municipal da Fortaleza de Peniche .....	68
4.1.3 Património Arqueológico subaquático .....	70
4.1.4 Património Imaterial .....	73
4.1.4.1 Gastronomia .....	73
4.1.4.2 Artesanato .....	76
4.1.4.3 Uma arte popular: As Rendas de Peniche .....	78

<b>Capítulo IV</b>	
1. Introdução ao Turismo Religioso .....	85
2. O Património Religioso em Peniche .....	86
3. Festas, Feiras e Romarias .....	96
<b>Capítulo V</b>	
1. O Turismo de Natureza em Peniche	
1.1 Abordagem ao Geoturismo .....	103
1.2 As falésias do Cabo Carvoeiro: 20 milhões de anos de histórias geológicas com valor patrimonial .....	106
1.3 O Arquipélago das Berlengas: Uma maravilha natural	
1.3.1. O Arquipélago .....	111
1.3.2. Características demográficas e administrativas .....	111
1.3.3. Estruturas de apoio .....	113
1.3.4. Pontos de interesse.....	113
1.3.5. Potencialidades para o Turismo de Natureza .....	114
1.3.6. O papel da Reserva Natural das Berlengas .....	116
<b>Capítulo VI</b>	
1. Actividades e participação turística	
1.1. Peniche, “Capital da Onda” e o Surf .....	119
1.2. Outros desportos náuticos e actividades no âmbito do Turismo de Natureza	128
1.3. Núcleos de Cultura e Lazer em Peniche .....	130
<b>Conclusão</b> .....	137
<b>Bibliografia</b> .....	143
<b>Anexos</b> .....	151

## **Agradecimentos**

Considerando esta dissertação como resultado de uma caminhada que não começou na Universidade de Coimbra, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos os que, de alguma forma, passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje. E agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela sua contribuição directa na elaboração deste trabalho:

Aos meus pais e irmã que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que chegasse a esta etapa da minha vida.

Ao Professor Doutor Norberto Santos, pela paciência na orientação e pelo incentivo que tornaram possível a conclusão desta dissertação.

Ao Professor Luís Filipe Torgal, que foi tão importante na minha vida académica e no desenvolvimento deste trabalho.

Ainda aos amigos e colegas, pelo incentivo e apoios constantes.

*Ana Carolina Henriques*



## **Resumo**

Tendo como território de estudo a cidade de Peniche, o trabalho que aqui apresentamos pretende, através de uma abordagem ao fenómeno da actividade turística e ao conceito do Património enquanto recurso turístico, analisar algumas das potencialidades, ameaças e desafios dos recursos naturais e culturais existentes nesta cidade, com características muito próprias. Serão aqui objecto de atenção os Patrimónios Geomorfológico, Histórico edificado, Arqueológico Subaquático e Gastronómico.

Foi nossa intenção a elaboração de uma investigação de inventariado dos principais recursos turísticos da região de Peniche, traçando algo que se pretende assemelhar a um pequeno roteiro turístico, com pontos de paragem obrigatória em monumentos religiosos e militares, na ilha da Berlenga, que possui uma variedade de ofertas no âmbito do Turismo de Natureza, nas Falésias do Cabo Carvoeiro e nas características Rendas de Peniche, também conhecidas por Rendas de Bilros.

Analisaremos ainda as potencialidades das ondas de “classe mundial” das praias de Peniche para a prática do Surf e outros desportos náuticos, cujo desenvolvimento tem vindo a ser fortemente apoiado pela Câmara Municipal de Peniche, e o impacto deste turismo centrado no Surf na economia local, no desenvolvimento do turismo regional e sua contribuição para um desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Turismos de Nicho, Desenvolvimento, Património, Turismo Cultural, Turismo de Natureza, Geoturismo

## **Abstract**

With the territory of Peniche as study–case, the work that we are tabling intends, through an approach to the phenomenon of tourism activities and the concept of heritage as a touristic resource, to analyze some touristic potential, threats and challenges of natural and cultural resources existing in this city, with highly distinct characteristics. The Geomorphological, Historic edified, Archeological Subaquatic and Gastronomic kinds of heritage will be subject of our attention.

It was our intention to make a research work, focusing an inventory of the main touristic resources in the region of Peniche, outlining something that pretends to be like a small tourist route, with essential staging points in the religious and military monuments, on the island of Berlenga, which has a variety of offers in the context of Nature Tourism, in the cliffs of the Carvoeiro Cap and in the characteristic Peniche Rents, also known as Bilros Rents.

We will also examine the potential of the “world class” waves of the Peniche’s beaches for the practicing of surfing and other nautical sports, which development has been highly supported by the municipality of Peniche, and the impact of Surf Tourism on the local economy, in the growth of regional tourism and its contribution to a sustainable tourism.

**Key Words:** Niche Tourism, Development, Heritage, Cultural Tourism, Nature Tourism, Geotourism

## Résumé

Le territoire étudié est la ville de Peniche. Le travail ici présenté a l'intention, à travers de l'approche du phénomène de l'activité touristique et de la notion de patrimoine comme ressource, d'analyser certains potentiels touristiques, menaces et défis de ressources naturelles et culturelles existant dans cette ville, avec des caractéristiques très distinctives. Les patrimoines Géomorphologiques, historique, archéologique subaquatique et gastronomique feront l'objet de notre spéciale attention.

Nous avons effectué une recherche en réalisant l'inventaire des principales ressources touristiques de la région de Peniche, exposant quelque chose qui puisse ressembler à un petit itinéraire touristique, avec des points de passage et arrêts obligatoires à des monuments religieux et militaires, sur l'île de Berlenga, qui possède une variété d'offres dans le contexte du tourisme de nature, dans les falaises de cap Carvoeiro et les caractéristiques Rendas Peniche, également connu comme Rendas Bilros.

Nous allons examiner le potentiel des vagues de "classe mondiale" des plages du Peniche pour la pratique du surf et d'autres sports nautiques, dont le développement doit être fermement soutenu par la municipalité de Peniche et l'impact du tourisme axé sur le surf au niveau de l'économie locale, du développement du tourisme régional et sa contribution pour un développement durable.

**Mots clés:** Tourisme de recoin, Développement, Patrimoine, Tourisme Culturel, Geo- Tourisme, Tourisme de Nature

## INTRODUÇÃO

Poderemos dizer que um dos momentos mais difíceis e um dos que nos ocupou maior tempo de reflexão aquando da elaboração da presente dissertação, foi a escolha da sua temática. Num curso de segundo ciclo que dá especial enfoque ao lazer, ao património, ao turismo e ao desenvolvimento, estes seriam, *a priori*, assuntos que não poderiam ficar de fora do trabalho que aqui apresentamos. Deste modo, a escolha de um território, de alguma forma *estratégico*, onde pudéssemos aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de um primeiro ano de pós-graduação, foi desde cedo uma preocupação.

Embora a nossa primeira escolha em termos territoriais recaísse em casos de estudo internacionais, estes não tardaram muito em se revelar de extrema dificuldade ou, em última análise, impossíveis, em grande parte devido a motivos logísticos, como a inexistência de uma bolsa de estudo que suportasse custos relativos a deslocações e a dificuldade que adviria da pesquisa sem ou com poucos apoios num país desconhecido. Surgiu-nos, como segunda hipótese, a ideia de desenvolver um trabalho no âmbito do património cultural de Peniche, procurando explorar a sua relação com o Mar e as potencialidades apresentadas para a actividade turística.

Cidade que veio ganhando foros de importância ao longo da segunda metade do século XX, em muito devido a uma intensa actividade pesqueira e ao turismo – como também é nossa intenção demonstrar ao longo das páginas que se seguem – Peniche surgiu no nosso imaginário como um lugar de grandes belezas naturais e de um recorte paisagístico invejável, com um vasto património histórico, cultural e religioso. Desde as magníficas praias existentes ao longo de toda a costa, ideais para a prática de desportos náuticos, ao imponente património cultural, onde se destacam as fortificações e monumentos. A cidade de Peniche, possuidora de

uma vasta riqueza em recursos turísticos, pareceu-nos assim um caso interessante a estudar e as páginas que se seguem testemunham o nosso compromisso em aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de um primeiro ano do curso de Mestrado já referido, a esta cidade de traços culturais tão vincados.

Cabe-nos também aqui explicar o porquê da escolha das primeiras palavras que compõem o título da presente dissertação: *No princípio estava o Mar*, também cabeçalho de uma obra de Gonçalo Cadilhe sobre o surf (“*No princípio estava o Mar: Surf, viagens e outras inquietudes*”<sup>1</sup>). O referido título tem, neste caso, um sentido diferente do que lhe foi atribuído por Cadilhe. A nós pareceu-nos justificar-se tal título, pois parece-nos inegável que tudo em Peniche se move em sintonia com a força maior do Mar, que estimula e alimenta a vida da cidade. O Mar impõe-se como soberano na realidade paisagística e todas as actividades na cidade parecem subordinar-se a ele. Em Peniche, o Mar parece ser a causa e a consequência de tudo o que por ali se passa. E o certo é que os penichenses parecem saber tirar o melhor partido daquilo que esta natureza maior, o Mar, lhes oferece. Hoje, as ondas do Mar de Peniche atraem turistas dos cinco cantos do mundo.

Dizíamos que Peniche apresenta, efectivamente, uma diversidade e riqueza de recursos turísticos que julgamos ser fora do comum, ou seja, uma grande concentração de potencialidades a serem exploradas do ponto de vista turístico, num território relativamente pequeno. Esta cidade trata-se, pois, de um lugar com características muito próprias, que condicionam, hoje como no passado, as várias actividades económicas e sociais de Peniche, incluindo o próprio turismo, e das quais nos cabe, por isso, deixar aqui uma breve exposição.

Peniche e o respectivo concelho localizam-se na faixa costeira ocidental de Portugal continental. Com uma área de aproximadamente 77,7 Km<sup>2</sup> e integrando uma componente continental e outra insular – constituída esta última pelo arquipélago das Berlengas –, o concelho de Peniche confina a nordeste com o concelho de Óbidos e a sul com o concelho da Lourinhã, todos pertencentes à Região de Turismo do Oeste, em território abrangido pela Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A localização de Peniche desde muito cedo exerceu uma forte atracção no que toca à fixação das populações e de importantes actividades económicas, a maior parte delas decorrentes, directa ou indirectamente, das fainas ligadas ao mar, sobretudo à pesca marítima.

---

<sup>1</sup> Cadilhe, Gonçalo (1968), *No princípio estava o mar: surf, viagens e outras inquietudes*, Camarate: Prime Books

Apresenta hoje uma importância que coloca esta localidade como um dos mais pujantes portos de pesca do país, reforçada pelas obras de remodelação há poucos anos realizadas, não obstante ser, até então, um porto ao abrigo dos fortes ventos, da forte ondulação e da corrente marítima predominantes dos quadrantes norte e noroeste.

Não poderia deixar de referir-se também, o facto de Peniche, para além da localização a meio da linha de costa portuguesa, ser hoje sede de um concelho e uma cidade que viu as suas acessibilidades aumentadas e melhoradas. A distância relativa que hoje separa esta região das outras regiões do país e do estrangeiro viu-se drasticamente diminuída: há cerca de 30 anos não havia Auto-Estrada nº 1. Mais recentemente foram construídas as auto-estradas A8, que, de Lisboa, com um percurso Sul-Norte, vem atravessar e servir toda a região do Oeste para seguir em direcção mais ao Norte, e a auto-estrada nº 15 que, quase na perpendicular da A8, liga Santarém a Óbidos ou, por outras palavras, a auto-estrada nº1 à auto-estrada nº 8 (a representação gráfica dos principais eixos rodoviários de acesso a Peniche poderá ser observada no Anexo 1). O Itinerário Principal nº 6, por seu lado, veio permitir ligações rápidas e seguras entre Óbidos e Peniche. Podemos assim dizer que a área que nos propomos estudar, contrariamente ao passado, está hoje servida de forma excelente pelos eixos rodoviários estruturantes do desenvolvimento e da coesão do país, no seu conjunto, e do concelho de Peniche, em particular: Lisboa encontra-se a menos de 100 Km e a menos de 1 hora de caminho; Coimbra encontra-se a cerca de 140 Km e a menos de 1 hora e 30 minutos de caminho; Santarém a cerca de 70 Km e não se demora 1 hora. Maugrado a relativa menor importância do transporte ferroviário nos tempos que correm, não deverá ser menosprezado o papel que poderá desempenhar o facto de a linha do Oeste passar a cerca de 20 Km da cidade de Peniche, potenciando e diversificando as possibilidades de aqui chegar/partir e abrindo, também, a possibilidade de diversificação de públicos e de experiências.

Peniche, pela sua localização, apresenta características climáticas comandadas, essencialmente, pela proximidade do Atlântico. No litoral, sensivelmente no começo de uma linha imaginária que poderia dividir o Norte e o Sul de Portugal, esta região mistura, porém, influências mediterrânicas e atlânticas, com predomínio das segundas. Efectivamente, a região de Peniche tem Verões relativamente frescos – como toda a metade do litoral a norte do Cabo da Roca – com temperaturas médias mensais que não ultrapassam os 20°C e Invernos tépidos, com os valores médios da temperatura a não descenderem abaixo dos 10°C. Tem, portanto, amplitudes térmicas anuais muito atenuadas. As mais elevadas temperaturas de Verão andam

normalmente associados a situações de calma ou a ventos do quadrante Este, enquanto que as mais baixas de Inverno resultam da chegada do ar frio de Este ou de Nordeste, proveniente de anticlones continentais. É quase sempre o continente que impõe quer as mais altas temperaturas do Verão, quer as mais baixas do Inverno. No Cabo Carvoeiro a temperatura máxima (35°C) registou-se no mês de Agosto e a temperatura mínima (0°C) nos meses de Janeiro e Dezembro.

O regime do vento na costa, elemento meteorológico de fundamental importância para a prática de desportos náuticos como o surf, é determinado pelo efeito conjunto da circulação atmosférica de larga escala e das brisas locais de variação periódica diurna.

Na faixa costeira ocidental portuguesa, os ventos predominam, em regra, do Norte e do Noroeste. Em Peniche (Cabo Carvoeiro) é visível a preponderância, quase absoluta da nor-tada, fruto parcialmente da situação desabrigada deste território peninsular abraçado pelo mar. Quando a circulação de larga escala origina calma, criam-se condições para que na região sopra uma brisa de Oeste ou de Noroeste, sobretudo durante o dia, especialmente à tarde. No período nocturno a brisa sopra de Este ou de Sudeste, mais sensível na madrugada. Esta alternância brisa-marinha/brisa-terrestre é tanto mais evidente quanto mais são elevadas as amplitudes térmicas diárias.

Em condições meteorológicas de maior escala, susceptíveis de originar ventos, o efeito combinado destes e das brisas atrás referidas pode suscitar, consoante o período do dia, o aumento ou a diminuição da velocidade do vento: da actuação conjunta dos ventos de Oeste ou de Noroeste com a brisa marítima resulta um aumento da velocidade do vento, especialmente notório para o fim da tarde, verificando-se uma diminuição do mesmo durante a madrugada; se, por outro lado, o efeito das brisas se combinar com os ventos de Este ou de Sudeste, registam-se ventos mais fortes durante a madrugada tendentes a diminuir de velocidade ao longo do dia.

Consideramos ainda ser de relativa pertinência, deixar aqui um apontamento referente ao facto de a autora da dissertação aqui exposta não possuir uma formação superior de primeiro ciclo, correspondente, portanto, ao grau de Licenciatura, nas áreas de Geografia ou Turismo; sendo sim, titular de uma formação base, de primeiro ciclo, aos níveis de Jornalismo e Comunicação Social. A autora terá enveredado pela frequência de um Mestrado nas áreas do Lazer, Património e Desenvolvimento, com o objectivo de aprofundar e adquirir novos conhecimentos no âmbito das áreas referidas, com vista à preparação para um futuro desem-

penho enquanto jornalista de viagens, temas culturais, espectáculos e cobertura de eventos, entre outros.

Gostaríamos assim de alertar os leitores para o facto de que o trabalho que aqui apresentamos não pretender, como seria de esperar, contribuir para a formação de uma geógrafa ou de uma turismóloga, mas sim de uma jornalista/repórter de viagens. Deste modo, achámos por bem que grande parte do processo da nossa investigação e, mesmo o carácter da linguagem por nós aqui utilizada, fosse baseado nas competências adquiridas ao longo de uma licenciatura e alguns meses de exercício da profissão. Assim, ao longo do nosso trabalho pensamos ser visível a nossa predilecção pela descrição (em jeito de reportagem ambiente), a utilização de uma *reportagem fotográfica*, onde se valorizam as várias fotos recolhidas pela autora ao longo da sua pesquisa no terreno, a importância que atribuímos à contextualização social, muitas vezes recuando na história em busca de origens e justificações, a pesquisa no terreno, a inventariação e o intuito da promoção e divulgação, ao invés de nos focalizarmos em questões de gestão e funcionamento de processos de carácter turístico, mais da competência de um profissional de turismo.

O facto de a formação de primeiro ciclo da autora não coincidir com uma grande parcela dos domínios científicos leccionados no Mestrado de Lazer, Património e Desenvolvimento, ergueu, como seria de esperar, alguns obstáculos ao longo da elaboração do presente trabalho. Estamos, assim, seguros que a aplicação de conceitos, conteúdos, manuseamento de dados estatísticos, análise e construção de mapas, bem como a utilização de metodologia de investigação muito própria do domínio turístico, representou para nós um estudo e um trabalho acrescido, que precisamos ainda de aprofundar, mas muito enriquecedor.

Contudo, com algumas falhas, assuntos que merecem uma abordagem mais completa e atractivos que ficaram por referir, muito em parte por motivos relativos à imposição de um limite de páginas para o presente trabalho, julgamos que os objectivos primordiais por nós inicialmente traçados foram, na sua essência, alcançados.

A metodologia a que recorremos é constituída pela pesquisa bibliográfica, tanto nos capítulos introdutórios, mais teóricos, como nos capítulos em que analisamos em concreto o caso de Peniche. Porém, se nos capítulos introdutórios, mais científicos e gerais, nos foi suficiente o recurso à vasta bibliografia existente no âmbito da actividade turística e património, já no que respeita ao caso de Peniche, este recurso cedo se revelou insuficiente. Assim, no

âmbito da nossa investigação no território de Peniche, socorremo-nos com frequência de fontes provenientes da comunicação social, internet, recolha de panfletos e brochuras informativas e diversas visitas ao terreno, onde recolhemos dados fundamentais – incluindo os excertos de entrevistas e as fotografias que figuram nesta dissertação. Foram também realizadas entrevistas junto da autarquia penichense e entidades com responsabilidades nas áreas da cultura e turismo e recolhidas informações em escolas e lojas de surf, restaurantes e outras instituições de lazer, associativismo e animação social.

O trabalho aqui apresentado pretende, deste modo, traduzir-se na conjugação harmoniosa da informação que, ao longo de um período de doze meses, foi por nós recolhida junto das mais diversas fontes. Pretende ser ainda fruto de uma análise pessoal, crítica e construtiva por parte da sua autora.

Dividimos o nosso trabalho em seis capítulos principais, que pretendem interagir entre si e serem complementares, através de ligações temáticas óbvias. Segue-se uma breve apresentação dos Capítulos que o compõem.

O Capítulo I constitui uma reflexão teórica em torno da actividade turística onde, numa primeira fase, abordamos o funcionamento do sistema turístico e procuramos aplicar a Teoria dos Sistemas Funcionais ao turismo, ao que se segue uma análise em torno da pluralidade de definições existentes para o termo “turista”, onde são confrontadas ideias de diferentes autores. Numa segunda secção, é dado especial enfoque aos produtos e actividades turísticas, fazendo referência à importância da Conta Satélite do Turismo. Neste capítulo é abordado também o conceito de “Turismos de Nicho” (no qual se incluem alguns dos tipos de turismo praticados em Peniche, nomeadamente o surf e desportos náuticos, Turismo de Natureza e Geoturismo).

Com o Capítulo II pretendemos mostrar como os recursos turísticos podem ser motivo de desenvolvimento económico regional e como se processa a transformação do recurso em produto/atração turística. Serão, depois, analisados os meios necessários para que uma atracção turística seja, por si, uma alavanca do desenvolvimento económico regional. Continuaremos ainda com uma abordagem ao Lazer, enveredando pela sua interessante, e fundamental para uma compreensão global deste termo, evolução histórica. Apresentaremos ainda alguns conceitos intimamente ligados ao Lazer, como *Tempo Livre e Trabalho*.

O capítulo seguinte é dedicado ao Património, que é aqui pensado enquanto produto turístico, responsável pelo surgir do Turismo Cultural e do Novo Turista. Serão identificados

os valores culturais diferenciadores de Peniche, assentes nos patrimónios Geomorfológico, Histórico edificado, Arqueológico subaquático e Imaterial (Gastronomia e Artesanato), que possibilitam o desenvolvimento de uma sólida actividade turística assente no *Touring Cultural* e Paisagístico, Turismo Científico e Turismo de Natureza. Pretendemos, ao longo deste capítulo, demonstrar que a potencialização dos produtos turísticos depende da capacidade em identificar e preservar os atractivos patrimoniais de índole cultural, reconhecer e mitigar as ameaças que sobre estes recaem e, principalmente, definir e executar, em necessária articulação entre sectores público e privado, adequadas estratégias de valorização da herança cultural, que constitui um evidente vector de desenvolvimento sustentável. Pelas suas características muito específicas enquanto elementos de interesse patrimonial, apresentamos ainda dois “sub-capítulos”, que pensamos constituírem um precioso complemento à questão do Património Cultural de Peniche. O primeiro, dedicado às Fortificações de Peniche e o segundo, onde conheceremos brevemente a arte popular mais característica de Peniche – as Rendas de Bilros.

Já o Capítulo IV é dominado pela temática do Património e Turismo Religioso. Após uma breve análise, de carácter teórico, do assunto do Turismo Religioso, seu significado e importância, que se considera da maior relevância para compreender o peso do património, cultura e tradição religiosa na actividade turística, segue-se uma apresentação dos principais elementos que compõem o sector do Turismo Religioso em Peniche, analisando o seu contexto histórico, social, relação com o Mar e com a própria cidade, incluindo uma interessante incursão pelas festas, feiras e romarias de carácter religioso, que fizeram e fazem parte da identidade de Peniche.

O Capítulo V fala, essencialmente, do Turismo de Natureza em Peniche. Após uma primeira abordagem ao conceito de Geoturismo (elemento muito presente nos recursos turísticos de natureza de Peniche), procuramos mostrar o porquê de Peniche, com as imponentes falésias do Cabo Carvoeiro, ser hoje um lugar creditado, nacional e internacionalmente, no âmbito de algumas práticas de Turismo de Natureza. Já numa secção referente ao território insular das Berlengas, analisaremos as principais características deste arquipélago – um reconhecido Geomonumento - dando especial enfoque às infra-estruturas existentes neste território, sugerindo pontos de interesse e analisando as potencialidades deste território, pleno de recursos naturais, para a prática de Turismo de Natureza. Serão referidas também algumas

estratégias de animação ambiental, bem como analisada a capacidade de criação de micro e pequenas empresas que possam trabalhar em parceria com a Reserva Natural das Berlengas.

O Capítulo VI é, assim julgamos, uma secção crucial do presente trabalho. Isto porque neste capítulo tratamos um conjunto de recursos turísticos que têm vindo a colocar Peniche entre os melhores destinos do mundo para a prática de actividades relacionadas com o mar, como são o Surf, a pesca desportiva e os mais diversos tipos de mergulho. A título de complemento, serão referidas ainda outras potencialidades da região no âmbito do Turismo de Natureza. Ainda no âmbito das actividades e da participação turística, e tendo em conta o estudo de base teórica efectuado no Capítulo II, com *Núcleos de Cultura e Lazer*, finalizamos o derradeiro capítulo do nosso trabalho com uma incursão pelos principais núcleos de cultura e lazer que marcaram e marcam a cidade de Peniche.

A Conclusão, além de servir às tradicionais considerações finais, pretende ainda servir à autora como espaço de sugestões e análise relativa a alguns recursos da cidade que em muito beneficiariam com diferentes acções.

Considerámos ainda interessante e relevante complementar a presente investigação com a introdução de uma sucessão de anexos, que pretende ser rica em informação e elucidativa. Incluímos, assim, na secção “Anexos”, notícias e comunicados de imprensa relativos a eventos, divulgações, algumas receitas da gastronomia tradicional de Peniche, o excerto de um estudo de Ernâni Lopes sobre as potencialidades do turismo centrado nos recursos marítimos, plantas da cidade com a indicação de serviços e sítios de interesse turístico, entre outros.

Queremos alertar os leitores para o facto de o texto que apresentamos revelar alguma repetição de ideias. Depois de confrontados com este problema, optámos pela decisão de não mutilar o discurso original. Tal preferência, não obstante poder ser discutível, terá, na nossa perspectiva, as virtudes de, porventura, tornar a nossa exposição mais coerente e de melhor esclarecer os leitores sobre aspectos que consideramos fundamentais para a compreensão global das ideias por nós expressas.

## CAPÍTULO I

### 1 Reflexão teórica em torno da actividade turística

#### 1.1. O Turismo e o sistema turístico

O turismo é uma actividade complexa que se inter-relaciona com diversos sectores da sociedade e da economia (OMT, 1995). O facto de o turismo não ser um simples conjunto de indústrias, de ser uma actividade económica, que inclui o comportamento humano, o uso de recursos e a interacção com outras pessoas, economias e ambientes, torna ainda mais difícil a sua definição.

Ora, esta definição torna-se mais importante quando o objectivo do estudo tem uma vertente económica. Assim, é necessário recolher dados, quantificá-los e estabelecer relações entre eles. É, portanto, essencial chegar a conclusões quantificáveis, que forneçam noções exactas e precisas sobre esta actividade.

Para podermos analisar o fenómeno do turismo é necessário, em primeiro lugar, saber como este funciona. Para o podermos estudar temos, efectivamente, de saber o que se entende por turismo, encontrando uma definição que o delimite. Assim, de uma forma geral e simplificada, poderíamos afirmar que o turismo é a actividade que decorre dos movimentos turísticos. No entanto, quanto mais abrangente se torna o seu estudo, mais complexa se torna a sua definição. O turismo é um compósito de actividades, de serviços e de indústrias que oferecem uma experiência de viagem. Basta considerarmos os aspectos multidimensionais do turismo (tempo, espaço, função) e as suas interacções com outras actividades, para percebermos como é difícil chegar a uma definição consensual e universalmente aceite. Para além de que, qualquer tentativa de definir o turismo terá que considerar os vários e distintos grupos que nele participam e por ele são afectados.

McIntosh e Goeldner (1986) identificam esses grupos distintos, cuja perspectiva face ao turismo é necessária e essencial para chegarmos à sua definição: os diferentes tipos de turistas, as actividades económicas que oferecem bens e serviços, o governo da comunidade receptora e a própria comunidade receptora (ver Quadro 1).

1. Diversos tipos de Turistas	Encaram o turismo como um meio através do qual podem satisfazer várias experiências físicas e psíquicas
2. Actividades económicas de bens e serviços	Encaram o turismo como uma oportunidade para obter lucro
3. Governo da comunidade receptora	Encaram o turismo como um factor positivo para a economia, para os rendimentos da população da área receptora
4. Comunidade receptora	Encaram o turismo como um factor cultural, de troca de valores e como um recurso para a geração de emprego

**Quadro 1:** Quatro diferentes perspectivas de encarar o turismo. Fonte: Adaptado de McIntosh e Goeldner (1986)

Apesar de distintos, estes grupos precisam de interagir entre si, para criar algo semelhante a uma “democracia participativa”, sendo partes inter-relacionadas de um todo, o que torna a tarefa de análise e definição do turismo bastante complexa. Com efeito, qualquer medida tomada por um desses grupos, directa ou indirectamente, influencia os outros. Daí que, deste modo, o turismo deva ser encarado de outra forma, mais abrangente e que tenha em consideração as acções e reacções de todos os grupos no seu todo, formando uma rede na qual essas acções e reacções têm uma repercussão. Olhando-o como um todo, como um sistema, conseguindo estabelecer elos de ligação, também mais facilmente conseguiremos antecipar as consequências inerentes a essas acções e reacções no seio do sistema turístico.

Ainda que não exista consenso no que diz respeito a uma definição de turismo universalmente aceite, Bull (1995) salienta alguns dos aspectos que são geralmente encontrados nas diferentes definições:

- as necessidades, desejos e interesses dos turistas;

- o comportamento na selecção de destinos e as suas restrições;
- viajar para fora de casa;
- a interacção entre visitantes e aqueles que actuam do lado da oferta turística;
- impactos sobre os turistas, a comunidade receptora, a economia e o ambiente.

Também estes aspectos estão interrelacionados, também eles se movem num todo, uns condicionando os outros.

Por sua vez, Beni (2001) afirma que existem tantas definições de turismo, quantos os autores que tratam o assunto, constituindo esta uma das várias dificuldades existentes para encontrar uma definição consensual e universal para a actividade turística. O mesmo autor defende ainda que existem três tendências para a definição de turismo: as definições económicas que só reconhecem as implicações económicas e empresariais do sector, as definições técnicas que fornecem conceitos para uma definição geral de aplicação internacional e interna e as definições holísticas que procuram abranger a essência total do assunto.

Com efeito, inúmeros estudos, das mais diversas índoles, abordam o fenómeno turístico: estudos económicos, sociológicos, geográficos, ambientais, históricos, entre outros, que justificam a interdisciplinaridade do turismo e que, naturalmente, influem sobre a sua definição.

Seguindo esta linha de pensamento, McIntosh e Goeldner (1986) defendem que devido à magnitude compósita do turismo, o mesmo é abordado segundo diversos métodos, consoante o objectivo que se pretende atingir. Os estudos existentes sobre o assunto realçam os seguintes métodos ou abordagens utilizadas: *abordagem institucional, abordagem pelo produto, abordagem histórica, abordagem pela gestão, abordagem económica, abordagem sociológica, abordagem geográfica, abordagens interdisciplinares e abordagens sistémicas*. Estas últimas, referidas como as necessárias para compreendermos o turismo como um todo, como um conjunto organizado de grupos e actividades, interagem entre si.

Tanto Beni (2001) como McIntosh e Goeldner (1986) fornecem pistas para o que diversos autores chamam de “sistema funcional do turismo”. A abordagem sistémica, referida por McIntosh e Goeldner e as definições holísticas de Beni, indicam-nos o caminho para o que consideramos, no presente estudo, a melhor forma de observar e estudar o fenómeno turístico.

Deste modo, a amálgama de actividades que compõem o turismo só poderá ser estudada após conseguirmos contemplar o turismo como partes consistentes e interrelacionadas.

## 1.2. A Teoria dos Sistemas Funcionais aplicada ao turismo

O turismo não escapa às limitações que dificultam a investigação empírica de outras ciências sociais. Em primeiro lugar, a actividade turística é fortemente afectada pelas condições culturais e pelos avanços tecnológicos dos diversos grupos sociais; em segundo lugar, para se alcançarem conclusões válidas, estas têm de ser comparadas e verificadas de forma contínua pelos diversos sectores que compõem a oferta e a procura; em terceiro lugar, dada a natureza pluridimensional do turismo e do grande número de actores que nele intervêm, torna-se difícil transformar esta situação ambígua numa situação unificada; em quarto lugar, nem sempre se consegue estabelecer uma correlação estrita entre acções e reacções; por último, para compreender o fenómeno turístico é necessário conhecer, previamente, a sua envolvente física, bem como leis que regem este fenómeno.

Segundo Churchman (citado em Guell, 1968) para se caracterizar um sistema funcional têm de se identificar cinco parâmetros:

- os objectivos e o rendimento do sistema;
- a envolvente do sistema: os condicionantes fixos;
- os recursos do sistema;
- as componentes do sistema
- a gestão do sistema.

Guell (1968) considera viável considerar o turismo como um sistema funcional, uma vez que este verifica os cinco parâmetros acima indicados.

Na sua aproximação ao sistema turístico, e tendo em consideração a diversa bibliografia existente sobre o assunto, Guell considera ainda sete componentes básicos que compõem o sistema funcional do turismo: *os turistas, as atracções, os serviços turísticos, as infra-estruturas básicas, o transporte, os sistemas de informação e direcção e, por último, os mecanismos de promoção e comercialização.*

Para o estudo que se pretende desenvolver, consideramos o turismo enquanto um sistema funcional, uma vez que é importante conhecer, não só a importância que cada um dos autores do sistema funcional do turismo tem no seu todo, mas também quais as interdependências existentes entre eles e o quanto uns poderão afectar os outros.

De uma forma geral, os produtores turísticos não têm a percepção de que a sua actividade influi sobre outras ligadas ao sector. Por exemplo, o hoteleiro que recebe o turista considera-o como seu cliente exclusivo, criando a ilusão de que só o que se passa depois de o turis-

ta entrar pela sua porta terá influência na sua actividade. Porém, existem outros factores que condicionam a estadia do turista. Se o cliente obtiver um tratamento insuficiente face às expectativas que levava, em qualquer um dos pontos do processo turístico, provavelmente não regressará não só àquela unidade hoteleira, mas também ao local visitado. Esta visão míope do turismo impede os agentes de agirem face a determinadas situações, que poderiam antecipar, se encarassem a sua actividade como inserida num todo. Digamos que o sistema funcional do turismo é como uma teia de aranha – toca-se numa parte e sentem-se reverberações por toda ela.

Segundo Mill e Morrison (1985), o sistema funcional do turismo divide-se em quatro partes: *mercado, viagem, destino e marketing*, cada uma delas exercendo influência directa ou indirecta sobre as outras. Na sua obra *The Tourism System – An Introductory Text*, os referidos autores descrevem minuciosamente cada uma dessas partes do sistema, bem como as interacções existentes entre elas, de forma a que aqueles que operam dentro do sistema possam aperceber-se de quem afectam com as suas acções e quem são os que, por sua vez, os afectam a eles, permitindo-lhes, assim, anteciparem acções e incrementarem e adaptarem os seus serviços.

Na verdade, nenhum proprietário ou gestor tem o completo controle do seu destino, mas quanto mais souberem uns sobre os outros, mais facilmente atingirão o sucesso das suas próprias empresas, sejam elas comerciais, sem fins lucrativos ou governamentais. O turismo não pode ser planeado sem existir um perfeito entendimento das relações das diversas componentes da oferta, especialmente, porque estas se relacionam com a procura de mercado (Gunn, 1994).

Gunn (1994) foi uma das pioneiras na aplicação do sistema funcional ao turismo. Na sua abordagem ao turismo através deste sistema, pretende acima de tudo encontrar uma base essencial para o planeamento sustentável do turismo e para criar políticas que orientem os seus principais actores.

### **1.3. Definição de turista**

Depois de abordado o conceito de turismo e o sistema funcional do turismo, torna-se importante definir turista, o nome dado ao utente da actividade turística.

O termo turista remonta ao século XVIII e está associado ao *Grand Tour*, que tinha como paragens obrigatórias, incluídas no itinerário, célebres cidades como Paris, Roma, Florença e outras cidades europeias, centros de arte e cultura na época. O mercado emissor que caracterizava esta viagem era então composto por membros de famílias ricas inglesas, por estudantes, diplomatas e intelectuais, que se passaram a designar por *touristes*, termo derivado de *tour*. Fruto da evolução do sector e do seu alargamento a outros mercados emissores, o termo aplica-se, hoje em dia, a todos os utentes da actividade turística, independentemente dos factores económicos, sociais e culturais que os caracterizam e do tipo de viagem realizada.

Se no que diz respeito à definição do termo turismo ainda não existe um consenso, já no que diz respeito ao conceito de turista, existem diversas directivas que nos orientam nesse sentido.

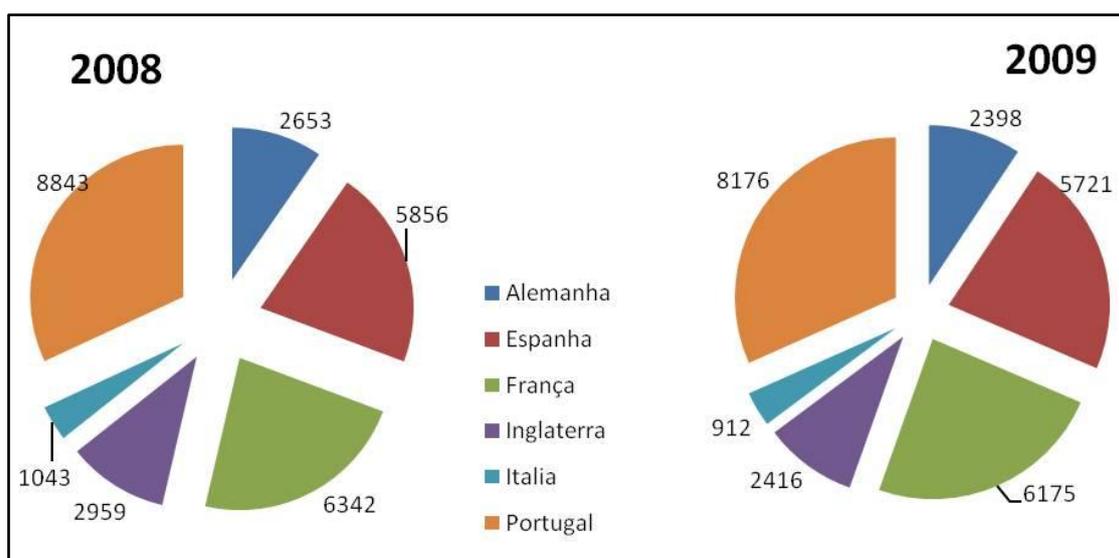
Tendo em conta a necessidade de tornar convergentes as estatísticas turísticas internacionais, a Comissão Económica da Sociedade das Nações definiu, em 1937, pela primeira vez, o termo turista como *qualquer pessoa que viaja por um período de 24 horas ou mais para um local que não seja o da sua residência habitual*. Deste modo, eram considerados turistas todas as pessoas que viajassem por prazer, por razões familiares, de saúde, negócios, conferências, reuniões, missões diplomáticas, religiosas, desportivas e administrativas. Até 1937, o chamado turismo de negócios não era ainda considerado como um tipo de turismo. Contudo, nesta definição, não eram consideradas turistas as pessoas que, com ou sem contrato de trabalho, chegassem a um país para ocupar um emprego ou exercer uma qualquer actividade profissional, as pessoas que fixassem a sua residência nesse país, os viajantes em trânsito, os estudantes, bem como os residentes em zonas fronteiriças que atravessassem a fronteira para trabalhar num outro país. Porém, em 1950, a União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), hoje Organização Mundial de Turismo (OMT), entendeu que se justificava a inclusão dos estudantes na categoria de turistas, uma vez que através destes se geravam receitas estrangeiras no país de acolhimento.

Numerosas alterações se seguiram, propostas por diversas organizações e, devido às dificuldades de comparação estatística que tais divergências apresentavam, a UIOOT tomou a iniciativa de apresentar uma definição uniforme capaz de integrar os elementos caracterizadores do turismo. Assim, em 1963, em Roma, na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, foi apresentada a proposta de definição de visitante, a qual se divide em turistas e excursionistas, sendo que os primeiros são os visitantes que per-

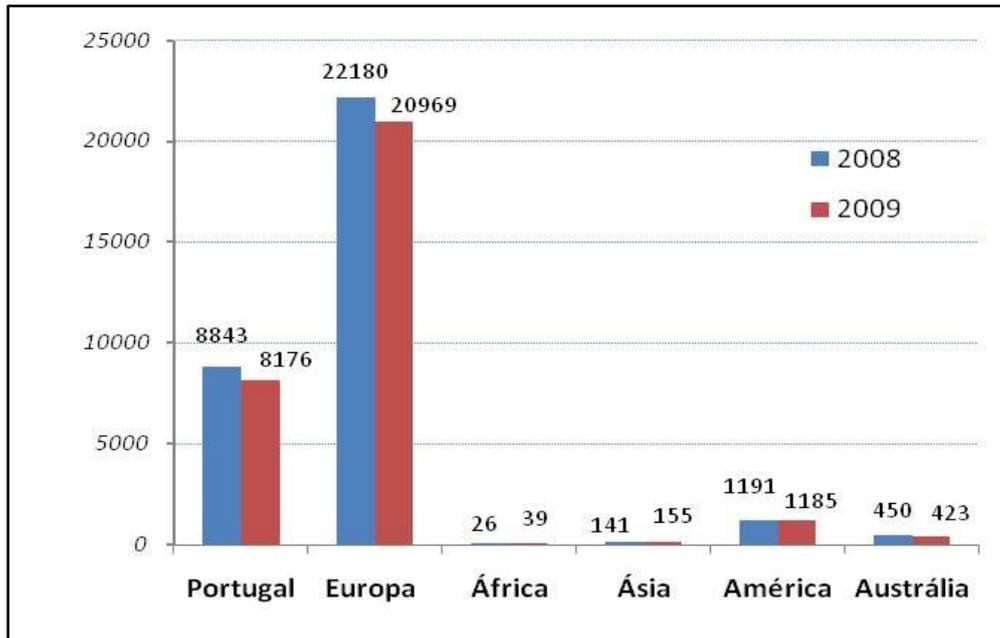
manecem mais de 24 horas num local que não seja o da sua residência, e os segundos são os visitantes que permaneçam menos de 24 horas no espaço visitado.

Apesar de o turismo ter evoluído e de terem sido feitas algumas emendas ao conceito, o sistema proposto pelas Nações Unidas continua a ser o utilizado para fins estatísticos internacionais. No entanto, no que concerne à estatística nacional, esta definição torna-se incompleta, uma vez que não inclui o turismo interno, razão pela qual, em 1983, a Organização Mundial do Turismo elaborou uma definição de turismo nacional e de visitante nacional, que naturalmente abrange as definições de turista nacional e excursionista nacional.

A título de exemplo, nos Gráficos 1 e 2, podemos observar a proveniência dos turistas em Peniche, a nível europeu e mundial, nos anos de 2008 e 2009, sendo claramente notória a predominância de turistas internacionais (sobretudo provenientes de outros países da Europa) face à parcela representativa do turismo nacional.



**Gráfico 1** – Proveniência dos turistas em Peniche (seis países da Europa mais representativos).  
Fonte: Dados cedidos pelos Serviços de Turismo de Peniche



**Gráfico 2** – Proveniência dos turistas em Peniche segundo o continente de origem. Comparação com o número de turistas de origem nacional.

Fonte: Dados cedidos pelos Serviços de Turismo de Peniche

## 2

### Produtos e actividades turísticas

Para o estudo que se pretende desenvolver é sem dúvida fundamental saber, exactamente, quais as actividades consideradas como turísticas, que fazem parte do sector turístico e que podemos contabilizar quando procedemos à análise das despesas efectuadas pelos visitantes.

Com efeito, determinar o que pode ser considerado como investimento turístico foi desde sempre uma das dificuldades encontradas pelos investigadores e académicos que se interessam por este sector. Estabelecer uma fronteira entre o sector turístico e os outros que a ele estão interligados, conseguir distinguir consumo turístico de outros tipos de consumo; no fundo, filtrar as receitas da economia, conseguindo deixar no filtro as receitas turísticas é um aspecto relevante quando pretendemos analisar o fenómeno turístico em toda a sua amplitude.

Com base nestas dificuldades e também pelo obstáculo inerente à falta de uniformização de dados, a Organização Mundial do Turismo, desde cedo, propôs a criação da Conta Satélite do Turismo. Este projecto foi desenvolvido e serve, actualmente, de modelo para diversos países, numa tentativa de estandardização.

## **2.1. Conta Satélite do Turismo**

As Contas Satélites anexadas ao Sistema Central de Contas Nacionais, foram criadas com o objectivo de nelas agruparem consumidores que se encontravam fora dos padrões normais de uma Conta Nacional. Assim sendo, os consumidores aí representados têm características que os distinguem dos demais consumidores. No caso do turismo, os consumidores têm a particularidade de se encontrarem fora do seu ambiente natural, sendo essa a característica que os distingue dos demais consumidores. As Contas Satélites são utilizadas para representar áreas específicas que não se encontram correctamente identificadas no sistema de Contas Nacionais, mas que poderiam ser consideradas como subsistemas deste sistema principal.

Sendo o turismo um sector específico, onde, tal como foi referido, o consumo é feito fora do local normal de residência, este torna-se, automaticamente, um subsistema desse sistema principal. Esta lacuna e o facto de a informação estatística existente sobre o fenómeno turístico ser, na sua generalidade, escassa e incompleta “priva os governos, as empresas e os cidadãos de informação fidedigna que permita a eficácia das políticas públicas, a eficiência dos negócios das empresas e a melhoria da qualidade de vida dos visitantes e anfitriões” (OMT, 1999).

Com efeito, os dados estatísticos tornam-se ainda mais importantes quando o objectivo é determinar o papel que o turismo pode ter no desenvolvimento económico local, regional ou nacional. É fundamental, portanto, estabelecer uma linha que indique, com exactidão, qual o papel económico do sector turístico face aos outros sectores económicos, para assim podermos estabelecer termos de comparação. Do passado restam os indicadores relativos ao tipo de visitante, às motivações turísticas, ao tipo de viagem, entre outros, assistindo-se hoje a uma necessidade crescente de desenvolver conceitos referentes aos efeitos directos, indirectos ou induzidos que o sector turístico pode ter nos principais indicadores económicos. Assim o obrigam a evolução e a expansão do sector turístico.

A Comissão de Estatísticas das Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo têm vindo a trabalhar no sentido de estabelecer definições e classificações com o objectivo de obter dados comparáveis internacionalmente. A Conta Satélite do Turismo é o resultado desse trabalho conjunto, cujo objectivo “é o de avaliar em detalhe todas as componentes da procura de bens e serviços que poderiam estar associadas ao turismo no âmbito de uma economia de compilação” e cuja estrutura fundamental “é baseada no equilíbrio entre a oferta e a procura de bens e serviços numa economia” (OMT, 1999).

## 2.2. Consumidores turísticos e consumo turístico

Antes de avançarmos com os dados que constam da Conta Satélite do Turismo, é necessário conhecer os consumidores considerados para a construção dos mesmos. Neste caso falamos de visitantes, termo que abaixo iremos relembrar:

*Visitante* – Qualquer individuo que viaje a um local que esteja fora do seu ambiente habitual por um período inferior a doze meses e cujo motivo principal da visita não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado (definição oficial da ONU e da OMT).

Sabendo quais os consumidores que serão considerados para a Conta Satélite do Turismo, torna-se importante conhecer o consumo que será tido em conta nesta avaliação. Falamos de *consumo turístico*, ou seja, da “despesa total de consumo efectuada por um visitante ou por conta de um visitante para e durante a sua viagem e a sua permanência no local de destino” (OMT, 1999).

Sendo igualmente importante determinar o local onde este consumo é efectuado e não se podendo concluir que todas estas despesas ocorrerão no seio de toda esta economia, torna-se necessário desagregar o termo, dividindo-o em consumo turístico receptor, consumo turístico emissor e consumo turístico interno, sendo estes os principais conceitos a definir, embora o mesmo possa ainda ser alargado, consoante se somem partes deste tipo de consumo.

O consumo turístico receptor define-se como o que “resulta directamente da viagem de visitantes não residentes, para e no interior da economia de compilação. O consumo relevante, neste caso, é limitado às compras efectuadas junto dos fornecedores que residem na economia de compilação” (OMT, 1999).

Já o consumo turístico emissor “resulta directamente das viagens dos residentes para outros países que não seja aquele em que residem. Apesar da maioria deste consumo ser efectuado fora da economia de compilação, tais compras podem incluir bens e serviços produzidos no país de residência do visitante e adquiridos durante a viagem” (OMT, 1999).

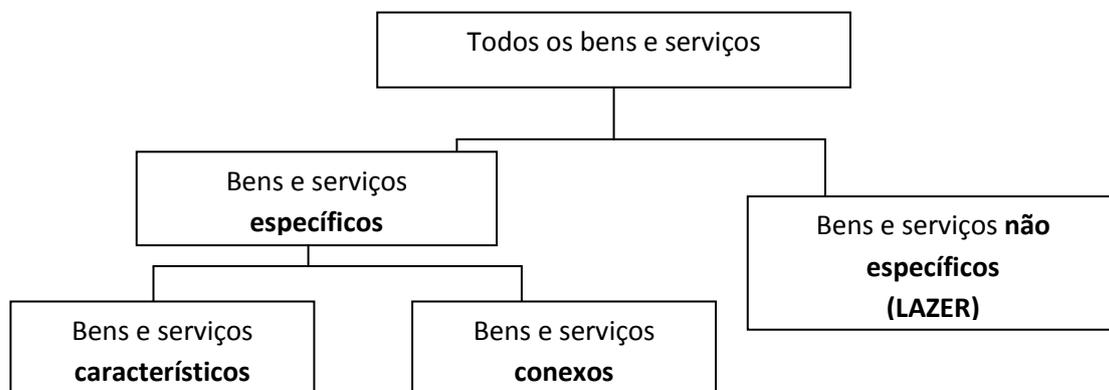
Por sua vez, o consumo turístico interno “é o consumo turístico que resulta directamente das viagens efectuadas pelos visitantes residentes ao interior do seu país de residência” (OMT, 1999).

### 3

## Bens e serviços turísticos

Importa ainda definir quais os bens e serviços considerados para o consumo turístico e que serão analisados nos quadros da Conta Satélite do Turismo.

Num projecto paralelo à Conta Satélite do Turismo, a Organização Mundial de Turismo desenvolveu o Código dos Produtos Turísticos, relativo à classificação de bens e serviços turísticos. Assim, utilizando os critérios estabelecidos neste Código, encontramos os produtos característicos do turismo, que se definem como “aqueles que na maior parte dos países deixariam de existir numa quantidade significativa, ou cujo consumo diminuiria de forma significativa na ausência de turismo e para os quais é possível obter dados estatísticos”; produtos conexos do turismo, ou seja, “aqueles que são consumidos em quantidades significativas pelos visitantes, mas que não estão incluídos na lista de produtos característicos do turismo”, e ainda os produtos específicos do turismo, que se definem como o “conjunto dos produtos



**Quadro 2:** Conjunto de bens e serviços turísticos **Fonte:** Conta Satélite do Turismo – OMT

característicos do turismo e dos produtos conexos do turismo”. (OMT, 1999) (ver quadro 2).

As actividades que originam os bens e serviços característicos do turismo são denominadas por actividades características do turismo e é, pois, sobre estas que iremos, ao longo dos próximos capítulos, debruçar-nos, tentando, com base nestas, avaliar o desenvolvimento turístico da cidade de Peniche.

Tal como na maioria das Ciências Sociais, nas quais o turismo se insere, são muitos os factores endógenos e exógenos que o condicionam. Com efeito, o turismo engloba diversas actividades, muito diferentes umas das outras, mas que em conjunto trabalham para um bem comum: o de proporcionar aos visitantes uma experiência anímica e, portanto, difícil de quantificar. A concretização ou não dos objectivos desejados, pela parte da procura, terá, sem dúvida, uma repercussão da parte da oferta, havendo uma continuidade na busca dos produtos oferecidos caso estes correspondam às expectativas procuradas, ou não havendo continuidade, caso tal não se verifique.

Independentemente da multiplicidade das actividades que compõem o produto turístico e da ideia incorrecta de que umas não condicionam as outras, elas estão interligadas, tal como o demonstra a teoria do sistema funcional do turismo, já aqui abordada, sendo que a má gestão de uma destas actividades poderá condicionar todo o processo turístico e, por conseguinte, todas as outras actividades que integram o sistema.

O visitante tem, no processo turístico, um papel de soberania, uma vez que é dele e da experiência que lhe possamos proporcionar que depende todo o processo turístico. Sabendo antecipadamente qual a repercussão que determinada acção, dentro do sistema turístico, poderá vir a ter, mais facilmente poderemos agir, criando condições para o bom funcionamento do processo como um todo.

## 4

### Turismos de Nicho

Os “turismos de nicho” têm emergido como contraponto ou alternativa ao turismo massificado e estandardizado que, nas últimas décadas, povoou as costas balneares, as cidades e as montanhas nevadas de muitos países, da Europa ao continente americano ou ao extremo oriente, criando novos caminhos e factores de competitividade às economias locais, mas também, simultânea e aceleradamente, transformado e adulterado paisagens, congestionando e

insustentabilizando lugares de destino, aculturando e alterando os modos de vida das populações receptoras.

Contrariamente, aos “turismos de nicho” – cuja designação corresponde à adaptação de um conceito vulgarizado no seio da Ecologia – está associada uma lógica de sustentabilidade territorial, de motivações e escolhas turísticas alternativas, mais intimistas e genuínas, mas também a novos modismos. Os turismos de nicho agregam uma variedade de produtos turísticos em que a escala limitada da sua procura tende a ser um dos principais critérios de identificação. Em muitos contextos sócio-territoriais, configuram uma nova oportunidade de inovação e de aceleração do processo de desenvolvimento, não apenas turístico, mas também territorial. Aos “divers” da procura e da oferta na crescente afirmação dos turismos de nicho, junta-se o contributo do território, através da mercantilização de recursos específicos, que passam a estar disponíveis no mercado local e global enquanto produtos e serviços ao alcance de populações específicas.

Hoje, o turismo é uma das actividades motoras da economia-mundo e um factor impulsionador e facilitador da globalização. Em 2008 o turismo mundial assegurava 200 milhões de postos de trabalho, os fluxos turísticos internacionais alcançavam os 922 milhões (12,5 milhões destinados a Portugal) e as receitas eram da ordem de 642 mil milhões de euros (OMT, 2008).

O mercado turístico é global e local simultaneamente, capaz de fazer interagir as diferentes escalas de actuação. É marcado pelo aumento e diversificação das ofertas e da concorrência: produtos mais baratos e de melhor qualidade, preços mais justos, novos produtos ou velhos produtos reinventados e sempre níveis crescentes de satisfação do consumidor. O turismo é uma actividade dinâmica, criativa, de inovação: produtos em aperfeiçoamento e adequação constantes, estruturação de novos produtos e resposta a novos mercados consumidores; destinos que permaneçam competitivos em relação a outros mais novos e menos explorados, e que continuem a atrair visitantes pela primeira vez, bem como os visitantes habituais; destinos que permaneçam singulares culturalmente e em equilíbrio com o ambiente natural e social. A sustentabilidade passa a ser uma questão fundamental, nas suas múltiplas vertentes. Acresce que, no turismo, o sucesso depende do atendimento e satisfação das necessidades materiais e imateriais dos turistas, da superação das suas expectativas e consequente fidelização: a cadeia produtiva turística é complexa (meios de hospedagem, restauração, bares, transportes, comércio, centros culturais e de artesanato, postos de informação turística, serviços

públicos, etc.), muito dependente dos atractivos mas não menos da formação técnica dos agentes envolvidos, e da hospitalidade da população.

Muitos produtos turísticos configuram mais do que simples “curiosidades” ou “excentricidades”, constituindo, na actualidade, autênticas escolhas possíveis aquando da formulação do acto de viajar e respostas a estímulos ou motivações cada vez mais complexas, exigentes e estruturadas.

Com efeito, um largo espectro de produtos turísticos de nicho tem-se afirmado, nos últimos anos, no universo turístico mundial e, em muitos casos, mesmo em Portugal. Tratam-se de produtos turísticos que, isoladamente, podem perder visibilidade mas que, em conjunto, reforçam a evidência e a importância de um fenómeno turístico, social, económico, cultural e territorial de grande interesse e actualidade, potenciador da inovação, da criatividade e da competitividade e que são capazes de promover o desenvolvimento endógeno e fixar população, sem os impactos do turismo massificado.

Assim, cresce o número de turistas (ou pelo menos cresce o número daqueles que procuram a diversidade, embora pratiquem também turismos massificados) que recusam viajar com programas de turismo de massa e de grande distância, próprios do período fordista: querem algo menos tradicional, mais diferenciado, direccionado, personalizado, variável, centrado na qualidade, na cultura e no ambiente, exigindo uma constante inovação da oferta, traduzida em novos processos produtivos, novas formas de comercialização, novos sistemas de pagamento, simplificação da burocracia, mais informação a respeito do cliente, pacotes flexíveis, com mais liberdade e mais à medida, o que implica estruturas mais horizontais e menos hierárquicas, com descentralização das decisões nas empresas e dando, assim, lugar à afirmação de micro e pequenas empresas com ofertas específicas para grupos específicos, com a localização da oferta em lugares que, habitualmente, estavam funcionalmente associados a outras actividades (agricultura e indústria) ou funcionavam apenas como vazios de actividade económica

Muitos turistas exprimem necessidades de experiências de lazer realmente inéditas, activas e radicais, criativas e também tecnológicas, de acordo com o desenvolvimento e a invasão da tecnologia nos quotidianos de trabalho e de lazer: tal implica grandes investimentos na busca de inovações, no fomento da criatividade, na concepção de novos produtos e serviços turísticos, com as necessárias infra-estruturas e equipamentos.

O mercado turístico de hoje é particularmente marcado pela pluralidade das motivações ou pelo potencial dos diferentes destinos, a par da emergência de novos mercados emissores, que contam classes superiores e médias numerosas e com suficiente rendimento disponível. Trata-se, assim, de um mercado cada vez mais segmentado, que busca com a sua presença nos destinos turísticos pelo mundo fora, uma identidade.

Com efeito, a competitividade à escala global, a constante busca da inovação e o desejo permanente da diferença, impulsionaram a progressiva segmentação do mercado turístico, conduzindo ao aparecimento de uma grande diversidade e multiplicidade de produtos turísticos. Bastará uma simples pesquisa na internet para nos apercebermos que existem hoje pelo menos cinco dezenas de actividades ou produtos turísticos classificáveis como turismos de nicho. Em algumas situações, produtos já bastante consolidados (casos do geoturismo, naturismo, turismo religioso, enoturismo, *birdwatching*, turismo de saúde, *LGBT tourism* ou do cicloturismo), noutras situações, produtos ainda emergentes (casos do turismo de voluntariado, *dark tourism* ou do turismo literário). Nos grandes dicionários turísticos, como o “*The Travel Industry Dictionary*” ou o “*Dicionário Turístico Profissional*”, podemos ainda encontrar referências a produtos turísticos de singularidade como o *extreme tourism*, o *disaster tourism*, o turismo sobrenatural, o turismo espacial ou o turismo esotérico, sendo muitos deles induzidos naquilo que geralmente se designa por *turismo activo* e que integra as práticas de actividades e desportos radicais.

A relação do turismo com o território é muito forte. O território não é apenas o palco onde se desenrola a actividade turística, é, na generalidade das situações o próprio recurso turístico. De facto, o território é também, em termos turísticos, um produto, no segmento das ideias que nos foram legadas por Lefèbvre, H. (1970, 1974). Assim, é no território, na sua fauna e flora, nas montanhas, nas florestas, nos vulcões, nas grutas, no mar...que o turismo balnear, o turismo de neve ou o geoturismo vão buscar as suas motivações. É também no território, nas suas cidades, vilas e aldeias, nas igrejas, castelos, palácios e outros monumentos, que o *touring* cultural, o turismo rural ou o turismo urbano se alicerçam. É ainda o território quem oferece ao termalismo ou ao turismo activo, do cinegético ao *trekking* ou ao golfe, as condições básicas para a sua sustentação e desenvolvimento.

No caso específico dos turismos de nicho, a escala intimista de uma boa parte deles tende a aprofundar ainda mais a relação com o território, conduzindo muitas vezes à conformação e emergência do que podemos designar como “territórios turísticos de nicho”. Desde

logo, como um grande exemplo, encontramos os parques e reservas naturais. Embora na génese da sua construção tenham estado sobretudo preocupações de conservação/valorização da biodiversidade e de preservação da qualidade ambiental e paisagística, em muitas situações a sua visibilidade no exterior e mesmo a sua sustentabilidade económica têm ficado a dever-se ao desenvolvimento turístico, desejavelmente assente em mobilidades cujas procuras se enquadrem nos limites de capacidade de carga aconselhados.

Neste ponto, salientam-se as acções do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), que tem por principal missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas, visando a valorização e o reconhecimento público do património natural e ainda a constituição do Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). Este plano, que resultou de uma parceria pioneira em Portugal entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais direccionadas para o desenvolvimento sustentável destas áreas, que no caso particular do turismo visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vectores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da actividade turística.

## CAPÍTULO II

### 1

#### Do recurso turístico ao desenvolvimento regional

##### 1.1. Do recurso à atracção turística

Tal como outras actividades, também o turismo vive dos recursos de que dispõe. No caso do estudo em questão, centrou-se a atenção nos recursos culturais, nos quais se engloba o património que, tal como iremos ver nos seguintes capítulos, se transformou num importante produto turístico, fruto das alterações sociais ocorridas, capaz de responder às motivações dos novos turistas, mais experientes, mais eruditos, que procuram um prolongamento das suas actividades culturais também nas viagens que se predispõem a fazer. O novo turista procura não só entretenimento, mas também formação/instrução através do lazer. Procura enriquecer a sua tela de conhecimentos, assimilando o que aquilo que visita tem para lhe transmitir.

Importará salientar conceitos como recursos culturais, recursos turísticos e produtos turísticos e reflectir sobre o papel de cada um deles, termos estes que serão abordados continuamente ao longo do presente trabalho.

No que diz respeito aos recursos turísticos, estes constituem o conjunto de recursos postos à disposição da actividade turística, nos quais se incluem, também, os recursos culturais. Uma estrada, um hotel, uma galeria de arte, os modos de vida e a própria hospitalidade das pessoas são recursos que podem concorrer para a criação de um produto turístico. De acordo com Bull (1995), estes podem dividir-se em dois tipos, os recursos livres ou banais e os recursos escassos, sendo que os livres são os que existem em tal abundância que não se

torna necessário usar qualquer tipo de mecanismo para os distribuir pelos utilizadores e os escassos aqueles para os quais o seu escoamento é limitado.

O turismo é muitas vezes desenvolvido com base em recursos livres, onde se incluem os recursos culturais, com uma sobreposição de recursos escassos públicos e privados, que definem e filtram os públicos entre a democratização e a elitização. A esta combinação de recursos chamamos produto turístico. Um produto turístico é, assim, algo que se encontra no mercado como produto vendável. Deste modo, um destino, por si só, não será um produto turístico, capaz de responder à procura, se não tiver acessos, alojamento, infra-estruturas de apoio, para além daquele que é o seu recurso mais importante: a atracção turística. Todavia, um destino turístico é também um concentrado de produtos turísticos que, através das suas características, determinam a capacidade de atracção turística do destino. Foster (1991) enumera os seguintes recursos como necessários para o desenvolvimento de um produto turístico:

- *Localização e factores geográficos como a paisagem, o clima, o espaço disponível, os acessos e o transporte;*
- *O alojamento existente e o que poderá ser criado;*
- *Os aspectos históricos e os eventos (recursos culturais);*
- *Outras “facilities” construídas pelo homem, como salas de espectáculo ou galerias de arte;*
- *O pessoal ao serviço.*

Mill e Morrison (1984), para além dos recursos atrás enunciados, referem também a hospitalidade como um recurso essencial para a criação de um produto turístico, sendo que esta hospitalidade deve ser entendida tanto ao nível do acto profissional do técnico de turismo, como ao nível da boa aceitação da presença dos turistas por parte das populações autóctones.

Alguns destes produtos turísticos, nomeadamente aqueles que atraem os visitantes para um determinado destino, apresentam níveis de atractividade turística. De acordo com Gunn (1994), esta é a componente mais poderosa da oferta, o recurso mais importante, que tem, essencialmente, quatro funções: a de estimular o interesse pela viagem, a de oferecer satisfação, a de manter os turistas na região visitada e a de promover o regresso dos visitantes. Porém, o recurso por si só, tal como sucede no caso dos produtos turísticos, também não poderá ser considerado uma atracção turística enquanto não estiver preparado para receber visitantes. O produto tem, assim, de estar preparado para receber visitantes, sendo essa a sua

grande diferença em relação ao recurso. Muitas pessoas, todavia, não se importam de procurar apenas os recursos. Deste modo e pelo que foi exposto, uma bela praia de areia branca e águas transparentes, situada num qualquer destino turístico, não será uma atracção turística enquanto não tiver acessos que permitam aos visitantes desfrutá-la.

Da revisão bibliográfica feita podemos constatar que as atracções turísticas são classificadas e categorizadas de diversas formas, dependendo da perspectiva adoptada. No caso de Gunn (1994), que centra a sua investigação na área do planeamento em turismo, a autora faz a distinção em três tipos de classificação de atracções:

- *Posse ou propriedade*: as atracções pertencem e são geridas tanto pelo governo, como por organizações sem fins lucrativos ou por empresários.
- *Recurso*: podem agrupar-se segundo a sua base de desenvolvimento, que pode ser de carácter natural ou cultural.
- *Esquema da visita*: as atracções poderão ser classificadas de acordo com o esquema de viagem em que melhor se insiram, quer seja um circuito ou roteiro ou uma estadia de longa duração.

Tal como Gunn, também Mill e Morrison (1984) consideram as atracções como um dos aspectos centrais do turismo, as quais, na maioria dos casos, são o ponto de partida para o desenvolvimento turístico de uma região. Classificam-nas segundo as suas características em termos de posse, à semelhança de Gunn, em tempos de alcance, de permanência e de poder de atracção.

- *Posse*: as atracções poderão ser de propriedade privada, pública ou de organizações sem fins lucrativos.
- *Alcance*: classificam as atracções como primárias ou secundárias, sendo que as primárias são as que possuem atractividade suficiente para serem o ponto de partida para a decisão de visita, e as secundárias as que, por não terem poder de atracção suficiente para serem o principal motivo da visita, incluem-se habitualmente em circuitos, ou são locais de passagem numa visita a outras atracções de carácter primário.
- *Permanência*: a atracção poderá ser um Evento (uma atracção breve e que poderá mudar de lugar, indo ao encontro do público) ou um Sítio (atracções

físicas, permanentes, fixas, que requerem mais condições de manutenção). Uma poderá complementar a outra em termos de manutenção e rendimento.

- *Poder de atracção*: as atracções poderão ser de carácter local, regional, nacional ou internacional, dependendo do seu poder de atracção.

Por sua vez, Foster (1991) classifica as atracções turísticas de acordo com os seus atributos. Para este autor, uma atracção pode ser uma paisagem (natural ou cultural), a cultura de um local (monumentos, edifícios históricos), as actividades tradicionais de uma determinada região (folclore, artesanato), o saber-fazer (do artesanato, da gastronomia, do queijo, etc.) o clima ou ainda o tipo de entretenimento que essa região pode oferecer (vida nocturna, cinemas, teatros).

Bull (1995) considera estas atracções turísticas segundo três categorias distintas:

- *Eventos*, que podem ser voláteis ou recorrentes, dependendo da sua natureza;
- *Atracções permanentes*, especialmente construídas para o turismo, como são os parques temáticos;
- *Atracções naturais e históricas*, nas quais se inclui o património.

Mckercher e Du Cros (2002), à semelhança de Mill e Morrison, classificam as atracções de acordo com o interesse que as mesmas possam possuir, ou seja, de acordo com o seu grau de atractividade. Para além das atracções primárias e secundárias de Mill e Morrison, distinguem um outro tipo de atracções que designam por terciárias (sendo que, as atracções primárias são as que têm um papel preponderante no que diz respeito à captação de visitantes e na própria imagem do destino). No entanto, também estas não são todas iguais, nem se encontram no mesmo grau de significância, pois quanto mais rara e distinta for uma atracção, maior capacidade terá de atrair visitantes das zonas emissoras mais distantes.

Seja qual for o tipo de atracção existente ou a forma como a mesma é classificada, existem duas ideias centrais relativas à importância que as mesmas poderão, eventualmente, desempenhar. A primeira é de que as atracções são o cerne de qualquer destino turístico e a segunda, a de que para que a atracção funcione em termos de captação de visitantes esta tem de estar devidamente preparada para os receber.

## A atracção turística: “Motor” do desenvolvimento económico regional

Numa perspectiva regional, o destino turístico, onde se situam uma ou mais atracções turísticas, funciona não só como factor de captação de visitantes, mas também, em determinados casos, como factor propulsor de desenvolvimento económico. Nas regiões do interior menos desenvolvidas, onde os outros sectores económicos se encontram enfraquecidos pela ausência de vias de comunicação, pela política de centralização de poderes e, consequentemente, má distribuição de recursos financeiros, o turismo poderá funcionar como suporte para uma nova filosofia económica e para uma nova visão estratégica, na qual o património existente, material ou imaterial, é a característica que a distingue das demais. Poucos outros sectores possibilitam o desenvolvimento económico com base no aproveitamento das potencialidades locais que, materializadas nos seus valores culturais próprios e no seu património construído, lhe vão permitir criar uma oferta turística diferenciada.

Esta oferta, sendo de âmbito regional, tem a particularidade de normalmente atrair nichos de mercado que procuram um determinado produto, normalmente mais específico, onde se inserem os produtos temáticos e característicos de determinadas regiões. Este turista, no qual poderemos inserir o turista cultural, procura produtos turísticos regionais, procura a diferença, procura a cultura de cada espaço, os usos e costumes que caracterizam determinada região. A transformação do recurso em atracção tem, efectivamente, um papel decisivo em todo o processo de desenvolvimento. As palavras-chave para este tipo de oferta turística são a diferenciação, a tipicidade, a autenticidade, a sustentabilidade ambiental e social e, obviamente, a qualidade, que será transversal a todo o processo de construção de uma identidade territorial, que será absorvida pela identidade de cada visitante para construir uma nova identidade.

Sirgado (1990), na sua investigação sobre turismo e desenvolvimento local e regional, onde analisa o caso do concelho de Lagos, vem corroborar esta ideia, afirmando que “os processos de evolução do turismo aos níveis locais e regionais estão em consonância com as capacidades gerais de atracção turística, nas quais pesa um leque diversificado de factores”. O

autor transporta-nos para fora da atracção turística, alargando a sua investigação para factores intrínsecos à própria região. Nas palavras deste autor,

*“...a evolução turística de uma região decorre da inter-dependência das múltiplas influências dos agentes activos em presença, para além dos turistas, designadamente: as empresas, as entidades públicas e a população residente, nos seus diversos contextos de estruturação e actuação local e regional”* (Sirgado, 1990).

O papel destes em todo o processo de desenvolvimento económico e turístico é fundamental. Não é suficiente para uma determinada região possuir uma atracção turística, a mesma terá que estar encaixada num produto, onde outros recursos são necessários e onde a participação das entidades locais, bem como da população local, são factores essenciais de sucesso.

Assim, apesar de a atracção turística ser, na maioria das vezes, a razão ou o “motor de arranque” para um desenvolvimento económico e turístico regional, por si só, não será suficiente. Deste modo, uma atracção primária (que, segundo Mill e Morrison, tem atractividade suficiente para ser o ponto de partida para as decisões da visita), integrada numa rede de serviços, gerará receitas que não se restringirão apenas à atracção, mas também a outros serviços situados na área onde a mesma está localizada.

O património cultural, um dos objectos principais do trabalho aqui desenvolvido, surge no capítulo seguinte como um recurso turístico. No entanto, para que o mesmo possa ser considerado uma atracção turística é necessário todo um processo de transformação que o habilite a receber visitantes. Através da análise de estudos de vários autores, chegamos a algumas conclusões relativas a esta passagem da oferta potencial a oferta efectiva. O incremento dos serviços que facilitem a visita, a integração de serviços de apoio, a introdução de um sistema de gestão operacional e a interpretação são os factores primários que concorrem para esta transformação. No que diz respeito a este último factor, a interpretação, podemos constatar que ela se reveste de um papel primordial na reconversão de recursos em produtos, uma vez que se reflecte directamente no visitante. A interpretação que consiste, basicamente, na transmissão da mensagem inerente ao património.

Esta atracção turística poderá, pois, ser o “motor” de arranque para economias locais débeis noutros sectores, pois opera, não só como factor de captação de visitantes, mas também como propulsor do desenvolvimento de outras actividades económicas, uma vez que, de acordo com a teoria dos sistemas, o turismo é uma actividade compósita para a qual concorrem várias outras actividades que, directa ou indirectamente, se encontram interligadas.

Dada esta característica compósita que caracteriza o turismo, a dificuldade na obtenção de dados e a falta de uniformidade dos mesmos, não podemos fazer uma leitura directa e simples da participação do sector turístico na economia, daí que tenham sido desenvolvidas técnicas específicas para o seu estudo. Os multiplicadores turísticos são uma das técnicas mais utilizadas, que permitem obter resultados respeitantes aos efeitos directos, indirectos e induzidos da actividade turística. As tabelas de *input-output*, desenvolvidas nas décadas de 50 e 60 do século XX, são outra das técnicas usadas, baseada nas interacções, de oferta e de procura, existentes entre os diversos sectores económicos. Porém, tanto os multiplicadores turísticos como os quadros de *input-output*, possuem as suas limitações e os seus resultados poderão ser discutíveis, dificultando, desse modo, a avaliação do impacto da actividade turística.

### 3

## Núcleos de Cultura e Lazer: A Sociedade perante o Lazer

### 3.1. Uma análise histórica

Para o início do estudo desta temática, achámos conveniente situarmo-nos na história, de modo a que haja uma compreensão dos termos que aparecerão no decorrer deste texto – tais como “Sociedade Pré-Industrial”, “Sociedade Industrial”, “Sociedade Pós-Industrial” e “Pós-Modernismo”, os quais são utilizados pelos diversos autores que se propõem a escrever sobre aspectos económicos e filosóficos, e sobre as transformações que as diversas sociedades têm vindo a sofrer nos últimos séculos.

No final da Idade Média, as populações urbanas na Europa eram restritas – não ultrapassavam os 100 mil habitantes - e a maioria da população vivia nos campos. As igrejas eram o centro das cidades medievais europeias e também o centro da vida administrativa da cidade. Deste centro, distribuíam-se as moradias e os serviços urbanos constituíam-se em trabalhos de artesãos e comerciantes. Com o crescimento demográfico e económico, a partir do século XV, houve uma mudança no poder central, que deixou de ser controlado pela Igreja. Esta sociedade, chamada “Pré-Industrial”, tinha o trabalho delimitado pelos ciclos das estações e pelas

pausas para repouso, cantos, jogos e cerimónias, que neste momento ainda não podiam ser chamadas de “Lazer”, na análise de Joffre Dumazedier, como veremos mais adiante.

Já no século XIX, com o desenvolvimento da indústria, grandes contingentes rurais são atraídos para as cidades, as quais passam a ter mais de um milhão de habitantes; este facto, aliado à falta de planeamento urbano, ocasiona outras mudanças, como por exemplo, o fenómeno da segregação social, que se traduz, em termos urbanos, na construção de bairros periféricos, geralmente com problemas de infra-estruturas, segurança, marginalidade e uma distinta diferença em termos de qualidade de vida em relação aos bairros de classes mais abastadas. O poder económico passa para as grandes empresas e bancos, e a grande indústria atinge os limites urbanos.

Esta nova sociedade, chamada “Sociedade Industrial”, compreendida no período de tempo que vai da metade do século XVIII à metade do século XX, tem características que já foram estudadas por diversos autores, como R. Aron, D. S.Landes, A. Toffler e Z. Egedus, entre outros. Seriam suas características:

- 1) Concentração de grandes massas de trabalhadores assalariados nas fábricas e nas empresas financiadas e organizadas pelos capitalistas de acordo com o modo de produção industrial;
- 2) predomínio numérico dos trabalhadores no sector secundário em comparação aos do sector primário e terciário.
- 3) predomínio da contribuição prestada pela indústria à formação da renda nacional;
- 4) aplicação das descobertas científicas ao processo produtivo na indústria;
- 5) racionalização progressiva e aplicação da ciência na organização do trabalho;
- 6) divisão social do trabalho e sua fragmentação técnica cada vez mais capilar e programada;
- 7) separação entre o lugar onde se vive e o local de trabalho, entre sistema familiar e sistema profissional, com a progressiva substituição da família extensa pela família nuclear;
- 8) progressiva urbanização e escolarização das massas;
- 9) redução das desigualdades sociais;
- 10) reforma dos espaços em função da produção e do consumo dos produtos industriais;
- 11) maior mobilidade geográfica e social;
- 12) aumento da produção de massa e crescimento do consumismo;

- 13) fé num progresso irreversível e em um bem-estar crescente;
- 14) difusão da ideia de que o homem em conflito com a natureza, deve conhecê-la e dominá-la;
- 15) sincronização do homem não mais de acordo com os ritmos e os tempos da natureza, mas com os incorporados nas máquinas;
- 16) concessão do predomínio aos critérios de produtividade e de eficiência entendidos como único procedimento para a optimização dos recursos e dos factores de produção;
- 17) convicção de que para alcançar escopos práticos existe *one best way*, um único caminho óptimo a ser intuído, preparado e percorrido;
- 18) possibilidade de destinar a cada produto industrial um local preciso (a fábrica) e tempos precisos (padrão) de produção;
- 19) presença conflitual, nas fábricas, de duas partes sociais - empregadores e empregados - distintas, reconhecíveis, contrapostas;
- 20) possibilidade de reconhecer uma dimensão nacional dos vários sistemas industriais e
- 21) existência de uma rígida hierarquia entre os vários países, estabelecida com base no Produto Nacional Bruto, na propriedade das matérias-primas e dos meios de produção.

Actualmente, vários são os investigadores, seja no campo económico ou filosófico, que atentam para o surgimento de uma “nova sociedade”, que é chamada por alguns de “Sociedade Pós-Industrial” e por outros de “Pós-Moderna”. O advento desta “nova sociedade” acontece a partir da Segunda Guerra Mundial, durante a segunda metade do século XX.

O "avanço" tecnológico e científico, as mudanças económicas ocasionadas por este avanço e pelo desenvolvimento das actividades do sector terciário (serviços), são alguns dos indicativos das transformações ocorridas nas actuais sociedades. Segundo De Masi, a transição da “Sociedade Industrial” para a “Sociedade Pós-Industrial” dá-se como resultado de três fenómenos:

- 1) convergência entre os principais países industriais (EUA e URSS) independentemente do regime político. W. Sombart, citado por De Masi atenta para o facto de que, independentemente da forma de governo (capitalista ou socialista), “o que importa, é que em ambos os casos o tipo do trabalho é o mesmo; em ambos os

casos a economia em seu conjunto se funda sobre o processo de *despersonalização*".<sup>2</sup>

- 2) Crescimento da classe média na sociedade e crescimento da estrutura tecnológica nas empresas.
- 3) Difusão do consumo de massa e da sociedade de massa.

De Masi atenta ainda para o facto de que a mudança na denominação das fases pelas quais a sociedade passa, ou seja, "Sociedade Rural ou Pré-Industrial" para "Sociedade Industrial", e "Sociedade Industrial" para "Pós-Industrial", não implicarem uma substituição total dos elementos encontrados na fase anterior para a posterior. A diferente denominação indica, no entanto, uma mudança na sociedade, na qual um elemento toma o lugar de primazia do outro, sem que este deixe de existir.

A mudança de primazia de um sector económico para outro implica, primeiro, uma redução drástica no número das pessoas que nele trabalham, mesmo que haja crescimento produtivo neste mesmo sector. Por exemplo, apesar da diminuição do número de pessoas que trabalham na área rural, há um aumento na produtividade, devido ao emprego da tecnologia na área em questão. Deste modo, verifica-se então que a principal característica da Sociedade Pós-Industrial é, além das alterações de ordem tecnológica e de valores humanos, uma mudança, sobretudo, no sector económico - a transição do predomínio do sector secundário (Indústria) para o sector terciário (Serviços).

De acordo com Bell:

*"... o conceito de sociedade pós-industrial diz respeito essencialmente às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida económica e na estrutura profissional, e por fim às novas relações que se estabelecem entre a teoria e a prática experimental, entre a ciência e a tecnologia."*<sup>3</sup>

A Revolução Industrial trouxe profundas modificações nos conceitos de trabalho, tempo livre e nas relações entre o tempo e o espaço. O turismo, actividade onde o tempo livre é fundamental, surge, assim, como uma consequência e, segundo alguns autores, mesmo como uma criação da Era Industrial (Cunha e Cravidão, 2008).

---

<sup>2</sup> Citado em De Masi, Domenico (1999), *A Sociedade Pós-Industrial*, p.18

<sup>3</sup> De Masi, Domenico (1999), *A Sociedade Pós-Industrial*, p.33

### 3.2. O Tempo Livre

O tempo livre como o entendemos hoje surgiu com a transformação das sociedades industriais, principalmente com o advento do consumo de massas – que requer tempo livre para consumo, conforme nos retrata Jean Baudrillard no seu livro “A Sociedade de Consumo” – e com as conquistas trabalhistas. Conforme nos mostra Renato Requixa<sup>4</sup>, em 1860, em França, a média semanal de trabalho era de oitenta e cinco horas. Cem anos depois, em 1960, chega-se a quarenta e oito horas.

O tempo livre pressupõe o tempo de trabalho, pois está vinculado a ele. Os valores do trabalho foram moldados pela ética protestante, os quais exaltaram a produtividade e transformaram a noção de tempo que se torna mercadoria e dinheiro. Desta forma, nas palavras de Heloisa Turini Bruhns, “a noção do tempo como mercadoria, implica na sua negociação sob diversas formas e, como tal, o tempo de trabalho é vendido aos empregadores, como o tempo denominado livre, comprado pelos empregados”.<sup>5</sup>

Bruhns prossegue, mostrando-nos este conceito encerra, no entanto, um paradoxo: o “tempo livre” está igualmente “cronometrado”. Devido a esta “cronometração” do tempo de trabalho, o denominado tempo livre deve também ser produtivo, o que acaba sendo incorporado por nós.

Este conceito tão arraigado em nós - o tempo como mercadoria, como dinheiro - talvez seja o que impossibilite outras perspectivas sobre o seu uso, como disponibilizá-lo às funções ou valores que contém o lazer.

Domenico De Masi, sociólogo do trabalho, também discute sobre a questão do tempo livre, propondo mudanças nos ambientes profissionais e na utilização do tempo, com base em estudos desenvolvidos sobre a actual sociedade, nas questões mundiais sobre desemprego, educação, criatividade, entre outras.

Esta conceituação de tempo livre vinculado ao tempo do trabalho é aceite por outros autores, os quais afirmam que este tempo só pode ser denominado “livre” por pressupor a obrigação profissional. Nelson Carvalho Marcellino, por exemplo, faz uma distinção entre este tempo libertado pelo trabalho e o tempo do desempregado, que ele denomina “tempo

---

<sup>4</sup> Requixa, Renato, *Cadernos de Lazer* - Documento 1, São Paulo/SP: Ed. Sesc, 1976.

<sup>5</sup> Bruhns, Heloisa Turini, in *Textos Didácticos – Turismo e Meio Ambiente*, p. 13

desocupado", resultado da incapacidade do sistema económico em gerar trabalho. Conforme o autor:

*"... A consideração do aspecto tempo na caracterização do lazer tem provocado uma série de mal-entendidos. Um deles diz respeito ao conceito "livre" adicionado a esse tempo. Considerado do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez fosse mais correcto falar em tempo disponível. Mesmo assim permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de actividade humana."*<sup>6</sup>

Como podemos notar, o facto de denominarmos o tempo como "livre" não o desvincula inteiramente dos aspectos coercitivos da sociedade.

### **3.3. O Trabalho e o Lazer**

O lazer é o uso que se faz do tempo libertado principalmente pelas obrigações do trabalho, libertação esta progressivamente conquistada pelos movimentos sindicais e trabalhistas das "Sociedades Industriais".

A visão histórica sobre o lazer, na análise de Dumazedier, é a de que este terá nascido com a Revolução Industrial. Para este autor, "desde o nascimento da sociedade industrial, os pensadores sociais do século XIX previram a importância do lazer, ou antes, do *Tempo Libertado* pela redução do trabalho industrial" (Dumazedier, 1999). Contudo, também para Dumazedier, a dinâmica que produz o lazer não se reduz ao factor económico, ou seja, a diminuição do tempo de trabalho não é o único determinante para o desenvolvimento do lazer, sendo preciso também a "valorização social da expressão do eu através do lazer" (Dumazedier, 1999).

Para o autor referido, o lazer tem dois pré-requisitos para poder existir: o primeiro é que as actividades sociais não sejam regidas ou reguladas pelas obrigações rituais - essas actividades devem ser de livre escolha do indivíduo; a outra condição é de que o trabalho profissional esteja desligado de outras actividades, não sendo mais regido pela natureza e adoptando uma organização mais específica (esse aspecto observa-se na forma de organização da sociedade industrial).

---

<sup>6</sup> Marcellino, Nelson C., *Estudos do Lazer – Uma introdução*, 1996

Outro aspecto que Dumazedier analisa quando se refere aos vários autores que tratam o lazer e o trabalho, é que o desenvolvimento do lazer está vinculado a uma mudança de conceitos e formas de actuação dos trabalhadores na sociedade: " todos associaram o desenvolvimento do lazer ao progresso da cultura intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade" (Dumazedier, 1999). Segundo esta visão, o progresso tecnológico vincula-se ao desenvolvimento do lazer.

A definição dada por Dumazedier ao lazer deve-se a algumas análises feitas por este autor, com base em pesquisas realizadas de 1920 a 1970, por vários sociólogos na Europa e Estados Unidos. As pesquisas demonstraram o aumento do tempo livre e a nova relação que os indivíduos tinham com este tempo e com outras actividades humanas, como as obrigações profissionais, sócio-espirituais, familiares, sócio-políticas, etc. Para Dumazedier:

*“... O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais...”<sup>7</sup>*

Tendo em conta a análise histórica e os estudos mais recentes sobre o lazer, acreditamos que a visão de Dumazedier acerca do lazer é bastante apropriada. O autor percebe que a origem do lazer historicamente se dá com o advento da sociedade industrial. Após 1945, período pós-Segunda Guerra Mundial, com o advento da chamada “Sociedade Pós-Industrial” e com todas as transformações que nela se verificam, principalmente ao nível do aumento das informações e difusão dos meios de comunicação, difunde-se a ideia de uma melhoria das condições de vida e uma reivindicação de bem-estar geral para os indivíduos, grupos, comunidades e povos.

Em meados dos anos 1960, com as contestações sobre a crise da energia e com os problemas ocasionados pela poluição, fortalecem-se os conceitos do movimento ecológico. Essa consciencialização universal inicia uma modificação no comportamento da sociedade. Ocorre então uma mudança no pensamento humano, que passa a discutir a expressão “crescimento económico”, outrora entendido meramente como expansão das actividades económicas ou como aumento na produção de bens e serviços. Passa-se, a partir deste momento histórico, a reivindicar que este conceito de crescimento seja substituído pelo conceito de “desenvolvi-

---

<sup>7</sup> Dumazedier, Joffre (1976?), Lazer e Cultura Popular, p. 34

mento económico”, que agora engloba não só questões que digam respeito à produção de bens e serviços, mas também referentes à vida económica, social e política das “Sociedades Pós-Industriais”. Para Dumazedier, este novo conceito é mais abrangente e recentemente agregou o aspecto cultural, juntamente com a noção de “qualidade de vida”.

A crescente consciencialização social da importância do tempo fora do trabalho abriu caminho a alterações significativas com profundas implicações tanto nas estruturas familiares (diversificação do tipo de famílias e recurso a novas tecnologias), como na estrutura da população activa (crescente feminização, diversificação e especialização). Todo este processo aparece associado à criação de serviços de natureza muito específica que, perante uma concorrência crescente, faz da inovação uma finalidade (Santos e Gama, 1999).

Já Jean Baudrillard entende estas mudanças ocorridas na sociedade com uma visão funcionalista e bem menos optimista. Para ele, a multiplicação dos objectos, dos serviços e dos bens materiais, ocasionados por uma imensidão de necessidades impostas pelo consumo, acarretou uma “mutação na ecologia da espécie humana” (Baudrillard, 1995), na qual as relações pessoais são substituídas pela relação com esses objectos de consumo:

*“... Vivemos o tempo dos objectos; quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente. Actualmente, somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as civilizações anteriores eram os objectos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas.”<sup>8</sup>*

Para o autor, este progresso da abundância oferece, em contrapartida, “prejuízos”, numa ampla gama de problemas gerados por este “crescimento pelo crescimento”. Esses “prejuízos” são económicos, ecológicos, sociais e culturais. Levam a uma nova necessidade – o lazer – agora como forma de se recuperar dos prejuízos causados pela “sociedade de consumo”. Esta mudança no contexto social leva ao que Dumazedier chama de “estilo de vida do lazer”, e que diferencia do chamado “nível de vida”.

O nível de vida está, pois, ligado a um sistema de produção, à obtenção de riquezas, que hierarquiza os grupos - refere-se ao consumo de bens. Já o estilo de vida, faz referência às formas e maneiras de usar estes bens de consumo. Dumazedier afirma que “o conceito de estilo de vida se opõe ao de nível de vida”.

---

<sup>8</sup> Baudrillard, Jean (1995), A Sociedade de Consumo, p. 15-16)

O autor atenta, assim, para um novo “estilo de vida do lazer”:

*“... Hoje, supõe uma maneira de viver não somente o dinheiro, mas também o espaço e o tempo. Significa, de fato, antes de mais nada, estilo de lazer, pois é no tempo de lazer que nascem os novos modelos de vida, chamados “estilos de vida” - um gosto mais intenso pela natureza, através não só do camping mas de todas as actividades de férias, um novo estilo de vida corporal, com o gosto pelo bom desempenho, nascido do desporto. A seguir, esses novos modelos de vida de lazer fazem pressão sobre os outros modos de vida - do trabalho, da família, da religião, da vida na comunidade - e tentam mudá-los, no sentido de uma melhoria qualitativa. Essa aspiração à qualidade de vida significa que o objectivo do estilo de vida do lazer não se limita apenas ao aumento do nível de vida, em vista de melhores padrões, mas melhorá-la em função das aspirações da pessoa; por outras palavras, reorganizar o trabalho de maneira que este se torne menos árduo, que se mais adapte às necessidades individuais, libertando mais tempo livre...”<sup>9</sup>*

O objectivo do estilo de vida do lazer traz, então, uma busca por padrões de melhoria pessoal, conforme a aspiração individual, a qual permite um aumento na qualidade de vida.

Renato Requixa afirma que este desenvolvimento da sociedade industrial, aliado ao progresso tecnológico, é o factor que mais estimulou a temática do lazer no século XX. Este progresso tecnológico, segundo o autor, "permitiu também a diversificação na utilização do tempo livre, pois registou-se uma maior dinamização nas formas de comunicação, pelo acelerado e continuado incremento dos meios de informação e dos meios de locomoção" (Requixa, 1976). Com efeito, isto explica a amplitude de possibilidades em práticas de actividades de lazer, às quais, um número considerável de pessoas tem acesso hoje.

Nelson Carvalho Marcellino considera o lazer para além da recuperação da força de trabalho e afirma existirem dois aspectos fundamentais para o entendimento do lazer: tempo e atitude. (Marcellino, 1987)

No aspecto atitude, o lazer fica dependente da relação exclusiva da pessoa com ele; sendo assim, qualquer actividade pode ser encarada como lazer, dependendo da satisfação que esta proporcione.

Relativamente ao aspecto tempo, várias são as questões que surgem quando o lazer o leva em conta. Por exemplo, saber qual é este tempo, que características possui, quais as con-

---

<sup>9</sup> Dumazedier, Joffre (1980), *Planeamento de Lazer no Brasil – Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*, p. 58-59)

dições favoráveis ao tempo de lazer, entre outras. A tendência entre os estudiosos do lazer é considerar os dois aspectos em conjunto, não isoladamente, para, a partir daí, serem analisados os valores e conteúdos do lazer.

O descanso e o divertimento são os valores mais associados ao lazer, porém, outras possibilidades se abrem com ele:

*“... Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa etc., estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contacto, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas. Deve-se levar em conta ainda, que se o conteúdo das actividades de lazer pode ser altamente "educativo", também a forma como são desenvolvidas abre possibilidades "pedagógicas" muito grandes, uma vez que o componente lúdico, do jogo, do brinquedo, do "faz-de-conta", que permeia o lazer é uma espécie de denúncia da "realidade", deixando clara a contradição entre obrigação e prazer.”<sup>10</sup>*

Marcellino não pretende, com esta colocação, negar os valores do descanso, divertimento ou da recuperação da força do trabalho que o lazer enseja, mas sim salientar que, dentro da esfera de conteúdos dos valores do lazer, existem outras possibilidades, como a de desenvolvimento pessoal através da vivência do lazer. Para que as actividades de lazer possam atender as pessoas integralmente é necessário que:

*“... essas mesmas pessoas conheçam os conteúdos que satisfaçam os seus vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção. Em outras palavras, a escolha, a opção está directamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece. Por esse motivo é importante a distinção das áreas abrangidas pelos conteúdos do lazer. A classificação mais aceite é a que distingue seis áreas fundamentais: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais, os turísticos e os sociais.”<sup>11</sup>*

Aliás, este não é o único autor que tem dado esta relevância aos estudos do lazer. Na sociedade “pós-industrial”, não são poucos os estudiosos, instituições e sectores sociais que têm despertado sobre a importância da área. Surgem organizações não governamentais como a WLRA – Associação Mundial de Lazer e Recreação, que têm como objectivo promover condições ideais de lazer para o desenvolvimento humano e bem-estar social. A própria Cons-

---

<sup>10</sup> Marcellino, Nelson Carvalho (1987), *Estudos do Lazer – Uma Introdução*, p. 14

<sup>11</sup> Marcellino, Nelson Carvalho (1987), *Estudos do Lazer – Uma Introdução*, p. 17-18

tituição Portuguesa garante o lazer como um direito do cidadão e são cada vez mais os movimentos sociais e acções particulares que almejam “fazer valer” este direito.

Com efeito, a massificação dos tempos e das economias do lazer surge hoje como um dos elementos identificadores das sociedades que vieram a ser designadas pós-industriais ou de consumo. Contudo, se esta massificação se pode identificar uma forma de democratização do consumo, assiste-se em paralelo a um processo de elitização, caracterizado por um estreitamento do acesso por um número reduzido de pessoas, quer a certos lazeres, quer a determinados espaços. Este processo permite descobrir, por sua vez, novos lazeres e novos lugares de práticas em que sobressai a novidade, a sofisticação e a exclusividade (Santos e Gama, 1999).



## CAPÍTULO III

### 1

### O PATRIMÓNIO

*“O valor de uma civilização é medido não pelo que se sabe criar, mas pelo que se sabe conservar.”*

E. Herriot

No contexto da comunicação global e da mundialização corre-se o risco da homogeneização cultural. Contudo, para existir, cada um necessita individualizar a sua vida diária, expressar a sua capacidade criativa e preservar os traços da sua história. Isto só é conseguido através do património cultural.

Nos primeiros estudos em torno da temática do património, foram considerados património cultural os monumentos, construções e sítios com valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico. Todavia, a noção de património cultural estendeu-se a categorias que não são necessariamente parte de sectores artísticos, mas são, porém, de grande valor para a humanidade. Entre estes encontram-se, por exemplo, as formações geológicas e geomorfológicas, ambientes biológicos, zonas com valor excepcional do ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural e os habitats de espécies animais e/ou vegetais especialmente ameaçados.

Aquele património, o património cultural, assenta a sua importância no facto de ser um vínculo entre as gentes, a sua história e a sua terra. Encarna o valor simbólico de identidades culturais e é chave, muitas vezes, para entender outros povos. Não raro contribui para restabelecer pontes de entendimento entre civilizações e culturas, para além de ser um contributo para estabelecer e manter a paz entre os povos.

Mais recentemente, a atenção tem-se centrado na conceptualização ou no desenho de uma dimensão complementar do património, como resultado de uma aproximação ao indivíduo e aos sistemas de conhecimento, tanto filosóficos como espirituais. Esta dimensão, chamada património imaterial, abarca o conjunto das formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, as quais emanam de uma cultura e baseiam-se na tradição. Estas tradições (todo um conjunto de saberes-fazer) transmitem-se, a maior parte das vezes, oralmente ou sob formas de actuação, embora se modifiquem com o decurso do tempo, através de um processo de recriação colectiva.

Para muitos povos – especialmente para grupos minoritários, algumas vezes marginalizados, e para as populações indígenas - o património é intangível e representa o elemento fundamental de uma identidade, profundamente enraizada na sua história, constituindo os principais fundamentos da vida comunitária. Porém, a protecção deste património é muito vulnerável devido á sua índole minoritária.

Outra vertente moderna de património cultural é aquela que valoriza não só a nossa memória passada, como também os nossos testemunhos presentes, os quais se armazenam, cada vez mais, de forma digital. Isto inclui páginas da internet, bases de dados e diários electrónicos, que são parte integrante do nosso património cultural. No entanto, a rapidez da mudança na informação, assim como a fluidez da internet, põem em risco todos os testemunhos acumulados nesse formato. A protecção deste património carece ainda de consensos internacionais para a sua armazenagem, preservação e disseminação.

O património personifica a experiência humana e as suas aspirações e deve ser uma experiência partilhada, capaz de oferecer a cada um a oportunidade do descobrimento próprio nesse caudal de conhecimento. O valor mais importante do património cultural é a diversidade. Contudo, a diversidade deste património deve encerrar o propósito de unir os povos do mundo através do diálogo e do entendimento, em vez de, como muitas vezes acontece, separá-los.

O ponto de partida para a análise e a valorização dos atractivos turísticos de um lugar é o inventário do seu património natural e cultural. Não haverá melhor definição para estes dois tipos de património do que a realizada pela Organização das Nações Unidas quando, em 1972, firmou a *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural* na Conferência Geral da ONU para a Educação, Ciência e Cultura, celebrada em Paris, que reproduzimos no Anexo 2.

2

**O Novo Turista e o Turismo Cultural**

O novo turista caracteriza-se, essencialmente, por ter um maior nível educacional, um núcleo familiar mais reduzido, um acesso livre à cultura, uma maior experiência de viagem e por conseguinte uma maior apetência em viajar, em conhecer outras culturas, com um grau de exigência maior, com um maior juízo discriminatório e com o desejo de ser um agente activo dentro do sistema turístico. Possuidor de um capital cultural elevado, procura produtos que respondam a essa apetência para a cultura, que lhe proporcionem uma continuação dos hábitos culturais que traz do seu país emissor. “O turista reside, habitualmente em áreas urbanas onde as manifestações e ofertas culturais são relativamente abundantes. Assim sendo, seria bizarro pensar-se e assumir-se que os mesmos, quando se deslocam em lazer e recreio, “esqueçam” e “abandonem” os seus hábitos na área da cultura e do património” (Costa, 2005).

A principal alteração registada na sociedade é a forma como a cultura é encarada. Aliada ao tempo livre, deixa de ser um bem auxiliar para passar a ser um bem superior, uma continuação da aprendizagem e não apenas uma forma de passar o tempo livre (Greffé, 1999). O capital cultural passa, assim, a ter tanta importância como o capital económico (até porque também ele representa lucro), daí que cada vez mais surjam turistas cujas motivações se inserem na cultura, na natureza e no património. “A democratização da educação e do acesso à cultura contribuiu para o incremento das motivações culturais, mesmo nos casos em que a cultura não constitui o objectivo principal da viagem” (Ferreira, 2003).

O Projecto de Turismo Cultural ATLAS, iniciado em 1991, composto por diversos investigadores europeus, coordenado por Greg Richards e financiado pela Comissão Europeia fornece dados importantes sobre este novo tipo de consumo emergente, que tinha sido indicado como área chave para o desenvolvimento turístico europeu pela Comissão Europeia, em 1990. Este estudo, feito, simultaneamente, em vários países europeus revela que, entre 1979 e 1991, existiu um acréscimo de 100% nas visitas ao património. Facto este que vem comprovar

a mudança dos hábitos turísticos e que comprova a transformação de mentalidades e, por conseguinte, de motivações.

Comparativamente à realidade portuguesa, e pela análise do Quadro 2, podemos verificar a mesma tendência, registando-se uma subida vertiginosa de 424% no que diz respeito às visitas a monumentos e sítios entre 1983 e 1993. Aliado a este acréscimo por parte da procura, observou-se também um incremento da oferta, com a abertura de numerosos museus e monumentos ao grande público.

Ano	Nº de Visitantes	Variação
1983	202.000	0
1993	1.059.313	424,4

**Quadro 3** - Evolução do número de entradas nos monumentos e sítios. (Fonte: INE)

Quanto ao projecto ATLAS, e relativamente aos turistas entrevistados que visitaram locais patrimoniais, apenas 9% se revelaram como sendo turistas culturais específicos (cujo principal motivo de deslocação a um determinado local é a apreciação ou o estudo da cultura) uma vez que o principal motivo da viagem foi a atracção cultural, sendo que os restantes 91% tinham outras perspectivas quando decidiram empreender a viagem e a visita à atracção cultural não passou de um complemento dessa viagem. Este carácter minoritário do turismo cultural, com frequência um prolongamento de outras actividades turísticas, merece, todavia, a maior atenção, perante o carácter identitário que reflete o território e a participação dinâmica dos visitantes ao procurarem nessa identidade o entendimento que fazem do espaço que os cerca.

A problemática existente relativa à definição de turismo cultural está, não só no facto de este ser, na maioria das vezes, um prolongamento das actividades turísticas, mas também porque engloba dois termos, também eles difíceis de definir. O termo turismo, que procurámos definir no primeiro capítulo, e o termo cultura, neste caso aliada ao património, sobre o qual iremos debruçar-nos ao longo deste III Capítulo. O chamado turismo cultural é, pois, a junção destes dois elementos numa única actividade. Greg Richards (1996) identifica dois tipos de abordagens que se têm vindo a desenvolver no que diz respeito à definição de turismo cultural. A primeira abordagem, a abordagem técnica, “concentra-se na descrição do tipo de atracções visitadas pelos turistas culturais e está claramente relacionada com uma definição de

cultura enquanto produto”, a segunda abordagem, a abordagem conceptual, “procura descrever os motivos e as razões ligadas ao turismo cultural” e tende para uma definição de cultura enquanto processo (Richards, 1996). Nesta última abordagem, inclui-se a da Organização Mundial do Turismo, que define turismo cultural como sendo o movimento de pessoas derivado, essencialmente, das motivações culturais, como por exemplo, a visita a monumentos de interesse histórico, cultural ou religioso, a participação em eventos de índole cultural, a convivência com as tradições, usos e costumes da população autóctone, entre outros.

Seguindo a linha de pensamento de McIntosh e Goeldner (1986), que analisámos no Capítulo I, segundo o qual a definição de turismo é abordada através de diversos métodos, consoante o objectivo que se pretende atingir, McKercher e du Cros (2002) apontam uma diversidade de definições para o turismo cultural resultantes, precisamente, das diversas abordagens dadas ao tema. Referindo diversos autores, McKercher e du Cros, indicam as definições derivadas do turismo nas quais o turismo cultural é reconhecido como sendo uma forma especial de turismo onde a cultura é a base essencial de atracção, ou de motivação, que leva as pessoas a viajar, ou então situam-no no sistema turístico, reconhecendo que o mesmo se entrega numa relação que engloba pessoas, locais e património cultural, ou ainda, numa perspectiva empresarial, envolvendo o desenvolvimento e o marketing de diversos locais.

### 3

## O Património enquanto produto turístico

Com efeito, o turismo depende dos recursos que tem à sua disposição, dos quais, os que se possam vir a transformar em atracções turísticas se distinguem como sendo uma das componentes mais importantes de um produto turístico. Estas são, na maioria das vezes, a razão da visita e o factor principal de decisão. Porém, nem todos os recursos poderão ser atracções turísticas, e para que tal ocorra torna-se evidente a necessidade da existência de um processo de transformação sobre o recurso, que o habilite a receber visitantes ou a ser consumido como parte de um mercado que é parte integrante da actual sociedade de consumo.

Bull (1995) classifica as atracções turísticas em eventos, atracções permanentes especialmente construídas para o turismo e atracções naturais e históricas. No que se refere a estas

últimas e nas quais se inclui o património, afirma que as mesmas passam por dois estádios diferentes: a oferta potencial e a oferta efectiva. Para Bull, existe um conjunto relativamente finito de atracções potenciais em qualquer destino, que poderá não ser fixo, em primeiro lugar, porque a procura tem tendência a mudar e locais até aqui ignorados, podem passar a ter um interesse relevante, em segundo lugar porque, para que um local possa passar de oferta potencial a efectiva, para que se dê a transformação necessária, é fundamental que o proprietário ou gestor do lugar em causa, para além de se predispor a oferecê-lo para uso turístico, estabeleça um sistema de gestão, necessário para a intermediação entre o recurso e o turista.

Esta passagem de oferta potencial a oferta efectiva ou de transformação do recurso em produto obriga a duas acções diferentes. Por um lado, o processo passa pela transformação física do recurso, com o incremento de estruturas que proporcionem uma visita mais cómoda, através da adição de alguns serviços de apoio que possam proporcionar uma experiência mais agradável e cómoda e com a introdução de um sistema de gestão operativo. Por outro lado, esta transformação terá de se dar também ao nível da interpretação, conceito que já analisamos anteriormente.

Em todo este processo de transformação está implícita a gestão operacional, essencial para o seu bom funcionamento. De acordo com Leask e Yoeman (1999), a gestão de uma atracção turística patrimonial inclui diversas operações, das quais se distinguem:

- *O conceito de desenvolvimento do sítio;*
- *A apresentação ou interpretação do sítio;*
- *A gestão ou controle do número de visitantes;*
- *A organização e formação do pessoal ao serviço;*
- *A gestão dos edifícios e equipamentos;*
- *A gestão e monitorização da qualidade;*
- *Fazer coincidir a oferta com a procura;*
- *Medir o grau de satisfação dos visitantes;*
- *A gestão de crises;*
- *A avaliação de risco;*
- *A gestão de sistemas operativos, como a gestão de stocks.*

4

**O Património Cultural de Peniche: um elemento diferenciador**

Numa altura em que se discute o desenvolvimento estratégico da região Oeste durante a próxima década e em que esta região é encarada como um dos principais pólos emergentes de atracção turística no plano nacional, torna-se premente reconhecer e valorizar os atractivos patrimoniais e paisagísticos existentes numa perspectiva de qualificação da oferta turística disponibilizada.

Com efeito, este é um momento crucial para a definição de uma estratégia para o concelho de Peniche. Entre 2007 e 2013, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), disponibilizará à região Centro (na qual Peniche se inclui) mais de 1,7 mil milhões de euros em fundos estruturais da União Europeia. No sentido de fazer pleno uso dos recursos financeiros que estarão à disposição dos municípios nesse período, encontram-se em elaboração e estarão concluídos até ao final do 2010, o Plano de Acção do Oeste (uma estratégia para 2020) e o Plano Regional de Ordenamento de Território do Oeste e Vale do Tejo. Plenamente consciente da importância decisiva destes instrumentos para uma eficaz aplicação dos fundos comunitários, o município de Peniche tem participado e contribuído activamente e de forma empenhada para a sua elaboração. O Plano de Acção do Oeste, propõe o “Oeste como base territorial alargada e qualificada para a emergência e consolidação de um novo pólo turístico competitivo capaz de difundir por toda a região todos os seus efeitos positivos e oportunidades”.

Para este eixo de intervenção, o concelho de Peniche contribui com as seguintes propostas de investimento:

- Recuperação do Fosso das muralhas de Peniche e espaços envolventes;
- Construção de um pavilhão multiusos;
- Requalificação urbanística e paisagística do Porto da Areia Sul;
- Recuperação e valorização do património histórico de índole militar;
- Qualificação e valorização ambiental do planalto das Cesaredas;
- Marina de Peniche: Projecto Marinas e Portos de Recreio do Oeste;
- Requalificação integrada do litoral oestino;

- Fórum Atlântico do Oeste;
- Musealização de sítios de interesse patrimonial;
- Requalificação da Albufeira de S. Domingos.

Contudo, a política municipal neste domínio não se esgota nos projectos inscritos no âmbito do Plano de Acção do Oeste. Na verdade, as intervenções propostas resultam de um trabalho que, não estando ainda terminado, vem sendo desenvolvido no sentido de coordenar estratégias e acções municipais, regionais e nacionais, estabelecendo um quadro de priorização das intervenções e investimentos baseado nas directivas e nos instrumentos financeiros que vão sendo disponibilizados às autarquias. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e o Plano de Intervenção do Turismo (PIT) são disso bons exemplos.

É nesse sentido que o Plano Estratégico do Concelho de Peniche, em fase de elaboração, visa a criação de um enquadramento de referência tecnicamente fundamentado e centrado nas perspectivas de desenvolvimento deste concelho, no horizonte de 2025. Pretende-se assim, com o referido plano, construir um quadro-síntese das condicionantes e das oportunidades económicas, avaliar os efeitos resultantes da execução de acções e projectos, formular linhas estratégicas de desenvolvimento ajustadas à realidade existente e à ambição de Peniche.

No quadro desta planificação estratégica de fundo local e regional, a valorização do binómio natural/cultural assume notória e especial relevância. É inegável que o concelho de Peniche detém um vasto e rico património de natureza cultural. Reflexo de uma matriz histórica única, este património de índole arqueológica, histórica e etnográfica, assume pela sua especificidade um carácter diferenciador, face a outras realidades aparentemente similares ou geograficamente próximas, apresentando este território um potencial invejável para o desenvolvimento de um turismo de cariz cultural e científico, capaz de se afirmar como âncora de desenvolvimento regional sustentado, em complementaridade com a potenciação do recurso paisagem/natureza.

## 4.1. VALORES PATRIMONIAIS E HISTÓRICO-CULTURAIS

Fazendo uma análise da realidade paisagística e cultural da região de Peniche, existem claramente quatro grandes valores de matriz histórico-cultural e científica que, pela sua relevância e singularidade, assumem uma dimensão nacional e até internacional, a saber:

1. Património geomorfológico;
2. Património histórico edificado;
3. Património arqueológico subaquático;
4. Património Imaterial: Gastronomia e Artesanato.

### 4.1.1. Património Geomorfológico



**Figura 1** - Falésias do Cabo Carvoeiro (Fotografia da Autora).

Um dos principais activos patrimoniais concelhios é sem dúvida a sua herança geomorfológica e geológica.

Com efeito, neste território encontram-se vários pontos de interesse para a Geologia, como a brecha vulcânica da Papoa, os afloramentos calcários do Baleal, as falésias da Consolação e os afloramentos graníticos da Berlenga. Também o planalto das Ceasaredas e, em geral, as falésias da península de Peniche contam uma história impressa nas rochas

que remonta aos primórdios do Jurássico inferior de Portugal e à “vida” mais recente do planeta Azul, quando os dinossauros já povoavam as zonas continentais e a Península Ibérica ficava bem pertinho da porção setentrional do continente americano (Duarte, 2005). Peniche representa, por isso, um lugar ideal para estreitar mais a ligação entre a geologia teórica e a vertente prática da geologia.

É de todo inegável a importância da península de Peniche no contexto dos aspectos geomorfológicos de Portugal. Esta península, nomeadamente a zona da Ponta do Trovão, é

unanimemente considerada pela comunidade científica internacional como possuindo o melhor registo a nível mundial de transição entre os intervalos de tempo Pliensbaquiano-Toarciano (andares do Jurássico).

Este geomunimento, recentemente classificado pelo município de Peniche como imóvel de interesse municipal, será em breve escolhido como Estratótipo de limite entre aqueles dois andares (GSSP do Toarciano) pela Comissão Internacional de Estratigrafia, organismo pertencente à International Union of Geological Sciences (IUGS) tutelado pela UNESCO, facto demonstrativo da sua relevância científica.

Reflexo da importância científica que o território de Peniche assume no domínio da geomorfologia, o concelho tem sido palco nos últimos anos de vários eventos, reuniões, visitas e actividades formativas que, contando com o apoio da autarquia, na sequência de um protocolo firmado com o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, em muito têm contribuído para divulgar este património junto da comunidade científica internacional. Destes destacam-se uma visita de campo no âmbito do *23º encontro da International Association of Sedimentologists*, realizado entre 15 e 17 de Setembro de 2004 e promovido pela Universidade de Coimbra, versando as falésias jurássicas localizadas entre a Papoa e o Cabo Carvoeiro, com a presença de especialistas oriundos de vários países; o *Encontro de especialistas de Estratigrafia do Jurássico*, ocorrido entre 10 e 11 de Junho de 2005, sob os auspícios da Comissão Internacional de Estratigrafia, encontro que contando igualmente com geólogos de várias nacionalidades, visou a preparação da candidatura de Peniche a estratótipo de limite do Toarciano, ou ainda para a preparação do *Curso de Verão: Geologia Sedimentar da região de Peniche*, realizado entre 8 e 11 de Setembro de 2005.

Tendo em mente este profundo interesse, considera-se que o património geológico existente no concelho de Peniche possibilita o desenvolvimento de uma importante actividade turística de índole científica centrada no estudo de várias eras geológicas, com particular destaque para o período Jurássico.

A estratégia de potencialização deste activo patrimonial assenta no incremento de um turismo científico, mais propriamente na recente categoria do Geoturismo. “Um segmento bastante recente e que vem despertando interesse em vários locais do mundo é o *geoturismo* (tema também analisado no Capítulo V) que é definido como um turismo sustentado nas características geográficas de um lugar, o seu património ambiental, cultural e estético, além do bem-estar das populações envolvidas.” (Fernando César Manosso). Temos, então, como

base o estudo, valorização e divulgação do património geológico do concelho de Peniche junto de um público-alvo composto por geólogos, investigadores, docentes, alunos universitários ou mesmo simples curiosos por esta temática, de fundo nacional e principalmente internacional. Trata-se de um tipo de turismo não massificado, que não se revestindo de um carácter sazonal, pode complementar a tradicional oferta turística concelhia, muitas vezes limitada ao típico turismo de sol e mar, como vem, aliás, sendo comum no litoral português.

Face à ausência de dados oficiais, os indicadores recolhidos de forma empírica para este tipo de turismo, menos massificado e mais alternativo, tendo como base a realidade concelhia, apontam para um turista que provém do espaço europeu ou do continente americano, com um elevado poder de compra bem como um elevado grau de formação. Este tipo de turista, geralmente, pernoita em unidades hoteleiras, permanecendo no concelho pelo menos durante dois dias.

O potencial deste turismo centrado na natureza estende-se a outros concelhos da região Oeste, pelo que a criação de uma *Rota do Jurássico* se afirmaria como elemento simultaneamente potenciador do conjunto de atractivos e diferenciadores desta região à escala internacional.

Os desafios que recaem sobre a gestão deste património versam o binómio valorização/divulgação. Com efeito, para vender um produto turístico há que valorizá-lo; o mesmo sucedendo com o património geológico. O primeiro passo foi já dado com o reconhecimento pelo município da relevância deste património concelhio através da classificação, em 30 de Abril de 2007, do sítio da Ponta do Trovão (península de Peniche) como imóvel de interesse municipal. A estratégia de valorização do património geológico passará a médio prazo pela protecção dos sítios de interesse da circulação e estacionamento de veículos, não apenas por motivos de preservação patrimonial, mas igualmente por questões de segurança.

No que concerne à divulgação do património geológico, esta deverá continuar a recair sobre o desenvolvimento de eventos e encontros científicos de projecção internacional, versando a temática da geologia concelhia, bem como sobre o estímulo à visita destes sítios organizados segundo um itinerário temático próprio, apoiado por uma necessária sinalização dos locais de maior relevância, bem como uma adequada documentação de apoio à visita.

#### 4.1.2. Património Histórico edificado

O concelho de Peniche ostenta igualmente um vasto e rico património cultural, do qual se destaca a monumentalidade dos seus imóveis históricos. Do manancial de património histó-



**Figura 2** - Pormenor do gradeamento de uma porta, típico da região litoral Oeste. Entrada de uma habitação numa das ruas da zona histórica de Peniche. (Fotografia da Autora).

rico edificado identificado e conhecido sobressai particularmente a arquitectura religiosa e militar pela sua significância histórica, diversidade e pela vasta quantidade de imóveis de inexorável valor patrimonial.

Tratando-se de uma costa propícia a naufrágios e acidentes marítimos, como o confirma a histórica trágico-marítima de Peniche, que parece estar recheada de dramáticos episódios que, envolvendo esta comunidade piscatória, reafirmam a duradoura e contraditória relação estabelecida entre o Homem e o mar: o mar, esse mesmo que alimenta e enriquece é o mesmo que naufraga e destrói. Desta cruel contradição resultou uma vivência humana profundamente marcada pela Fé e por uma extrema religiosidade, visível nos cultos e festas religiosas associadas ao mar, das quais as venerações de Nossa Senhora

da Ajuda, de Nossa Senhora da Boa Viagem e de Nossa Senhora dos Remédios constituem expoentes máximos (ver Capítulo IV).

A religiosidade desta comunidade piscatória é igualmente perpetuada na magnificência dos seus templos. Destes, a capela de Nossa Senhora dos Remédios e as igrejas de Nossa Senhora da Ajuda, S. Pedro, Nossa Senhora da Conceição e da Misericórdia, constituem pela sua relevância histórica e beleza artística os mais significativos monumentos evocativos desta arreigada devoção colectiva existentes na península de Peniche (ver Capítulo IV).

Nesta terra de gentes igualmente conhecedoras das agruras da prática agrícola, destacam-se com particular relevo o rol do património de matriz religiosa disperso pelas freguesias

do concelho, onde templos como as igrejas de S. Leonardo, de Nossa Senhora da Conceição, da Misericórdia (Atouguia da Baleia), de Nossa Senhora da Conceição (Consolação) e de S. Sebastião (Serra d'El-Rei), ou a capela de Nossa Senhora da Guia (Ferrel), figuram necessariamente como pontos de visita obrigatória no âmbito de um itinerário por esta arquitectura religiosa.

Por seu lado, as fortificações marcam igual e fortemente a paisagem desta região. Mercê da sua posição geo-estratégica, a região de Peniche ostenta uma das maiores concentrações de fortificações e estruturas defensivas existentes no território nacional, na sua maioria datáveis do século XVII.

Todavia, as primeiras fortificações da região penicheira, como será explicado mais adiante, datam de um período mais recuado. Conhecendo um grande desenvolvimento económico durante o período medieval, mercê do seu porto de pesca, a então Vila de Atouguia constituía na época alvo preferencial da pirataria muçulmana norte-africana, pelo que provavelmente durante os séculos XII ou XIII terá sido construído um pequeno castelo protector da próspera vila e respectivo porto.



Figura 3 - Fortaleza de Peniche (Fotografia da Autora)

Na verdade, o processo de fortificação da região penicheira principia em 1557, com o início da edificação do Baluarte Redondo (fortificação na génese da fortaleza de Peniche), a mando de D. Luís de Ataíde, 3º Conde de Atouguia, com o intuito de proteger o povo e a povoação de Peniche. Todavia, será apenas com D. João IV que este processo recebe um forte incremento, com a edificação em 1642 do Forte de Nossa Senhora da Consolação e com as conclusões, em 1645, da Fortaleza de Peniche e, provavelmente em 1656, do Forte de S. João Baptista, na ilha da Berlenga. Mais tarde, seguiu-se a construção de uma cortina defensiva abaluartada, atravessando os terrenos do istmo *de mar a mar*, concluída em 1671 (Calado, 1999). Esta linha defensiva constituindo as Muralhas de Peniche era encabeçada pelo Forte das Cabanas, fortim que a par da Fortaleza defenderia a povoação de Peniche de Baixo e o

porto de abrigo. Seguia-se um longo pano amuralhado com uma extensão de aproximadamente



**Figura 4** – Forte de S. João Baptista, na ilha da Berlenga (Fotografia da Autora)

dois mil metros, ligando os baluartes da Misericórdia e da Ponte os meio baluartes da Calçada, S. Vicente e da Gamboa, limitado a norte pelo Forte de Nossa Senhora da Luz, situado na península da Papoa.

Por outro lado, também a belicoidade do século XIX motivou a edificação de estruturas defensivas neste território. Na sequência das invasões francesas, inicia-se em 1808 a construção do Fortim do Baleal, também conhecido por *Fortim dos franceses*, construção atribuída às tropas

napoleónicas, entretanto inacabada. Construídos por volta de 1830, no âmbito das guerras liberais, as Baterias da Papoa e o Entrincheiramento de S. Miguel, localizados a norte da península de Peniche, junto à praia do Porto da Areia Norte, constituem as últimas de um extenso rol de edificações defensivas erigidas na área de Peniche, autênticas testemunhas de um passado recente no qual Peniche se assumia como importante ponto estratégico na defesa de Lisboa e do Reino (Calado, 1999).

Pela sua importância, destacamos de entre este rol de edificações defensivas (à que dedicaremos, ainda dentro deste capítulo, uma secção particular), a Fortaleza de Peniche (ver localização nas plantas dos Anexos 3 e 4). Mandada edificar por D. João III em 1557 e concluída em 1645 por D. João IV, que a considerou a *principal chave do Reino pela parte do mar*, a Fortaleza de Peniche conta, para além da típica traça em estrela, com o característico Baluarte Redondo - primeira fortificação construída na península de Peniche - a Torre de Vigia, e a capela de Santa Bárbara. Este Monumento Nacional Classificado pelo Decreto de 1938 foi praça militar de vital importância estratégica até 1897, abrigo de refugiados *boers* provenientes da África do Sul no início do século XX, residência de prisioneiros alemães e austríacos durante a I Guerra Mundial, prisão política do Estado Novo entre 1934 e 1974, alojamento provisório de famílias portuguesas chegadas das antigas colónias ultramarinas em

1974 e, a partir de 1984 albergue do Museu Municipal de Peniche, que apresentaremos, de forma breve, mais adiante.

Não podíamos ainda deixar de fazer referência ao Forte de S. João Baptista da Berlenga. Mandado edificar com a finalidade de impedir a ocupação desta ilha por corsários norte-africanos ou potências inimigas, o Forte de S. João Baptista começou por ser abrigo de monges da Ordem de São Jerónimo, que aí se estabeleceram com o propósito de oferecer auxílio à navegação e às vítimas dos frequentes naufrágios naquela costa atlântica, assolada por corsários, fundando o Mosteiro da Misericórdia da Berlenga, no local onde, desde 1953, se ergue um restaurante. Entretanto, a escassez de alimentos, as doenças e os constantes assaltos de piratas e corsários Marroquinos, Argelinos, Ingleses e Franceses, tornaram impossível a vida de retiro dos frades, muitas vezes incomunicáveis devido à inclemência do mar.

Em meados do século XX, esta fortaleza foi parcialmente restaurada e aberta ao turismo, tendo sido adaptada como pousada. Actualmente funciona como casa-abrigo, sob a gestão da Associação dos Amigos das Berlengas.

Tradicionalmente associado a um turismo assente no binómio Sol e Mar, o concelho de Peniche possui no património histórico edificado de fundo religioso e militar um importantíssimo activo explorável no âmbito do chamado *touring* cultural e paisagístico.

Com efeito, o *touring* cultural e paisagístico (definido no PENT como um dos produtos-chave a desenvolver na região Centro) afirma-se como o produto turístico associado ao património que maior capacidade tem de afirmação na realidade oestina, quer pela quantidade, diversidade e qualidade dos sítios e monumentos existentes na região, como pelo facto de se tratar de uma modalidade com maior potencial de massificação controlada face a outras aqui mencionadas. Além desta característica, possui o factor de baixa sazonalidade e o seu valor de crescimento é estimado entre 5 a 7% anuais na Europa. Esta tipologia de turismo detém, segundo a OMT, um volume de procura entre 30 a 40 milhões de viagens internacionais na Europa.

Tal como no caso do património geológico, a criação de um roteiro temático versando a arquitectura militar da região Oeste, de tipologia e cronologia diversa, permitiria potenciar a valorização deste activo pelo menos à escala nacional.

O *touring* cultural e paisagístico desenvolvido à escala do concelho de Peniche e assentando na visita a imóveis históricos de fundo religioso e militar, pode ser complementa-

do pela visitação de outros atractivos patrimoniais de índole etnográfica, como unidades museológicas (Museu Municipal de Peniche; Museu de Atouguia da Baleia; Museu de Serra d'El Rei), ateliers artísticos (produção da renda de bilros tão tradicional de Peniche) ou outros contextos produtivos (fileira das pescas: construção naval; pesca; indústria conserveira).

A principal ameaça que aflige o património histórico edificado recai incontornavelmente sobre o capítulo da conservação. Com efeito, a monumentalidade e a qualidade artística deste património traz também grandes encargos com a sua preservação e conservação. Tratando-se de uma realidade complexa, onde cada caso é um caso particular, e como tal para a qual não se deverão fazer análises simplistas, é no entanto notória a incapacidade generalizada dos proprietários dos imóveis históricos, quer seja o Estado, entidades públicas ou privadas, em zelar e garantir a conservação destes, facto que ameaçando a vivência deste activo patrimonial coloca em causa o sucesso do turismo de índole cultural.

Vencida há muito a batalha da sensibilização dos diversos actores – proprietários, entidades estatais, autarquias e a comunidade – para a necessidade e interesse em preservar este património, os principais desafios no domínio da conservação incidem sobre dois aspectos cruciais: uma intervenção com *know-how* e definir fontes de financiamento.

Reconhecendo-se a especificidade da intervenção sobre o património, torna-se premente estimular a partilha de conhecimento científico e técnico em torno da temática da conservação e restauro de imóveis históricos, tendo como interlocutores privilegiados alguns actores locais, facto essencial para obviar recorrentes intervenções que, não obstante o admirável voluntarismo dos seus promotores, configuram no entanto verdadeiros crimes contra o património.

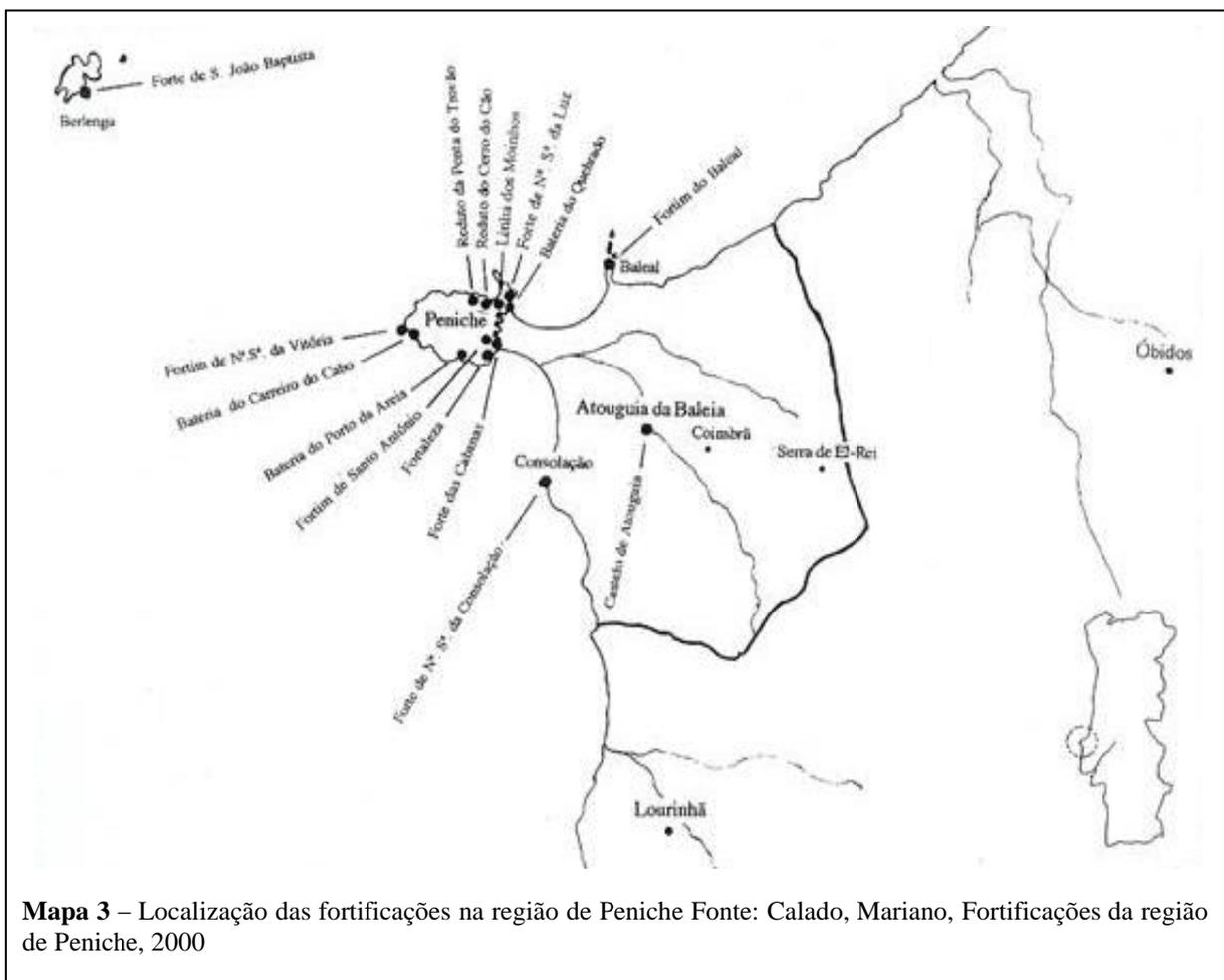
Historicamente dependente do erário público, a intervenção no património histórico edificado deve necessariamente encontrar outras fontes de financiamento alternativo, eminentemente de carácter privado. O mecenato cultural parece afirmar-se como a mais viável fonte de financiamento para este tipo de intervenção, cabendo ao sector público estimular o investimento de fundo privado, não apenas numa perspectiva de propalar a previsível majoração fiscal, mas através da demonstração de que este pode traduzir-se numa mais-valia económica para a empresa ou particular por força de um favorável escrutínio público resultante do investimento na defesa e valorização do património colectivo.

Para divulgar o património histórico edificado é, assim, necessário fazer dele o devido e correcto usufruto, sendo também necessário a aplicação de algumas medidas relativas à animação cultural.

Seguidamente, procederemos a um estudo mais pormenorizado das fortalezas da região de Peniche, um conjunto de edificações históricas de índole militar que, pela sua riqueza, diversidade, importância histórica e cultural, merecem uma referência de maior destaque.

#### 4.1.2.1. Fortificações de Peniche

Não deixa de impressionar a circunstância de, numa área relativamente diminuta e com recursos económicos marcadamente insuficientes, se ter edificado um tão grande número de fortificações, que podemos encontrar não apenas por quase todo o perímetro da península,

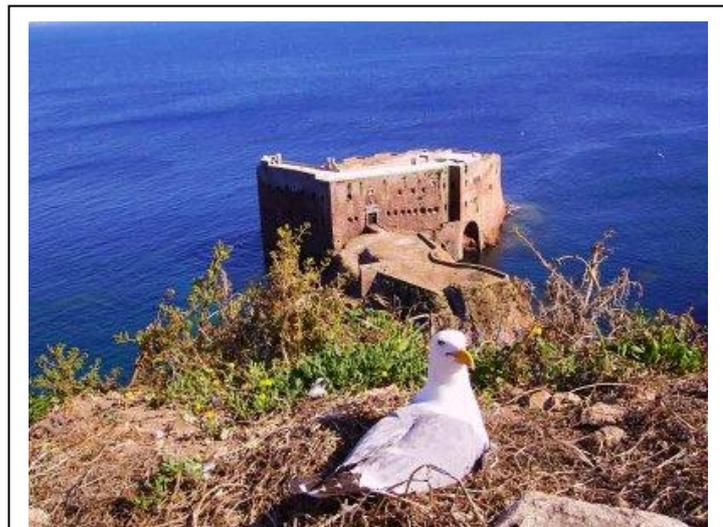


mas também no Baleal, na Consolação e ainda na Atouguia da Baleia e na ilha da Berlenga.

Mandada edificar por D. João III em 1557 e concluída em 1645 por D. João IV, que a considerou a principal chave do Reino pela parte do mar, destaca-se deste conjunto de edificações militares a Fortaleza de Peniche, com a sua típica traça em estrela e o Baluarte Redondo - primeira fortificação construída na península de Peniche. Este Monumento Nacional Classificado pelo Decreto de 1938 foi praça militar de vital importância estratégica até 1897, abrigo de refugiados *boers* provenientes da África do Sul no início do séc. XX, residência de prisioneiros alemães e austríacos durante a Primeira Guerra Mundial, prisão política do Estado Novo entre 1934 e 1974, alojamento provisório de famílias portuguesas chegadas das antigas colónias ultramarinas em 1974, e a partir de 1984 albergue do Museu Municipal.

É um facto que a criação de fortificações sempre se justificou pela presença de pessoas, ou existência de bens a proteger, bem como necessidade estratégica intimamente relacionada com o próprio instinto de sobrevivência. Recuando no tempo, é conhecido que tanto na gruta da Furninha, como em vários outros locais, não só da actual península, mas também do concelho de Peniche, têm sido encontrados inúmeros vestígios da presença do Homem desde os recuados tempos da pré-história, o que, decerto, terá levado, oportunamente, à construção de quaisquer expedientes de defesa para a protecção contra ataques de outros homens ou de animais ferozes.

Verdade é também que, posteriormente, porventura devido à sua favorável situação geográfica, pela natureza particular dos seus terrenos ou pela fertilidade dos seus mares, deverão ter passado pela região – e nela, eventualmente, se terão fixado, ou deixado vestígios da sua passagem – outros Homens de diversas procedências, como os Fenícios, os Gregos, os Cel-



**Figura 14** - Forte de S. João Baptista. (Fotografia da Autora).

tas, os Iberos, os Cartagineses e os Romanos, tendo particularmente a presença destes últimos sido comprovada, ao longo dos tempos, por diversos achados arqueológicos (âncoras, moe-

das, fornos, salinas, etc). Parece ainda provável que, pelo século V, tenham chegado ainda os Suevos, depois os Visigodos e, mais tarde ainda, pelo século VIII, os Muçulmanos, os quais se deverão ter fixado na região por algumas centenas de anos, parecendo surgir como rasto da permanência destes últimos os termos Alcoentras, Almagreira e Asseiceira, existentes na toponímia do actual concelho (tal como na vasta toponímia da região estremenha vizinha: Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Almoíña, Alqueidão da Serra, Alqueidão do Mato, Alvorninha, Arrabal, Arrimal...)

O forte de Nossa Senhora da Consolação, recentemente objecto de restauração, passou, em vários períodos, por ser utilizado como abrigo de doentes protegidos de uma congregação religiosa e sede de um grupo de amigos da povoação.

Quanto ao forte de S. João Baptista da Berlenga (do qual Raul Brandão, encantado com a situação e beleza do local – que descreveu, em 1920, como “o mais belo sítio da costa portuguesa” – chegou a dizer que “se houvesse justiça no planeta”, ele seria nomeado seu governador<sup>12</sup>) começou por ser abrigo de monges da Ordem de São Jerónimo, que aí se estabeleceram com o propósito de oferecer auxílio à navegação e às vítimas dos frequentes naufrágios naquela costa atlântica, assolada por corsários, fundando o Mosteiro da Misericórdia da Berlenga, no local onde, desde 1953, se ergue um restaurante. Entretanto, a escassez de alimentos, as doenças e os constantes assaltos de piratas e corsários Marroquinos, Argelinos, Ingleses e Franceses, tornaram impossível a vida de retiro dos frades, muitas vezes incomunicáveis devido à inclemência do mar.

Sem maior valor militar, perante a evolução dos meios bélicos no século XIX, foi desartilhada em 1847 e abandonada, passando a ser utilizada como base de apoio para a pesca comercial.

Em meados do século XX foi parcialmente restaurada e aberta ao turismo, tendo sido adaptada como pousada. Actualmente funciona como casa-abrigo, sob a gestão da Associação dos Amigos das Berlengas.

Longe estarão as fortificações da região de Peniche da sua antiga majestade e utilidade militares. Contudo, poderemos certamente afirmar que terá sido o porte altivo e vigoroso das suas muralhas – com o seu castelo, a sua fortaleza, os seus fortes, fortins, baluartes, baterias, redutos e entrincheiramentos e a sua longa cortina de mar a mar, desde a enseada do sul à

---

<sup>12</sup> Brandão, Raúl, *Os Pescadores*, Estúdios Cor, Lisboa, 1957

enseada do norte (realidade aparentemente limitativa da expressão urbanística da povoação penicheira para oriente, mas que, entretanto, se transformou numa singular presença monumental) – que, de algum modo, terá fortemente contribuído para o estruturar do imaginário das gentes da região, cimentando o construir da sua própria identidade.

#### 4.1.2.2. Museu Municipal da Fortaleza de Peniche

O Museu Municipal de Peniche, instalado na Fortaleza, é composto por colecções de arqueologia (representativas do espólio da gruta da Furninha), arqueologia subaquática, malacologia (ramo da biologia que estuda os moluscos), construção naval e artesanato local (rendas de bilros). Alberga também um sector dedicado à resistência anti-fascista, podendo ser visitadas as antigas celas dos presos.

Em 1984, a Câmara Municipal de Peniche inaugurou, em parte das instalações da Fortaleza - Pavilhão “C” e Parlatório da antiga prisão - o Museu Municipal de Peniche, que possui um acervo que totaliza cerca de 10.000 peças, das quais cerca de metade, consideradas mais representativas, formam a exposição permanente.



**Figura 15** - Pintura em azulejo, à entrada do Museu Municipal de Peniche. (Fotografia da Autora)

O espólio do Museu Municipal reparte-se pelas seguintes colecções:

- Pré-história;
- Arqueologia Subaquática;
- Pesca e Construção Naval;

- Arquitecto Paulino Montês;
- Memórias de Peniche;
- Rendas de Bilros;
- Resistência Antifascista.

Com horário de visita de Terça a Sexta-feira, das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30 e Sábados, Domingos e Feriados, das 10h00 às 12h30 e das 14h às 17h30 (encerrado às Segundas-feiras), o bilhete de entrada no Museu tem o custo de 1,5€ - entrada gratuita para menores de 16 anos, portadores de Cartão Jovem e visitas organizadas por instituições devidamente credenciadas e com marcação prévia.

O Museu Municipal de Peniche enquanto instituição cultural dinâmica e importante agente de divulgação do Património histórico e etnográfico do concelho, apoia e desenvolve uma ampla variedade de iniciativas de carácter lúdico e pedagógico, dirigidas a diversos públicos, bem como no domínio da investigação, particularmente no campo da Arqueologia.

A Câmara Municipal de Peniche tem ainda em fase de projecto o Museu da Renda de Bilros de Peniche, elemento cultural que abordaremos na secção que se segue, e o Museu de Atougia da Baleia.



**Figura 16** - Recriação dos interrogatórios aos suspeitos e presos políticos do Estado Novo. Interior do Museu Municipal de Peniche, Núcleo da Resistência antifascista (Fotografia da Autora).

### 4.1.3 Património Arqueológico subaquático

Sendo um incontornável ponto de escala do tráfego comercial atlântico, as águas que banham Peniche foram, no passado, palco de inúmeros naufrágios e acidentes marítimos cuja memória se perde nos tempos.



**Figura 5** – Observação de vida natural subaquática nas imediações das Berlengas.  
Fonte: <http://www.campoaventura.pt>

Navegado desde a antiguidade, o mar de Peniche tem no fundeadouro da ilha Berlenga o testemunho desta diacronia histórica. A ilha da Berlenga, pela sua localização estratégica no enfiamento da importante rota marítima ligando o sul ao norte da Europa, viu as suas águas fundeadas por embarcações de várias épocas. A memória destas navegações é perpetuada pelos achados subaquáticos recuperados nos últimos anos em diversas missões de investigação, destacando-se destes âncoras em pedra de horizonte fenício, cepos de âncora em chumbo e ânforas de época romana, bem como peças de artilharia quinhentistas.

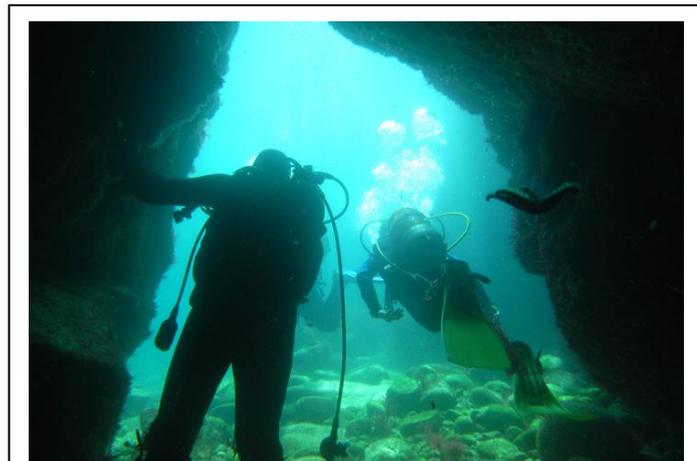
Pela sua monumentalidade, conservação e impacto na memória das gentes, destaca-se do património arqueológico subaquático um vasto conjunto de navios da era do vapor que naufragaram perto da costa do Arquipélago das Berlengas entre o último quartel do século XIX e meados do século XX; navios como o vapor de carga britânico *El Dorado* (Farilhão Grande – 1885); o vapor português *Gomes VIII* (Baixa do Rinchão – 1899); o vapor italiano *Primavera* (Berlenga – 1902); os navios gregos *Polixeni* (Estelas – 1905); *Cornellius* (Farilhões – 1910); *Maroudio Inglezzi* (Baixa do Broeiro – 1921); *Andrios* (Berlengas – 1926) e *Sappho* (Estelas – 1932); ou o vapor inglês *Highland Hope* (Farilhões – 1930), este último o naufrágio contemporâneo cuja memória se encontra mais vincada na comunidade (Reiner e Santos, 2002). Destaque ainda para o *Dago*, navio mercante de bandeira brasileira, afundado ao serviço dos aliados durante a II Guerra Mundial, em 14 de Março de 1942, por um avião

caça alemão, ao largo de Peniche, e cujo naufrágio tem alimentado o imaginário de mergulhadores e não mergulhadores (Calado, 1991).

Nos últimos anos tem-se vindo a assistir a nível nacional, e particularmente a nível local, a um forte desenvolvimento de actividades relacionadas com o chamado turismo náutico (também referenciado pelo PENT como um dos produtos inovadores e de alto índice a desenvolver na região de Lisboa, sendo a procura estimada para a Europa entre 4 a 5 milhões de viagens por ano) com destaque para a actividade do mergulho, tendo surgido várias escolas/empresas de mergulho que procuram explorar os activos património natural/património cultural presentes no meio subaquático.

No que toca ao património de fundo cultural, as águas de Peniche acolhem vários destroços de navios a vapor em ferro, alguns dos quais considerados por investigadores como John Riley (investigador australiano, especialista internacional na tecnologia naval do vapor) como de “classe mundial”. Peniche começa hoje a ser visto como um local de excelência no mergulho em naufrágio, agora também no estrangeiro. Mais do que simplesmente ver a fauna ou a flora aquática, o mergulhador pretende cada vez mais usufruir da paisagem subaquática na sua globalidade: fauna, flora, formações geológicas e destroços de naufrágios.

O turismo náutico centrado no mergulho (para o qual existem excelentes condições, tanto em apneia como com garrafa de oxigénio, na ilha da Berlenga, pode e deve assumir um carácter não sazonal, devendo atrair mergulhadores nacionais e, principalmente, estrangeiros, com elevado poder de compra, associados ao chamado mergulho técnico. A evolução tecnológica em torno desta actividade permite actualmente o acesso a destroços a profundidades até recentemente consideradas proibitivas, como é por exemplo o caso do naufragado navio



**Figura 6** - Mergulho com botija de oxigénio numa das muitas grutas subaquáticas, na ilha da Berlenga.  
Fonte: <http://www.campoaventura.pt>

*Dago*, localizado nestas águas a cerca de 50 metros de profundidade, navio que já é hoje ponto de referência à escala nacional para este tipo de mergulho.

Reconhecendo a importância deste tipo de património cultural, a autarquia de Peniche tem procedido desde 2005, em colaboração com o Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas, à inventariação do património náutico e subaquático existente no concelho, projecto este que visa a criação da *Carta Municipal do Património Náutico e Subaquático do Concelho de Peniche*. Este projecto, que contabiliza actualmente cerca de duas centenas e meia de contextos aquáticos e subaquáticos identificados, com cronologias que oscilam entre a época romana e o século passado, procura proceder ao registo exaustivo, estudo e divulgação de todo o património de matriz náutica e subaquática existente na área do concelho de Peniche, sendo privilegiados contextos tão diversos como naufrágios, achados fortuitos, estruturas portuárias ou estaleiros navais. Pretende-se essencialmente que esta carta constitua um instrumento basilar numa gestão racional deste tipo de património, tomado como um “motor” de desenvolvimento económico local.

A falta de visão estratégica concernente à valorização e gestão de contextos de naufrágio da era do vapor tem conduzido, em paralelo com o crescimento exponencial do mergulho lúdico, praticado sobretudo no arquipélago das Berlengas, a um contínuo e crescente processo depredatório destes contextos culturais. A falta de sensibilidade de mergulhadores e, por vezes, de operadores de mergulho, para a necessidade de preservar aquele que é manifestamente um valioso activo turístico local tem-se traduzido na frequente pilhagem e recolha de “recordações” em particular nos destroços mais frequentados por estes “exploradores”, delapidando inexoravelmente estes sítios.

Tratando-se o mergulho de uma actividade económica emergente na realidade local e perante uma ausência de estratégia de valorização deste património cultural subaquático à escala nacional, é oportuno lançar a base para uma reflexão/discussão a nível local (mas também a nível nacional), reunindo entidades estatais, autarquias, agentes económicos, a comunidade científica, e claro, os mergulhadores/utentes, em torno da definição de uma estratégia de preservação e de implementação de um modelo de gestão deste património, porventura inspirado e adaptado da realidade experimentada noutros países europeus.

#### 4.1.4 Património Imaterial

Embora o património imaterial de Peniche seja bastante diversificado, pretendemos abordar no nosso trabalho apenas alguns elementos deste tipo de património, que julgamos apresentarem maior significado e importância.

##### 4.1.4.1. Gastronomia

Território onde um “Povo abraçou o mar numa terra que o mar abraça”, o concelho de Peniche possui uma vasta e rica gastronomia, inevitavelmente influenciada pela especificidade da sua paisagem, predominando a confecção de pratos de peixe.

Sendo a pesca historicamente a principal actividade económica do concelho é com alguma naturalidade que a gastronomia local reflecte essa realidade.

A génese daqueles que são hoje considerados pratos típicos remonta à confecção alimentar a bordo das embarcações piscatórias, daí derivando a célebre *caldeirada* (cuja receita e forma de confecção é apresentada, a título de curiosidade, no Anexo 5) ou o menos conhecido *gala-gala*. A estes pratos mais condimentados juntaram-se outros de origem algarvia, introduzidos localmente já durante o primeiro quartel do século XX por imigrantes dessa região que aqui se fixaram para laborar na indústria conserveira, como são os casos da *massada de peixe*, do *arroz de tamboril* ou dos *carapaus alimados*. A gastronomia típica da região pode ser apreciada em quase todos os restaurantes da zona histórica de Peniche. Nos mapas 1 e 2, podemos observar algumas das principais ofertas existentes ao nível da restauração, bares e unidades de alojamento da zona histórica da cidade.

Tratando-se principalmente da cavala, da sarda e da sardinha as principais espécies capturadas (com destaque para esta última), estas aproveitando a sua gordura eram habitualmente cozidas e assadas, gozando de grande popularidade nas tabernas de Peniche pratos como *sarda ou cavala cozida e sarda ou sardinha assada*.



**Mapa 1** - Mapa representativo da zona histórica da cidade de Peniche, com a localização de alguns restaurantes, bares e unidades de alojamento.

Fonte: Folheto informativo Guia de Peniche 2008, dos serviços turísticos de Peniche.

1. Restaurante *Âncora*; 2. Restaurante *Mira Mar*; 3. Restaurante *A Sardinha*; 4. Restaurante *Patriarca*;
5. Resto-Bar/Esplanada *Páteo da Lagoínha*; 6. Residencial *Maciel*; 7. Cervejaria/Marisqueira *Portinho d'Areia Sul*;
8. Pastelaria *Café da Manhã*; 9. Restaurante/Residencial *Popular*; 10. Residencial/Restaurante *Mili*;
11. Restaurante *Colmeia*; 12. Restaurante *O Pedro*; 13. Bar *Adega do Becas*; 14. Bar *Ritual*;
15. Snack-Bar *A Tosta*; 16. Restaurante/Pizzaria *Il Boccone*; 17. Restaurante *Pizza e Pasta Sr. Pizza*;
18. Taberna *Remédio Santo*; 19. Marisqueira *Mirandum*; 20. Pizzaria *Take-away O Outro*; 21. Restaurante/Snack-Bar *Ambassador*.



**Mapa 2** - Mapa representativo da zona histórica da cidade de Peniche, com a localização de alguns restaurantes, bares e unidades de alojamento. Fonte: Folheto informativo Guia de Peniche 2008, dos serviços turísticos de Peniche.

1. Residencial *Casa das Marés*; 2. Restaurante *Paraíso do Foz*; 3. Turismo Rural *A Coutada*, Quinta da Coutada;
4. Café/Bar *Cem Sons*; 5. Turismo Rural *Villa Berlenga*; 6. Restaurante *A Tasca do Brasileiro*;
7. Bar *Danau*, Praia do Baleal; 8. Parque de Campismo *Peniche Praia Camping*; V. Cais de embarque para as Berlengas.

As técnicas tradicionais de conservação do pescado moldaram igualmente esta gastronomia.

Quando conservada por dias ou como reserva para o Inverno, a sardinha era colocada em pios com salmoura, sendo por vezes igualmente prensada (Peixoto, 1991), obtendo-se um produto que se pode considerar protótipo dos actuais preparados conserveiros. Paralelamente, à escala doméstica, a sardinha era habitualmente salgada e colocada em barricas – a chamada *sardinha de barrica*.



**Figura 7** - Doçaria típica de Peniche, bolo “Amigo de Peniche”. (Fotografia da Autora).

Para além da salga, destacava-se igualmente a secagem do peixe como processo tradicional de conservação do pescado, em particular das espécies como o carapau, a arraia ou a cavala, daí derivando outros dos pratos típicos de Peniche, embora não exclusivo a este concelho: o *peixe seco cozido*.

Também os crustáceos e os moluscos fizeram tradicionalmente parte da dieta alimentar das gentes de Peniche. Nesta gastronomia permaneceu até hoje a confecção da *lagosta suada*, dita à moda de Peniche, memória dos tempos em que a abundância deste crustáceo alimentava os lagosteiros franceses.

Por outro lado, no que respeita à gastronomia concelhia, os doces fazem também parte de uma tradição que se perpetua. Assim, no capítulo da doçaria, são dignos de menção os “*amigos de Peniche*”, os “*pastéis de Peniche*”, os “*esses*” (bolo típico em forma de “S”) ou os “*ossinhos*”, doces cuja génese radica na segunda metade do século XX. De particular interesse o facto de a *nomina* atribuída a alguns destes doces ser inspirada na realidade histórica concelhia, como é o caso dos “*amigos de Peniche*” (designação popular associada ao episódio do desembarque inglês de 1589) e aos “*ossinhos*” (associação ao naufrágio do *San Pedro de Alcantara*, ocorrido junto à Papoa em 1786), contribuindo de forma *sui generis* para perpetuar esta vasta herança cultural.

A gastronomia penichense corresponde a um processo em constante construção, que ao longo de séculos beneficiou de uma diversidade de contributos, exógenos e endógenos que,

para além do primor e qualidade desta dieta alimentar traduz a história e a vivência económica de uma comunidade.

O caminho para a preservação do património gastronómico passará seguramente, numa primeira fase, pela qualificação da gastronomia tradicional penichense, processo presentemente em curso sob a égide da Câmara Municipal de Peniche, pois só desta forma será possível valorizar e perpetuar este activo patrimonial, impedindo a sua adulteração.

Na perspectiva da qualidade gastronómica mais concretamente referente à higiene e segurança alimentar, a CVA (Comissão de Vigilância Alimentar, constituída por várias entidades, como a Câmara Municipal, os Bombeiros Voluntários de Peniche e a Delegação de Saúde) vem, desde 2004, a proceder a um importante trabalho pedagógico ao nível dos estabelecimentos de restauração e bebidas (e não só). Será, portanto, necessário continuar com esta metodologia, que começa agora a ser identificada pelos produtores como uma mais-valia.

Tal como nos casos do património geomorfológico e do património histórico edificado, julga-se que a elevada qualidade da gastronomia local favorece a criação de uma rota versando os diversos sabores do Oeste, articulando as esferas agrícola e piscatória.

#### **4.1.4.2. Artesanato**

A nível de artesanato, Peniche é rico não só pelas famosas rendas de bilros, mas também por outro tipo de artesanato que, não tendo um peso tão relevante, já é importante a nível de divulgação turística do artesanato de Peniche. Os artesãos das rendas de bilros, assim como os das outras artes, encontram-se enquadrados e representados em quatro associações: a Escola de Rendas de Bilros, a Associação Peniche - Rendibilros, a Associação dos Artesãos de Santa Maria e a ALA – Associação Local de Artes.

A Associação Local de Artes existe desde 1994, conta quase com meia centena de artesãos a trabalhar diversas formas de expressão artesanal. Com sede na Fortaleza de Peniche, é neste cenário imponente do património histórico da cidade de Peniche que alguns dos artesãos da ALA desenvolvem a sua actividade artesanal, onde é possível apreciar os artesãos a trabalhar ao vivo.

Os materiais utilizados pelos artesãos da ALA são diversos: desde os trabalhos em pedras de calcário originais e únicas das praias de Peniche, trabalhos em madeira como as réplicas de embarcações em miniatura e peças em madeira alusivas ao surf, representações de penicheiros em tecido endurecido, trabalhos em cerâmica e pintura.

Quanto às rendas de bilros, não é fácil localizar, com exactidão, a data do seu aparecimento em Peniche, ainda que seja indiscutível que já no século XVII os bilros fossem trabalhados nas almofadas cilíndricas das mulheres penichenses a dar vida às formas mais ou menos ingénuas dos desenhos traçados sobre os piques cor de açafraão. Por outro lado, como pelo extenso litoral brasileiro se tecem as chamadas “rendas da praia”, com artefactos e técnica



**Figura 8** - Crianças a aprender a arte da Renda de Bilros. Escola de Rendas de Bilros, em Peniche, 2010. (Fotografia da Autora).

ca muito semelhantes aos usados pelas rendilheiras de Peniche, é ainda legítimo supor que, no início do século XVI, aquando do surto migratório e repovoamento do Brasil, possa ter ido de Peniche, com as mulheres dos pescadores mareantes que da região emigraram, um saber popular que, em terras de Vera Cruz, as penichenses terão naturalmente disseminado.

Entretanto, a originalidade e a qualidade das rendas de bilros de Peniche atingiram tal grau de per-

feição e notoriedade, que toda e qualquer renda de bilros portuguesa passou a ser conhecida, simplesmente, por *renda de Peniche*. Em meados do século XIX, existiam em Peniche quase mil rendilheiras e, segundo Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, eram oito as oficinas particulares onde crianças a partir dos quatro anos de idade se iniciavam na aventura desta arte. Mas foi em 1887, com a fundação da escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia (mais tarde Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos), sob a direcção de D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que as rendas de Peniche atingiriam um grau de perfeição e arte difíceis de igualar.

Com o advento da industrialização, as rendas de bilros de Peniche foram sofrendo uma regressão, que atingiu o seu ponto mais drástico com a extinção da disciplina facultativa da sua aprendizagem no ensino secundário. Felizmente que, a par de outras iniciativas particulares, como o aparecimento dos Artesãos de Santa Maria (da responsabilidade da paróquia),



**Figura 9** - Monumento à rendilheira de Peniche, numa das ruas centrais da cidade. (Fotografia da Autora)

da Escola de Rendas de Peniche (da Câmara Municipal) e da constituição da Peniche – Rendibilros (Associação para a defesa e promoção das rendas de bilros de Peniche), esta arte encontra-se actualmente salvaguardada e dignificada, sendo mais de meio milhar as penicheiras que sabem tecer renda de bilros ou se dedicam à sua confecção. Em Peniche, anualmente, no terceiro Domingo de Julho, celebra-se o Dia da Rendilheira, recentemente inserido no programa da Semana da Rendilheira, dedicado especialmente às rendilheiras e muitas são, de facto, as que, no Jardim Público, se exibem perante milhares de pessoas maravilhadas com a beleza das suas obras.

#### 4.1.4.3. Uma arte popular: as Rendas de Peniche

Diz-nos a filosofia popular que “terra de redes, terra de rendas”. Na verdade – e excepção feita a Nisa, no Alentejo e Farminhão, perto de Viseu – o fabrico das rendas de bilros foi artesanato que se desenvolveu, quase exclusivamente, em povoados da orla marítima, como Caminha, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Azurara, Setúbal, Lagos, Olhão e Peniche, tendo existido ainda em Silves, Sines e Sesimbra. Contudo, o facto é que foi justamente em Peniche que este tipo de renda chegou a atingir um tal nível em arte e produção que se tornou corrente designar por *renda de Peniche* toda e qualquer renda feita de bilros (Calado, 1999).

Conforme já referimos, localizar, com precisão, quando se deu em Peniche o aparecimento desta tão famosa e apreciada arte popular é tarefa de certo modo difícil. Todavia, lê-se num livro publicado em 1865 “...umas senhoras, irmãs, que contam mais de oitenta anos cada uma a quem perguntámos se algum dos seus antepassados lhes falava em rendas, responderam-nos: «Sim, meu senhor; já a nossa tia Francisca, irmã da nossa avó, nos mostrava piques de renda que tinha feito em menina» (Figueira, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche*, p. 6). Ora, à base deste testemunho, fácil nos é deduzir a sua já existência, pelo menos, nos meados do século XVIII, sensivelmente pela mesma altura em que as rendas de bilros da Flandres tentavam adaptar o ponto característico da renda de agulha de Aleçon e D. João V, limitando a inclusão das rendas portuguesas na pragmática da Corte, prescrevia que se deviam usar especialmente as flamengas, em virtude das relações comerciais existentes entre os dois países. Deste intercâmbio e da propagação das rendas da Flandres em Portugal, deve ter surgido uma possível assimilação e uma nova técnica – processo de colocar um molde perfurado sobre uma almofada, servindo-se do emprego de alfinetes, bilros e, em alguns casos, fusos, conseguindo-se assim o desenho requerido.

No entanto, ainda outra preciosa achega é-nos oferecida pelo livro das Vereações da Câmara, referente ao ano de 1683, quando, a propósito de uma citada Maria Annes, se segue

uma abreviatura, designativa, certamente, da sua profissão, que vem mencionada graficamente como «rend.<sup>a</sup>» e que aqui podemos interpretar como *rendeira* ou *rendilheira*.

Aliás, também Hernâni de Barros Bernardo (*A Voz do Mar*, 1964) diz que “as rendas de Peniche foram levadas, por volta de 1603, até ao Sul da Espanha” e ainda que emigraram, “pela mão dos portugueses, até às costas do Brasil”, no século XVI,

aparecendo ali disseminadas “por várias terras do Leste, do Nordeste e do Sul (Alagoas, Cea-



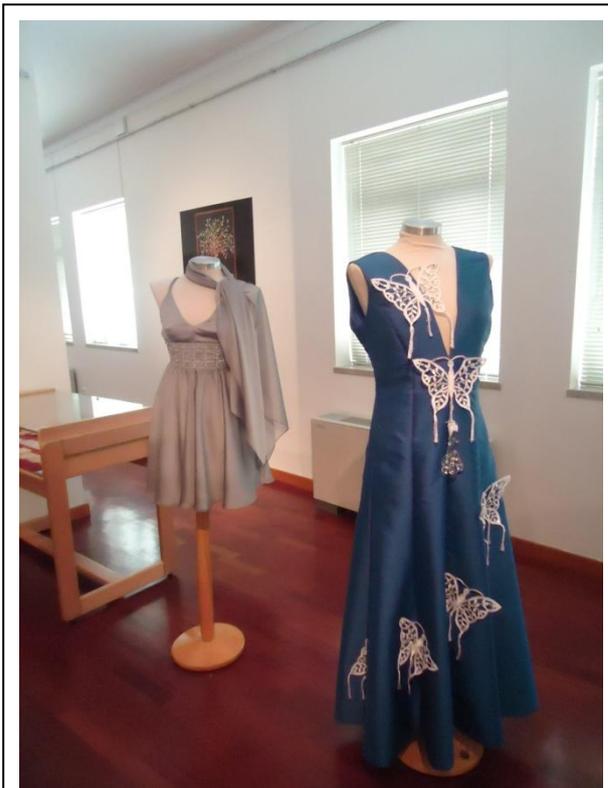
**Figura 10** - Exposição de Renda de Bilros em Peniche, 2010 (Fotografia da Autora).

rá, Maranhão, Pernambuco, etc.), principalmente em Aracati”, acrescentando – fundamentado em etnógrafos como Araújo Viana, Otília Brasil e outros – que “nas rendas do mar, ou rendas da praia, que as mulheres brasileiras executam na faixa litoral e, em menor escala, na área sertaneja, há uma notável achega das mulheres de Peniche que para lá foram”.

Assim, considerando que a grande emigração para o Brasil se terá dado nos primórdios do século XVI, poderemos concluir – e enquanto novas achegas não surgirem – que, pelo menos nos princípios daquele século, ou fins do anterior, já, em Peniche se fabricavam as suas tão afamadas rendas de bilros.

A rendilheira de Peniche serve-se, normalmente, de uma almofada cilíndrica cheia de palha de trigo e forrada de linho ou algodão de cor azul ou encarnada, atravessada por uma abertura, igualmente cilíndrica (vulgarmente chamada *rolo*), que utiliza para a levantar ou deslocar da sua posição e ainda para nela guardar a tesoura ou os carrinhos da linha a empre-

gar. A almofada assenta sobre um banco, raso ou alto (com uma conca-vidade onde se guardam os bilros não utilizados, quando não são guardados num cestinho de verga pendurado a um dos lados) e nela vê-se o pique de cartão, pintado de cor de açafão, onde se encontra desenhado o modelo da renda a executar, desenho esse perfurado de espaço a espaço, exatamente nos sítios em que se hão-de espetar os alfinetes que servem de suporte à contextura do trabalho. Os bilros são geralmente de madeira vulgar, mas certas rendilheiras, com mais possibilidades, utilizam-nos fabricados em pau-santo e até em marfim.



**Figura 11** - Aplicação da renda de bilros ao vestuário. Exposição de renda de bilros em Peniche, 2010 (Fotografia da Autora)

Antigamente, as rendilheiras de Peniche trabalhavam normalmente sentadas no chão, cruzando as pernas como os orientais ou como os antigos alfaiates, chegando a levantar-se dessa difícil posição sem qualquer espécie de apoio ou auxílio; hoje, é normal trabalharem sentadas em bancos ou cadeiras de pés curtos. Logo de pequeninas, as raparigas de Peniche iam para as escolas de rendas, orientadas por pessoas sabedoras do ofício que, para além da arte, lhes ensinavam outros misteres caseiros e catequese; e era curiosa a posição das educandas, vulgarmente de costas para a mestra para que, dessa maneira, esta as pudesse melhor vigiar, e, com uma cana longa, chamar à ordem.

Nos finais do século XIX, a indústria das rendas era de tal maneira absorvente que existiam em Peniche cerca de uma dezena de escolas, normalmente em salas de rés-do-chão, cada uma delas

com mais de vinte alunas, chegando a escrever-se que “todas as mulheres de Peniche, seja qual for a sua classe, fazem renda”<sup>13</sup>. E isto porque, se umas o faziam apenas por gracioso entretenimento, outras faziam-no porque, durante as prolongadas invernias em que a miséria vivia paredes meias com a gente do mar, eram elas, com o produto da venda das suas rendas, o único recurso da família.

Passados mais de cem anos, o panorama é diferente. Contudo, há algumas dezenas de anos atrás, ainda existiam, com mais ou menos alunos, de ambos os sexos (visto que, algumas delas, se dedicavam também ao ensino das primeiras letras) pequenas escolas dedicadas à aprendizagem da renda de bilros, como a da senhora Júlia e do senhor Clemente, a de José Maria de Oliveira (orientada por Isabel Seia) e a de Maria Farto e a da Joanhina Melo. E o espectáculo era tão original e delicioso, que levou Raul Brandão a escrever:



**Figura 12** - Almofada, bilros, alfinetes e pique, secularmente utilizados na arte da renda de Bilros. Exposição de renda de bilros em Peniche, 2010. (Fotografia da Autora)

<sup>13</sup> Arthur, Maria Ribeiro, *Branco e Negro*, 1987, p. 260

*“Perdi-me. Fui por uma rua fora e entrei por acaso num rés-do-chão, escolta de rendeiras. Nenhuma teria mais de dez anos. Outras ainda menos. Algumas com dois palmos mal sabiam falar. E todas aquelas mulherzinhas, sentadas no chão e debruçadas sobre os bilros e os piques, levantaram a cabeça e puseram-se a rir para mim...”* (Raul Brandão, *Os Pescadores*).

O noviciado da rendilheira consiste, hoje como ontem, na *Troca* (renda feita apenas com quatro bilros), da qual se passa para o *Ilhó* (que é feita já com doze) e, logo após, para uma série de rendas um pouco mais difíceis, como a *Pimentinha*, o *Olho de Rola*, a *Conchinha*, a *Crista do Galo*, o *Feijãozinho*, o *Colchete*, o *Chapelinho* e a *Amêndoa*, até se chegar à perfeição e desenvoltura de outras, mais complexas, como a do *Casar*, do *Limão*, da *Laranja*, do *Peixe Grosso*, do *Amor Perfeito*, da *Felicidade*, ou ainda de outras do género antigo, igualmente muito apreciadas e procuradas, como a da *Rebeca*, da *Espiguinha*, da *Filhó*, dos *Caracóis* e tantas mais, algumas tão complexas e perfeitas que chegam a exigir da rendilheira o emprego simultâneo de mais de duzentas dúzias de bilros!

Os nomes das rendas têm o seu quê de simplicidade e de pitoresco. Mas curioso é notar que, excepção feita aos motivos da natureza que os inspiraram, alguns deles provêm exactamente de uma tradição que atribui a sua primeira feitura ou o seu primeiro desenho, a determinada personagem, como é o caso da *Renda das Motas*, das *Virgínias*, a de *Bordalo Pinheiro* e outras mais.

Os motivos ornamentais, mais ou menos perfeitos segundo a arte da picadeira (mulher que prepara o cartão do pique, o pinta cor de açafão, traça o desenho e perfura o molde convenientemente), continuam a ser a estilização de temas da natureza, como peixes, estrelas, folhas, flores, pássaros, borboletas e ainda um recorte de decoração gótica ou românica, ou combinação de círculos, losangos, dentes de serra e outros, muito variados. A técnica resume-se à chamada trança, ao meio ponto, ao ponto inteiro, ao ponto de vareta, ao ponto de bobinete, ao ponto de S. Ivo e às pastilhas lisas e crespas.

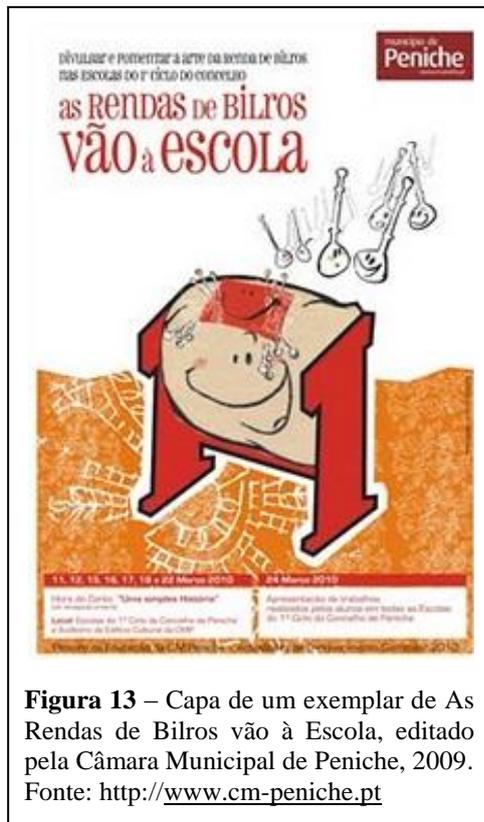
Um pormenor que distingue as rendas de Peniche de outras rendas de bilros feitas em Portugal é o próprio processo de urdidura. Assim é que, as rendilheiras de Vila do Conde, por exemplo, trabalham com as palmas das mãos voltadas para baixo, ao jeito de quem dedilha as teclas de um piano, enquanto que as de Peniche trabalham com elas voltadas para cima, o que, pela maior facilidade de movimento, proporciona um certo esticamento das linhas e, conseqüentemente, uma maior consistência do trabalho.

Esta interessante manufactura, outrora tão florescente, encontra-se hoje, por diversos motivos, em aparente declínio. Não que a arte tenha desaparecido; mas porque a compensação material deste valioso artesanato chega a ser, nalguns casos, quase nula, vendo-se a maior parte das mulheres obrigada a empregar a sua mão-de-obra noutras actividades porventura mais rentáveis.

Existe desde 2008, criada e dinamizada pela comissão de defesa do Património Cultural de Peniche, uma Escola de Renda de Bilros, com sede na Rua Alexandre Herculano, junto ao edifício da Associação Recreativa Penichense, que funciona durante todo o ano, com horário das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30, incluindo aos fins-de-semana. Nesta escola são aceites todo o tipo de pessoas, de todas as idades e estratos sociais, sendo o único requisito para a sua integração nesta escola algo peculiar, a vontade de aprender esta arte secular. As inscrições são completamente gratuitas, bem como todo o processo de aprendizagem desta arte e o acesso ao material utilizado nesta manufactura. Só as senhoras mais avançadas na arte dos bilros, que trabalham por conta própria nas instalações da escola, mas que depois utilizam o trabalho ali feito para posterior comercialização ou para outro tipo de proveito próprio, têm de trazer de casa o seu próprio material, como a almofada, os bilros, alfinetes e linhas.

Segundo uma entrevista por nós realizada a Margarida Pinheiro, responsável pela Escola de Rendas de Bilros, em Agosto de 2010, encontravam-se inscritas, nesta altura, na escola cerca de 70 crianças e 40 senhoras. Idades compreendidas entre os cinco e os noventa anos de idade, com uma média de vinte alunos por dia a frequentarem diariamente a escola. A responsável daquela escola refere também que das 130 pessoas inscritas na escola, contam-se 9 rapazes, que “ao contrário do que se poderia pensar não mostram qualquer tipo de preconceito em frequentar a escola”; “só os pais, por vezes, não o vêem com muito bons olhos, dizem que é coisa de meninas!”, revela Margarida Pinheiro. Também segundo as estatísticas que nos mostrou aquela responsável, a maioria dos alunos desta escola pertence ao concelho de Peniche, mas contam-se alguns que vêm de fora, nomeadamente da zona das Caldas da Rainha.

No final do ano lectivo (a maior parte das crianças que frequenta esta escola encontra-se em idade escolar) é tradição da Escola de Rendas de Bilros de Peniche que se exponham os melhores trabalhos feitos ao longo do ano numa exposição patrocinada pela Câmara Municipal de Peniche, que tem vindo a adquirir um certo relevo enquanto evento cultural na cidade.



**Figura 13** – Capa de um exemplar de As Rendas de Bilros vão à Escola, editado pela Câmara Municipal de Peniche, 2009. Fonte: <http://www.cm-peniche.pt>

Será ainda curioso referir que, no passado ano de 2009, a Câmara Municipal de Peniche desenvolveu uma iniciativa em todas as escolas básicas do Concelho denominada “As Rendas de Bilros vão à Escola”, que consistiu na edição de um pequeno livro informativo, onde a história da renda de Peniche e de tudo o que a ela está associada é redigida numa linguagem apropriada aos mais novos, acompanhada dos mais variados passatempos e imagens, com o objectivo de preservar este tão característico e valioso património imaterial (o saber-fazer da renda de bilros). A partir de Setembro de 2010, no concelho de Peniche, a Renda de Bilros vai ainda passar a existir enquanto opção extra-curricular nos primeiros e segundos ciclos de ensino escolar público.

\*\*\*

Consideramos que o património cultural de uma região, sendo pedra basilar da identidade colectiva, constitui um decisivo vector de qualificação da oferta turística num plano local.

Os valores culturais e científicos diferenciadores identificados à escala concelhia assentes nos patrimónios geológico, histórico edificado, arqueológico subaquático e gastronómico, possibilitam o desenvolvimento de uma sólida actividade turística assente no *Touring Cultural* e Paisagístico, Turismo Científico, Turismo Náutico e Turismo Gastronómico.

Com efeito, a potenciação dos referidos produtos turísticos depende da capacidade em identificar e preservar os atractivos patrimoniais de índole cultural, de reconhecer e mitigar as ameaças que sobre estes recaem e, principalmente, de definir e executar, em necessária articulação entre sectores público e privado, estratégias adequadas de valorização de uma herança cultural que, pela sua unicidade, é um evidente vector de desenvolvimento sustentável.

## CAPÍTULO IV

### 1

#### Introdução ao Turismo Religioso

O turismo religioso em Portugal envolve cerca de sete milhões de pessoas/ano e, embora não haja estatísticas oficiais, deve corresponder a cerca de 10 por cento do movimento turístico total, gerando receitas anuais de 700 milhões de euros.

A não existência de estatísticas oficiais, e de apenas estimativas da Secretaria de Estado do Turismo, explica-se pelo facto do turismo religioso ou turismo com destinos religiosos não ser considerado individualmente, mas integrado naquilo que é chamado de "turismo cultural" ou "*touring* cultural". Uma opção que é criticada por investigadores e operadores, que defendem a reformulação do Plano Estratégico Nacional de Turismo, de modo a acolher um 11º produto, o do turismo religioso.

A falta de dados fidedignos sobre este sector de actividade turística é reconhecida tanto pelo Turismo de Portugal como pela Associação Mundial de Turismo Religioso (WRTA), cujo presidente, Kevin Wright, referiu, numa resposta escrita enviada à agência Lusa, que "não há dados específicos sobre Portugal, além dos que se referem ao Santuário de Fátima".

Kevin Wright mencionou ainda, a propósito, que o Santuário de Fátima faz um "excelente trabalho" nessa área, embora se refira apenas às peregrinações e número de peregrinos que se registam nos seus serviços.

A nível mundial, o turismo religioso movimenta entre 300 e 330 milhões de pessoas por ano, gerando receitas de 15 a 18 mil milhões de euros.

A nível mundial, Lourdes (França) é um dos principais destinos turísticos religiosos, com seis milhões de visitantes, mas a peregrinação a Kumbha Mela (Índia), que se realiza durante dois meses de 12 em 12 anos, reuniu, em 2001, 75 milhões de pessoas.

A Santiago de Compostela (Espanha) acorrem mais de quatro milhões de visitantes, enquanto a peregrinação anual a Meca atinge os 2,5 milhões de visitantes.

Em Portugal, Fátima é o principal destino, com cerca de cinco milhões de visitantes por ano, a larga distância dos restantes principais locais, quase todos na zona norte.

Por sua vez, os Santuários do Bom Jesus e de Nossa Senhora do Sameiro (ambos em Braga) e de São Bento da Porta Aberta, no Gerês, surgem depois na lista dos locais religiosos mais visitados, com cerca de um milhão de turistas por ano.

Outros locais ligados à religião com um número significativo de visitantes são o Santuário da Senhora da Penha, em Guimarães, a Batalha, Nazaré, Vila Viçosa, o Convento de Mafra e o Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, se bem que nem todos com o turismo religioso como referência central.

Segue-se uma proposta de visita a alguns dos principais monumentos de carácter religioso no concelho de Peniche.

## 2

### O Património Religioso em Peniche

*“... e os templos, majestosos ou simples, erguem-se do passado como testemunhos de beleza e de fé.”*

Mariano Calado

O sentimento religioso está profundamente arraigado no espírito simples do homem do mar, como no-lo atestam as mais variadas invocações que, por todo o litoral, se apresentam à nossa meditação. Assim, não nos surpreende



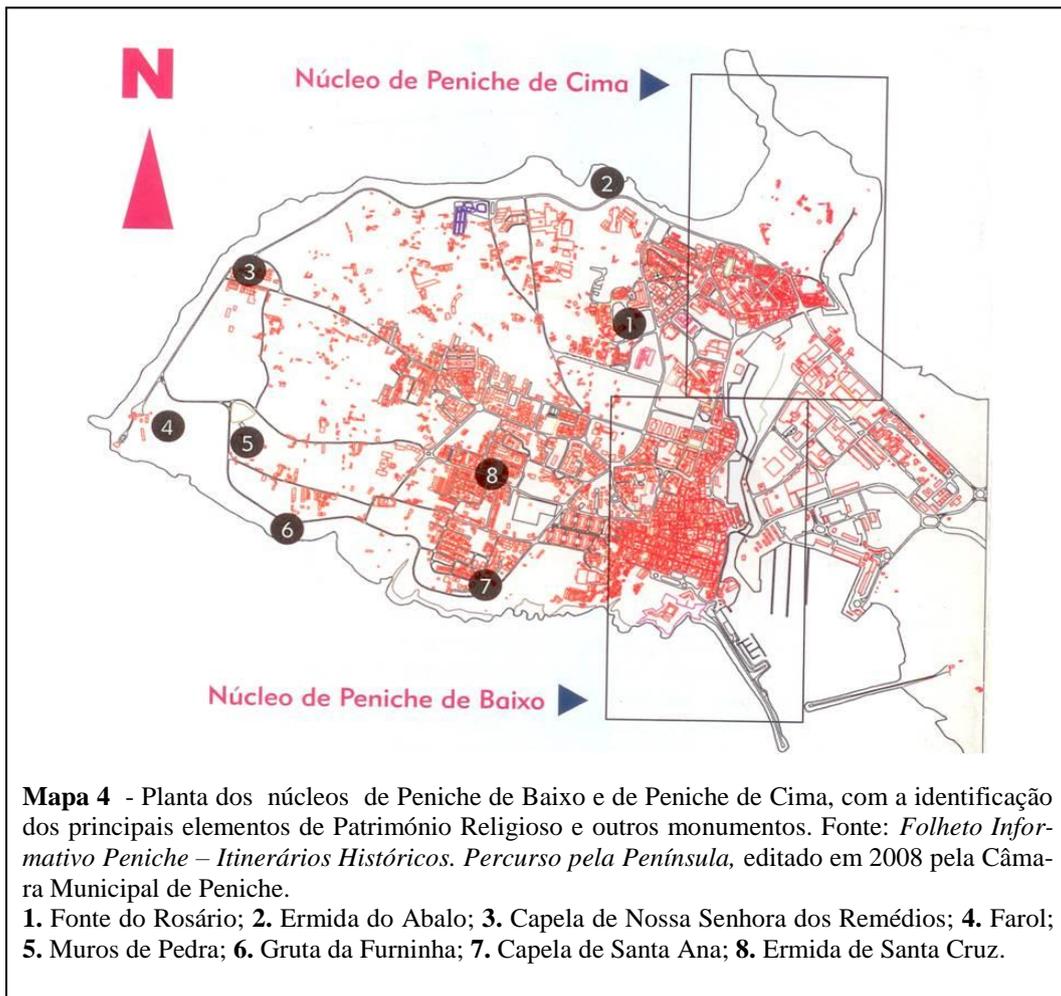
**Figura 17** - Igreja de S. Pedro, em Peniche. (Fotografia da Autora)

sobremaneira o facto de vermos espalhadas por Peniche e pelas terras do seu concelho dezenas de igrejas e capelas, erguidas sob os mais diversos títulos votivos. Ao vincarmos o sentimento religioso do homem do mar, fazemo-lo em toda a sua abrangência, pois não podemos jamais esquecer que uma grande parte da gente do concelho que hoje se dedica ao amanho da terra, era do mar que fazia outrora a sua principal ocupação.

O maior templo da cidade de Peniche e o mais conhecido é o de S. Pedro, que se situa em pleno centro histórico da cidade de Peniche (ver Mapa 6). Trata-se, sem dúvida, da mais imponente igreja do concelho.

A perspectiva interior, vista do coro – onde existe um antigo órgão de tubos – é de impressionante grandeza; e a sua imponência exterior faria lembrar uma catedral se não fora ter ficado incompleta a frontaria, por se ter construído apenas uma das torres.

Esta igreja, datada do final do séc. XVI, apresenta-se dividida em três grandes naves. Nas naves laterais pontificam vários altares consagrados a divindades como Nossa Senhora da



Boa Viagem, o Senhor do Bonfim, ou S. Pedro de Alcântara. Já na nave central, destaca-se a magnificência barroca da capela-mor consagrada a S. Pedro, decorada com talha dourada e ostentando belíssimas colunas dorsas, para além de várias pinturas setecentistas representando cenas da vida do santo padroeiro.



**Mapa 5** - Planta do núcleo de Peniche de Cima, com a identificação dos principais elementos de Património Religioso e outros monumentos. Fonte: *Folheto Informativo Peniche – Itinerários Históricos. Percurso pela Península*, editado em 2008 pela Câmara Municipal de Peniche .



**Mapa 6** - Planta do núcleo de Peniche de Baixo, com a identificação dos principais elementos de Património Religioso e outros monumentos. Fonte: *Folheto Informativo Peniche – Itinerários Históricos. Percurso pela Península*, editado em 2008 pela Câmara Municipal de Peniche

É de notar que o primeiro padroeiro da freguesia foi o Espírito Santo, cuja igreja existia ainda em 1589; todavia, o primeiro templo – talvez pelo seu precário estado de conservação ou reduzidas dimensões – deve ter desaparecido pouco depois para dar lugar à nova igreja que, da antiga, aproveitou ainda, segundo consta, a parede do lado norte.

A nova igreja, cujas obras devem ter continuado até cerca de 1615, foi depois ampliada, em 1670, ficando então esta com três naves, dando-se as obras por concluídas em 1698, conforme a data que se lê no triângulo superior da fachada, acima da janela da tribuna e também na verga da janela falsa que dá para o exterior, poente, da capela-mor (Calado, Mariano, 1991).

A igreja de Nossa Senhora da Ajuda, situada na parte norte da cidade, freguesia de Ajuda (ver Mapa 5), é de uma só nave e remonta ao século XVI, embora já sejam poucos os traços dessa época.

O tecto da capela-mor é, porventura, o elemento mais valioso, com a sua sucessão de cenas religiosas retratadas em painéis; o corpo principal do templo é completamente pintado com motivos decorativos em tons de vermelho e de castanho-escuro.

No altar principal venera-se a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, vendo-se, do lado esquer-

do, um outro altar, onde se venera a imagem de S. João Baptista e, ao lado direito, um outro com a figura de Santo Antão, existindo por baixo de cada um destes altares uma vitrina, numa das quais – a do lado do Evangelho – se venera o Senhor Morto.

A origem desta igreja encontra-se ligada à lenda do aparecimento da imagem da Virgem numa gruta da Papoa e que os pescadores teriam transportado para um dos templos já existentes, provavelmente o de S. Vicente, até lhe dedicarem um templo próprio. A sua fundação data, supostamente, dos primeiros anos do século XVI, sendo que a data de 1569 que figura, bipartida, nas ombreiras da porta principal, deve correspon-



**Figura 18** - Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Peniche. (Fotografia da Autora)

der, certamente, a posteriores obras de restauro ou de ampliação.

Outro importante templo da cidade de Peniche é a igreja de S. Sebastião – vulgarmente conhecida como de Nossa Senhora da Conceição (ver localização no Mapa 6). Esta é relativamente pequena, de uma só nave e, além do pormenor exterior de um corpo adjacente a uma das fachadas laterais, possui ainda um interesse particular no seu interior, uma vez que o século XVIII é bastante visível nas manifestações plásticas: nas paredes completamente forradas de azulejo de padrão azul e branco e na decoração do tecto, pintado a azul, verde e vermelho.

A mudança popular da invocação do templo justifica-se pela antiga e querida devoção das gentes da terra por Nossa Senhora da Conceição, pelo que a imagem da Virgem, ao construir-se a nova igreja, foi colocada no altar-mor, onde outrora, na originária ermida, figuraria S. Sebastião, continuando, todavia, a ser este santo o padroeiro do templo.

A capela da Misericórdia, situada em lugar privilegiado, mesmo no coração da zona histórica da cidade (ver localização no Mapa 6), de relativa capacidade e decorada com bastante gosto e magnificência, data do início do século XVII, tendo sofrido um restauro em 1793, sendo pertença da Santa Casa da Misericórdia de Peniche.

Esta igreja seiscentista, anexa ao antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, encontra-se integrada no casario da antiga vila de Peniche.

De fachada pombalina terminada em frontão triangular, ostenta no seu interior, de uma só nave, uma rara beleza decorativa, visível nos painéis azulejares, nas pinturas a óleo que decoram as paredes bem como no tecto decorado com caixotões pintados.



**Figura 19** - Igreja da Misericórdia, em Peniche. (Fotografia da Autora)

A cada um dos flancos da porta principal, na parede de fundo, existem duas grandes telas, antigas e de grande beleza e no tecto da entrada, sob o coro, outros seis quadros, de técnica semelhante aos do tecto do corpo principal da capela. Na capela-mor existe o altar central (sob o qual, dentro de um nicho envidraçado, se pode ver a imagem do Senhor morto) com uma imagem de Nossa Senhora do Despacho, e, nas aberturas laterais veneram-se, na da esquerda, uma imagem do Senhor dos Passos e, na da direita, uma escultura de Nossa Senhora da Soledade e outra do Menino Jesus.

A fachada da capela de Nossa Senhora dos Remédios, situada junto à costa, próximo do Cabo Carvoeiro, na freguesia de Ajuda (ver mapa do Anexo 3) é constituída por um portão simples, de ferro, com as pedras dos umbrais carcomidas, ladeado por duas janelas gradeadas e encaixado num muro de pedra caiada, de altura mediana.

Não se sabe, ao certo, em que época foi edificada, muito embora a estrutura actual deva remontar ao século XVII. O culto da senhora dos remédios data do século XII, durante o qual, a tradição revela, terá sido encontrada uma imagem de Nossa Senhora escondida numa caverna, sítio se encontra construída a capela.

Pequena, escondida numa semi-obscuridade pela circunstância de se encontrar situada abaixo do nível da terra do largo fronteiro ao santuário, a capela é plena de arte, beleza e espiritualidade.

Na capela-mor, além do altar central, onde se encontra uma pequena imagem de Nossa Senhora dos Remédios, há outros dois altares laterais e, no corpo da igreja, do lado do Evangelho, existe a capela do Senhor Morto, cavada no próprio rochedo. Podem ainda encontrar-se interessantes azulejos evocando alguns episódios da vida da Virgem.

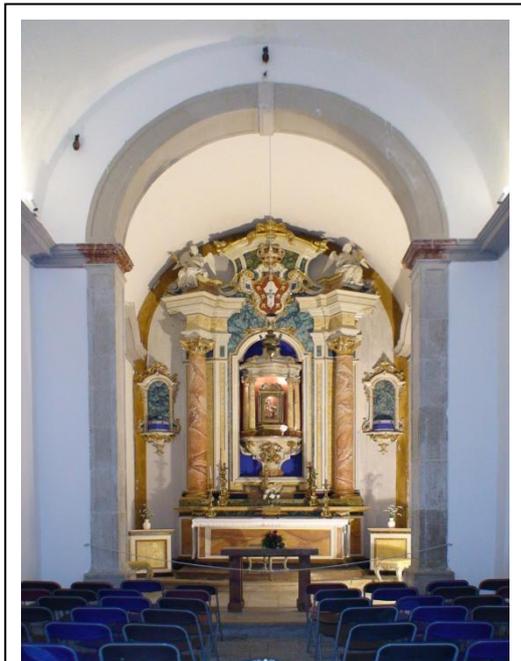


**Figura 20** - Capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Peniche (Fotografia da Autora).

Este local atrai uma grande multidão de devotos numa festa religiosa que se realiza todos os anos, no mês de Outubro.

Situada próximo da igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a capela do Senhor do Calvário (ver localização no Mapa 5) nada tem interiormente que mereça especial menção, mas o seu

aspecto exterior é de certo modo interessante, pela larga e curiosa escadaria que lhe dá acesso, pela perspectiva dos planos construtivos e pela simplicidade e harmonia das suas linhas, numa feliz conjugação de espiritualidade.



**Figura 21** – Altar-mor da Capela de Santa Bárbara, inserida no núcleo fortificado da cidade de Peniche (Fotografia da Autora)

A capela de Santa Bárbara situa-se dentro do espaço fortificado da cidade e passa quase despercebida pela sua localização e pela ausência de aparato externo. Pensa-se ter sido construída aquando da edificação do Forte, nada tendo exteriormente que mereça especial referência e, no seu interior, um único altar, disposto com certa harmonia e bem conservado, onde se encontram as imagens da santa protectora, de S. Francisco de Assis e de S. Francisco Xavier.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição, situada também na zona histórica da cidade de Peniche (ver Mapa 6) é, exteriormente, de aspecto bastante sólido e ostenta certa elegância, com as suas colunas laterais e as suas duas torres formando um discreto conjunto de beleza. Interiormente é pouco espaçosa; todavia, é bastante clara, em virtude das treze janelas rasgadas nas suas paredes e de uma rosácea por onde a luz entra à vontade.

A capela-mor, forrada inteiramente de mármore com incrustações de rosa, branco, amarelo, vermelho e negro, desenhando motivos decorativos, ostenta beleza e magnificência.

No corpo da igreja existem dois altares: no da direita encontram-se as imagens de S. Luís, de Nossa Senhora da Conceição e de Santo António. No do lado esquerdo estão as imagens de Nossa Senhora de Fátima e de S. Francisco.

A edificação deste templo encontra-se ligada a um curioso facto milagroso ocorrido com a escultura da imagem da Virgem, que, embora formosíssima, era bastante antiga e, talvez por ser esculpida em amieiro e fora do tempo próprio, se foi consumindo aos poucos. Decerto que, pela pobreza dos habitantes daquele lugar, ou por descuido dos próprios devotos ou encarregados eclesiásticos, a verdade é que não houve qualquer tentativa séria para evitar a degradação da escultura. Um dia, porém, certo devoto, provavelmente marinheiro, prometeu trazer, quando voltasse da Índia, uma imagem nova que pudesse, com vantagem, substituir a antiga; promessa que de facto cumpriu ao regressar da sua viagem.

Chegada a nova Senhora e colocada no lugar da antiga, foi esta recolhida numa velha ermida que se situava junto ao antigo hospital, onde permaneceu durante bastante tempo, completamente esquecida dos seus antigos devotos e quase totalmente desfeita.

Porém, conta a tradição que, em Maio de 1693, indo duas mulheres, mãe e filha, proceder a uma necessária limpeza naquela ermida, a fim de no dia seguinte poder ali ser celebrada a habitual missa, repararam, estupefactas, que a velha imagem da Virgem transpirava. Imediatamente acorreram a dar a estranha novidade ao pároco da freguesia e, ganhando a notícia apelido de milagre, começou a correr de todos os lados muita gente, maravilhada, na sua simplicidade, com o inesperado e extraordinário fenómeno.

No dia seguinte, ao celebrar-se a missa, todos os presentes notaram que pelo rosto da Virgem corriam grossas gotas de água. Participado de imediato o caso às autoridades religiosas, vieram os clérigos da Vila e muitas outras pessoas observar de perto o quadro surpreendente. O que porém mais encheu de admiração os devotos presentes era observarem que a velha imagem, quase totalmente roída pelo tempo, conservava no rosto uma frescura estranha, uma coloração rosácea como se fosse na verdade pertença de uma escultura nova. À vista deste prodígio, prometeram os devotos da Virgem mandar fazer um novo corpo para a imagem, acomodando nele a milagrosa cabeça, o mesmo fazendo quanto ao menino que a Senhora carregava ao colo.

Foi deste modo que, em memória do fenómeno que lhe fora dado a presenciar, a gente do lugar, feliz e sempre devota, prometeu erigir uma nova igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, o que de facto lhe foi possível cumprir, iniciando-se as obras de construção apenas um ano após o inesperado acontecimento milagroso.

Tendo como objectivo a valorização do património histórico-religioso e o desenvolvimento do turismo de índole religiosa no concelho, a Câmara Municipal de Peniche lançou, em 2009, a Rota das Igrejas do Concelho de Peniche.

Esta Rota integra ao todo 11 templos do concelho, que se encontram abertos num horário pré-determinado, sendo possível visitá-los e obter um conhecimento mais aprofundado sobre a sua história.

Em virtude das suas características singulares, amplitude e importância, este projecto foi desenvolvido em parceria com cinco entidades, às quais estão associados os diversos imóveis históricos integrados nesta rota, a saber: a Paróquia de Peniche, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Leonardo de Atouguia da Baleia, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serra d' El-Rei, a Santa Casa da Misericórdia de Peniche e a Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia.



**Figura 22** – Ermida de Santo Estêvão, Baleal (Fotografia da Autora)

Como referido anteriormente, integram este projecto 11 imóveis, a saber: na cidade de Peniche, as Igrejas de Nossa Senhora da Ajuda, de S. Pedro, a Capela de Nossa Senhora da Remédios e a Igreja da Misericórdia de Peniche; na Vila de Atouguia da Baleia integram a Igreja de S. Leonardo, de Nossa Senhora da Conceição e da Misericórdia; ainda na freguesia de Atouguia da Baleia, a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, no lugar com o mesmo nome; na Serra d' El-Rei, a Igreja de S. Sebastião; e, na península do Baleal, freguesia de Ferrel, a Ermida de Santo Estêvão.

## 3

## Festas, Feiras e Romarias



**Figura 23** - Procissão de Nossa Senhora dos Remédios. Peniche, 2006 (Fonte: Câmara Municipal de Peniche, <http://www.cm-peniche.pt>)

Através de confrarias e irmandades que em várias épocas existiram em Peniche, sempre se realizaram no seu concelho as mais diferentes festividades religiosas, algumas delas de grande relevância, como a procissão do Anjo, a de S. Sebastião, a da Ressurreição, a dos Penitentes e a das Ladaínhas (que já se efectuavam no princípio do século XVII), a de S. Pedro Gonçalves Telmo e S. Vicente Ferrer (muito mais antigas, pois eram solenidades da extinta Confraria do Corpo Santo) e ainda a dos Santos Passos. Realizavam-se ainda, desde tempos recuados, as festividades da Imaculada Conceição e de Nossa Senhora das Necessidades (esta última, invocação de muita devoção por parte do povo mais ligado ao mar) e ainda a procissão do Corpo de Deus, que saía, habitual e solenemente, da igreja de S. Pedro, com a assistência

de todas as autoridades religiosas, civis e militares (Calado, 1991).

No passado, a festa de 15 de Agosto em honra de Nossa Senhora da Ajuda era de grande regozijo entre os pescadores, uma vez que nesse dia se faziam contas às pescas que haviam sido feitas, seguindo-se uma concorrida patuscada, na qual não se dispensavam os figos passados e a aguardente ou o pão com azeitonas, sendo certo não haver nenhum indivíduo, por mais pobre ou inválido que fosse, que não tomasse parte da alegria e da fartura colectivas que esta festividade oferecia.

A oficialidade da antiga praça de Peniche, cuja padroeira é Santa Bárbara, costumava, desde longa data, homenagear a sua padroeira, organizando solenes festividades para as quais a Câmara, ordinariamente, contribuía também com uma significativa verba.

A festa de Santo Antão, relativamente recente no calendário das festividades religiosas de Peniche, consta da bênção dos animais empregados na faina agrícola e nos transportes.

Por sua vez, a festa em honra de S. Cristóvão, padroeiro dos automobilistas, é a mais recente festividade religiosa da Cidade, tendo-se celebrado, pela primeira vez, a 24 de Julho de 1960, por iniciativa do pároco e dos motoristas locais. Além das tradicionais missa e homilia, todos os motorizados, como nota característica, passeiam pela Cidade, vistosamente apumados, dando uma longa volta processional, envergando a imagem de S. Cristóvão, o

Santo homenageado.



**Figura 24** - Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Peniche, Agosto de 2010. (Fotografia da Autora)

Até ao ano de 1943, o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios constituía o centro de um caudal de romarias das aldeias e terras vizinhas que, de Julho a Novembro, mas de um modo especial em Outubro – e desde tempos recuados – se achegavam com os respectivos cários, a fim de celebrar, na antiquíssima capela de Nossa

Senhora dos Remédios, uma festa plena de religiosidade que, no exterior, era rematada com um faustoso arraial. (Calado, 1991).

O objectivo principal das procissões, que ainda hoje se realizam, é o de agradecer à Virgem dos Remédios as benesses recebidas durante o ano anterior, bem como implorar a sua intercessão para que as suas famílias, as suas terras e o seu trabalho sejam abençoados no ano que se seguia. Todavia, no passado, a procissão demorava, normalmente, três dias no Santuário, tempo esse empregado em oração, em merecido repouso das lides habituais e em pitoresca folgança, a que, além do tradicional arraial não faltavam bailaricos e saborosos petiscos, com o indispensável acompanhamento do bom vinho da região. E, caso o ano tivesse sido rico

em fartura, todos primavam em vestir os melhores fatos e se compraziam em gastar o mais que pudessem, para brilhantismo da respectiva procissão. (Calado, 1991).

Com efeito, as procissões constituem hoje, como há sessenta anos atrás, o núcleo das principais festividades religiosas em Peniche.

Embora sem a espectacular relevância do passado, as festas em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, datam de há muitos anos e é um facto que o povo ligado ao mar sempre nutriu particular devoção por esta invocação da Virgem. Nos tempos da extinta Irmandade do Corpo Santo, as referidas festas atingiram um brilhantismo de vulto, mercê dos descontos especiais e voluntários que os pescadores faziam em cada cabaz de peixe.

Há cerca de cinquenta anos, foi concebida a imagem actual de Nossa Senhora da Boa Viagem e, desde então, as festas ganharam um cunho mais espiritual e, simultaneamente, mais aparatoso, com as suas festividades religiosas e também pagãs grandemente concorridas, normalmente realizadas na primeira semana de Agosto de cada ano.

Na procissão de terra é, por tradição, tomarem parte todos os pescadores com os seus trajes característicos, fazendo-se

acompanhar dos mais variados apetrechos de pesca – remos, bóias, redes, miniaturas de barcos... - saindo quase todas estas imagens das igrejas, num cortejo de dimensões impressionantes. Na noite de sábado, a procissão do mar produz um surpreendente efeito, com dezenas de barcos e lanchas, iluminados por milhares de lâmpadas e archotes, percorrendo a noite e traçando um largo círculo de luz sobre as águas mansas da baía do sul de Peniche.

A vertente profana desta festividade é plena de atracções, com os grupos de *Zés P'reiras*, gigantones, cabeçudos e gaitas de foles percorrendo as ruas da cidade ruidosamente, desde o romper da alvorada; magníficos fogos de artifício, aquático, preso e aéreo, num



**Figura 25** – Barco cuidadosamente decorado para participar na procissão marítima de Nossa Senhora da Boa Viagem. Peniche, Agosto de 2010 (Fotografia da Autora).

arraial vistosamente iluminado e decorado; concertos musicais; exibição de ranchos regionais; actividades desportivas; marchas luminosas e típicos cortejos de pescadores.

No terceiro dia da festa, costuma realizar-se ainda, solenemente, a procissão em honra de S. Pedro Gonçalves Telmo, padroeiro universal dos pescadores e, outrora, bastante venerado entre a classe piscatória de Peniche. Por cada ano que passa há sempre um desejar intenso de que venha um outro ano, com a sincera preocupação dos novos festejos em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, cada vez mais cheios de espiritualidade e atractivos.

Bastante publicitadas e concorridas são ainda as festas de Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, que, no mês de Agosto, fomentam desusados movimentos e enorme alegria na povoação e a de S. Leonardo, na Atouguia da Baleia, que se realiza a 6 de Novembro. Desta última faz parte uma feira (habitualmente levada a efeito no largo em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição), que data do século XVII, quando os pescadores da Vila, nas Cortes de 1641, pediram a D. João IV que, em nome do povo, no dia de S. Leonardo se fizesse uma feira, que seria franca nos primeiros três meses (Calado, 1991). Esta feira é, efectivamente, muito concorrida pela povoação das redondezas, presenciando-se, pelas estradas fora, grandes



**Figura 26** - Dia de festa em Ferrel, Peniche. Agosto de 2010 (Foto da Autora).

filas de gente das terras vizinhas, transportando as suas mercadorias para venda na respectiva feira – em que nunca faltam as saborosas e tradicionais enfiadas de pinhões. Nem o mau tempo parece deter os visitantes, sendo até habito dizer-se que a feira de Atouguia não é feira quando não é molhada...

Ainda na Atouguia, realizam-se as festas em honra de Nossa Senhora da Conceição, a de S. Sebastião e, em data variável, a da

Irmandade do Santíssimo e as feiras francas de 24 de Junho e de 5 e 6 de Setembro. Na Serra de El-Rei, além da tradicional feira de 4 de Agosto, realiza-se ainda a festa de Nossa Senhora da Piedade; nos Bolhos, a festa de Santo António; na Bufarda, a de Nossa Senhora do Rosá-

rio, complementada pela feira de 21 de Agosto; nos Casais Brancos, a de Santo António; nos Casais de Mestre Mendo, a de Nossa Senhora do Bom Sucesso; no Casal Moinho, a de Nossa Senhora da Conceição; na Consolação, a de Nossa Senhora da Consolação; na Estrada, a de Nossa Senhora da Esperança; na Coimbrã, a de Nossa Senhora da Conceição; em Geraldês, a de Santa Luzia; em Reinaldes, a de Santa Bárbara; em S. Bernardo, em honra do padroeiro da aldeia e, em Ribafria, para além da feira de 13 de Junho e das Festas das 40 Horas (estas realizadas no Domingo Gordo, segundas e terças-feiras de Carnaval), há também a festividade religiosa em honra do Santíssimo Sacramento, bem como a de Nossa Senhora da Nazaré.

\*\*\*

Abordar o tema do turismo religioso é, pois, realçar uma modalidade de turismo que tem capacidade de contribuir para o progresso regional e local e participar no respectivo desenvolvimento sustentável, permitindo às populações locais beneficiar do seu incremento. Para isso, tanto as autoridades religiosas como as autárquicas, passando pelos operadores turísticos, devem estar cientes dos papéis a desempenhar na organização, gestão e divulgação deste tipo de turismo. Não nos esqueçamos que esta forma de turismo é caracterizada, em geral, por uma elevada fidelização da procura e por uma menor oscilação desta em função de alterações de mercado e de períodos de recessão económica, assim como demonstra um efeito mais positivo a nível do combate à sazonalidade no uso destes destinos. Dos estudos empíricos já realizados, verifica-se também que, no turismo religioso, se atingem níveis mais elevados de satisfação dos visitantes, sendo também considerado, tendencialmente, uma forma de turismo mais solitária.

Consequentemente, o turismo religioso não pode jamais ser visto como uma realidade menor no contexto mais geral da actividade turística: pelo número de visitantes que envolve em todo o mundo, pelo volume de receitas que gera, pelos empregos que cria e até pela importância no bem-estar pessoal dos que o praticam. No entanto, esta tomada de consciência das potencialidades do turismo religioso é recente, tal como é a sua comercialização.

A procura de novos nichos é um desafio para um turismo religioso durável, uma vez que deste emergem produtos turísticos a explorar, para além da simples visita aos principais santuários e lugares religiosos e da tradicional participação em actos e celebrações religiosas.

Nesse sentido, torna-se necessário ganhar dimensão para a divulgação e promoção do turismo religioso (e das novas formas de que este se revista), repensando o posicionamento estratégico de Portugal neste mercado, à semelhança do que fazem outros países com destinos religiosos internacionais, como por exemplo, a Itália.

Com efeito, a expansão de um turismo de nicho associado a destinos de natureza religiosa e a actividades de cunho espiritual será, de resto, um excelente campo para trabalho académico futuro.



## CAPÍTULO V

### 1

### O Turismo de Natureza em Peniche

#### 1.1. Abordagem ao Geoturismo

Sendo o geoturismo um ramo do Turismo de Natureza, para o qual existem inúmeras potencialidades na península de Peniche (nomeadamente na ilha da Berlenga e nas falésias do Cabo Carvoeiro, Papoa e Baleal), achámos conveniente iniciar este capítulo com uma breve abordagem a este tipo particular de Turismo da Natureza. Com efeito, as últimas décadas do século XX são marcadas pelas primeiras preocupações importantes relacionadas com a manutenção da biodiversidade natural da Terra.

Embora sem ter essa intenção, a primeira manifestação nesse sentido colocou-se ao nível da gestão dos recursos naturais, principalmente dos não renováveis. Poucos nas décadas de 70 e 80 do século XX estariam, de facto, preocupados com o valor patrimonial desses recursos (que são obviamente património da humanidade) ou com o valor turístico que algumas dessas explorações viriam a obter no futuro. Contudo, uma gestão mais racional dos recursos naturais tem contribuído também para a (geo)diversidade do nosso planeta.

Um segundo movimento directamente dirigido ao problema da manutenção da diversidade partiu fundamentalmente de grupos ambientalistas preocupados com a redução da biodiversidade através da constante extinção de espécies. Desta forma, a legislação internacional sobre aspectos de protecção da biodiversidade, com reflexo ao nível da legislação de diversos países, foi sendo desenvolvida. No entanto, cedo se deu conta que não era possível proteger as espécies sem proteger os espaços em que estas vivem (os seus habitats).

Tal como a biodiversidade, a geodiversidade pode ser avaliada de forma qualitativa ou quantitativa, uma vez que é possível analisar quer a variedade tipológica (número dos diferentes tipos de elementos naturais existentes num determinado espaço), quer a quantidade relativa de cada tipo de elementos naturais abióticos, identificando os elementos predominantes e determinando as características que atribuem originalidade e especificidade a cada paisagem.

Outra abordagem à questão da geodiversidade poderia ser baseada na identificação dos elementos abióticos que predominam na caracterização da paisagem, independentemente da sua frequência ou da sua distribuição espacial.

Esta forma de olhar o território permite identificar os elementos mais típicos de uma paisagem do ponto de vista físico. Assim, serão salientadas as características que atribuem originalidade e especificidade a determinada paisagem de maneira a que esta possa ser melhor definida. São estes elementos e estas características que ficam impressos na memória da maior parte dos turistas.

É natural que os visitantes prefiram, normalmente, locais com mais geodiversidade (maior diversidade de elementos) a locais relativamente monótonos onde a paisagem é marcada pelo mesmo tipo de elementos naturais (menos geodiversidade), excepto em casos de manifesta espectacularidade. No entanto, nesses espaços com grande geodiversidade há sempre elementos ou características que se salientam dos restantes, atribuindo um cunho especial à paisagem. Tal acontece, por exemplo, nas paisagens vinhateiras do vale do Douro, nas paisagens glaciárias da Serra da Estrela, nas paisagens calcárias das Serras de Aire e Candeeiros, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (único Parque Nacional português) e ainda nos geoparques de Arouca e Naturtejo.

Vemos, pois, que o conceito de geodiversidade e a sua aplicação na investigação, conservação e gestão de espaços naturais, contribui de forma decisiva para o estabelecimento das bases em que se vai apoiar o geoturismo.

Além disso, ao falar em geodiversidade, nos elementos que a compõem e nas características que estes elementos possuem, é quase inevitável não ter em linha de conta o conceito de Património, uma vez que os elementos abióticos que constituem a geodiversidade são de maneira natural valorizados pelo ser humano. Por exemplo, se, como referimos anteriormente, existem elementos que conferem originalidade a uma paisagem, permitindo-nos defini-la facilmente, quer dizer que estamos desde logo a atribuir um valor a esses elementos, valor esse que é superior ao dos restantes elementos que compõem a paisagem.

Uma vez que o geoturismo assenta nos conceitos de Geodiversidade e de Geopatrimónio, que se desenvolveram principalmente a partir dos anos 90, é natural que como área de investigação aplicada se encontre ainda numa fase muito recente de desenvolvimento. Alguns autores dizem que é um tipo de Turismo de Natureza ou de Ecoturismo. Contudo, o Ecoturismo é essencialmente bio e não geo, enquanto os verdadeiros praticantes do Turismo de Natureza procuram a natureza no seu estado mais “puro”, mais “selvagem”, sem relação com os geossítios e os seus valores científicos, culturais, estéticos ou outros. Além disso, ficariam certamente chocados ao descobrirem que é também possível fazer geoturismo em sítios urbanos...

É fácil dizer que o Geoturismo surge também como reacção ao modelo turístico assente em destinos desligados das realidades locais e dos seus valores patrimoniais intrínsecos (naturais, paisagísticos, culturais – materiais ou imateriais e gastronómicos). Como sabemos, na maior parte dos casos assiste-se a uma standardização dos destinos turísticos internos e externos. Tal sucede devido a uma oferta de “pacotes” monótonos e sem ligação às realidades locais, iguais em qualquer parte do mundo, recorrendo, por exemplo, a uma alimentação sem qualquer ligação com o espaço (o território em que se insere) e o tempo (as estações do ano e os produtos a elas associados).

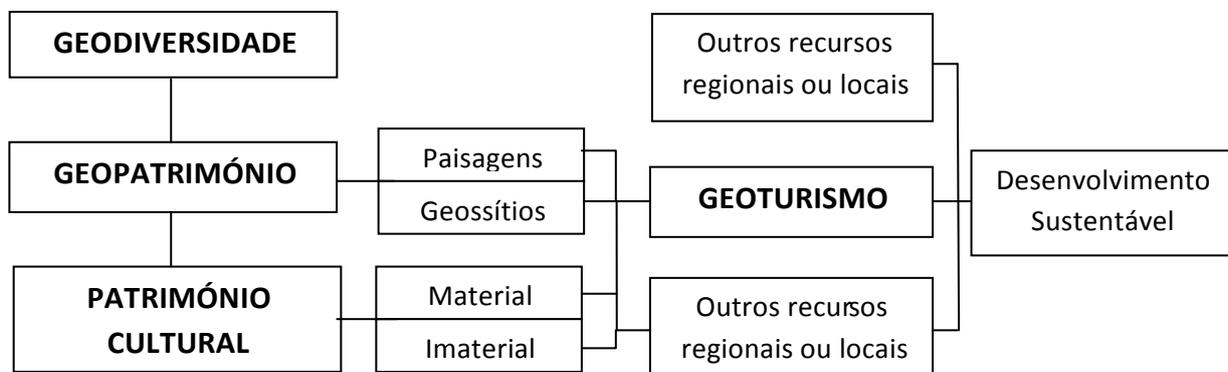
O conceito de Geoturismo tem uma forte ligação à terra (geo) pois centra-se na identidade dos diferentes territórios ou regiões e baseia-se no seu património e recursos naturais. No entanto, tem uma visão integradora desse mesmo território, uma vez que engloba igualmente o património cultural e as tradições locais, o património gastronómico e todos os outros valores regionais, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sustentado das comunidades locais, como podemos ver no quadro 4.

De facto, o Geoturismo pode integrar-se num modelo global de promoção de áreas que preservam um património natural particularmente rico e diversificado, como é o caso de muitas áreas do território nacional.

Para tal é fundamental conhecer o geopatrimónio da região e realizar um levantamento cuidado dos geossítios de interesse científico, didáctico, cultural, cénico, etc. E, como o património natural também se degrada, é preciso planear cuidadosamente a visita dos geossítios em função da sua vulnerabilidade natural ou induzida pela actividade humana.

Não é absolutamente certo que o geoturista se desloque para fazer um qualquer percurso geoturístico. No entanto, são já conhecidos alguns percursos geoturísticos “temáticos” que podem relacionar-se com determinados tipos de paisagens (montanhas com certas características, paisagens calcárias com grutas, morfologia submersa, etc.) ou com a ligação entre o território e a gastronomia (com o desenvolvimento, nomeadamente, do enoturismo local e de outros produtos artesanais).

Neste caso, como em tudo o que diz respeito ao geoturismo, o que parece faltar é uma oferta minimamente organizada que responda a uma procura crescente, não massificada, que tem curiosidade natural, que aceita desafios, que sabe apreciar o que é genuíno e que é capaz de voltar.



**Quadro 4** - Contributo do Geopatrimónio para o Geoturismo e o Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Williams, Stephen, *Tourism Geography*, Routledge, London, 1998)

## 1.2. As Falésias do Cabo Carvoeiro: 20 milhões de anos de histórias geológicas com valor patrimonial

O perímetro envolvente ao Cabo Carvoeiro, localizado no extremo oeste da cidade de Peniche e de Portugal continental (ver mapa do Anexo 2), mostra uma paisagem dominada por uma sucessão de calcários e rochas afins, datada essencialmente do Jurássico inferior. As condições excepcionais de exposição do afloramento, permitem uma observação contínua e detalhada de uma série de sedimentos, identificando-o como o perfil mais completo de todo o Liássico de Portugal. Os imensos atributos geológicos aí presentes, alguns deles singulares no contexto da geologia nacional, são facilmente comprovados, através de uma intensa e inesgo-

tável actividade científica produzida, particularmente, nos diferentes domínios da Geologia Sedimentar e da História Natural.

Pretende-se aqui uma descrição do potencial turístico deste afloramento, hierarquizado em termos da sua relevância nacional e supranacional. Com efeito, o perfil de Peniche é hoje uma referência obrigatória na comunidade científica internacional. Para além do impacto científico deste local, o seu potencial educativo e de divulgação científica é igualmente evidente. A experiência tem, pois, demonstrado que este afloramento constitui um importante laboratório para actividades lectivas, nos diferentes domínios da geologia sedimentar, sejam elas ao nível da formação de professores nos ensinos universitário, secundário ou básico e mesmo para o cidadão comum, interessado pela geologia. Segundo este pressuposto, esta análise relativa ao valor geológico das falésias do Cabo Carvoeiro mostra ainda outras valências, como as educacionais, sócio-culturais e paisagísticas. Todos os fundamentos são apresentados de modo a auxiliar todo e qualquer projecto futuro de valorização patrimonial deste local.



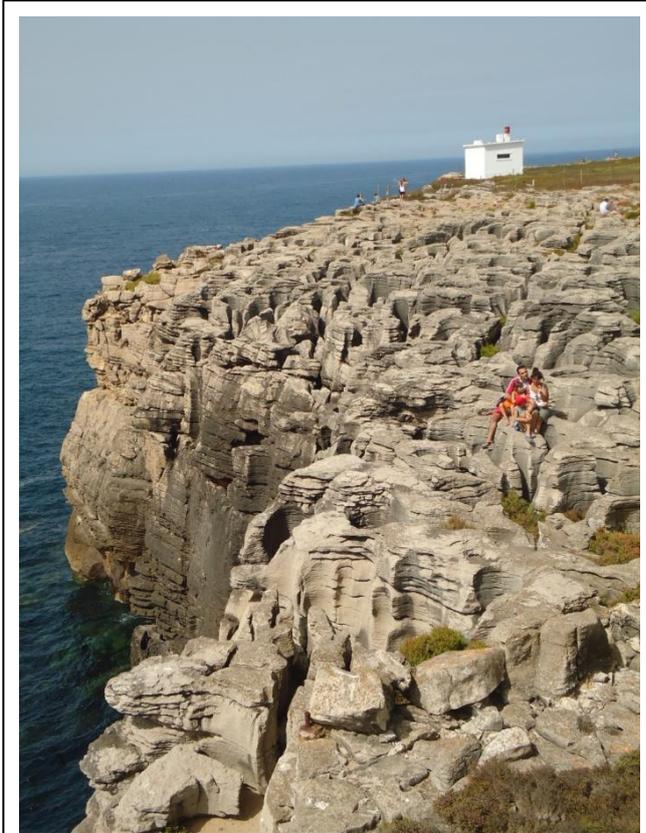
**Figura 27** - Pormenor dos calcários, no Cabo Carvoeiro (Fotografia da Autora).

O Jurássico inferior está, efectivamente, muito bem representado na Orla Mesozoica Ocidental de Portugal (Bacia Lusitânica), através de vários afloramentos de inegável valor científico, pedagógico-didáctico e paisagístico (Duarte, 2003, 2004). Considerando as suas mais-valias, nos domínios do património geológico e paleontológico destaca-se, entre eles, o afloramento calcário do Cabo Carvoeiro (figuras 27 e 28). Este local encontra-se ainda enquadrado numa posição de alto valor paisagístico da nossa costa ocidental, exibindo uma das secções estratigráficas mais importantes para o estudo do Jurássico em Portugal. O seu elevado valor científico excede, claramente, as fronteiras nacionais. Em termos educativos, são óbvias as suas valências na área da geologia sedimentar, nomeadamente nos domínios da Estratigrafia, Paleontologia, Sedimentologia e Geomorfologia.

Toda a nossa zona costeira, especialmente a contida entre a Arrábida e o Cabo Mondego, é rica em exemplos geológicos com relevância patrimonial (Henriques, 1998). Desta-

cam-se pela beleza paisagística dos seus promontórios, das suas falésias e consolidam-se nos diversos graus de conhecimento e nas suas múltiplas histórias geológicas. Desde o simples registo fossilífero aos modelos tectónicos mais complexos.

Circunscrevendo a análise ao Jurássico inferior, as falésias calcárias do Cabo Carvoeiro, a par das de S. Pedro de Moel e, num outro contexto paisagístico, os afloramentos da



**Figura 28** - Afloramento calcário no Cabo Carvoeiro (Fotografia da Autora)

região do Rabaçal assumem um valor inigualável, uma vez que mostram exemplos únicos da história geológica daquele compartimento temporal. Com efeito, o valor científico dos referidos locais é bem conhecido entre toda a comunidade geológica nacional, assim como de toda a comunidade científica internacional, ligada aos estudos do Jurássico. Estes três locais foram recentemente apontados em fórum internacional como os melhores exemplos do Liássico português com valor patrimonial (Duarte, 2002).

A par de outros exemplos da geologia sedimentar da Orla Mesozoica Ocidental Portuguesa, os primeiros estudos efectuados nas falésias calcárias de Peniche, remon-

tam aos finais do século XIX. Dada a óptima qualidade dos seus afloramentos, desde então que estes locais têm constituído verdadeiros laboratórios naturais e são “palco” de uma intensa e inesgotável actividade científica nos domínios da estratigrafia, paleontologia e sedimentologia (Duarte, 2002).

Os principais critérios científicos associados ao Jurássico da península de Peniche e evidenciados em Duarte (2003, 2004) apontam para uma importância destes geomonumentos às escalas nacional e internacional.

As recentes propostas de Elmi (2002), catapultaram o interesse dos afloramentos do Cabo Carvoeiro, em Peniche, para a alta esfera da Comissão Internacional de Estratigrafia. Assim, de entre um conjunto de restritas hipóteses, também enunciadas em Elmi (2002), o perfil de Peniche é hoje o que melhor condições reúne para o estabelecimento do GSSP (Global Boundary Stratotype Section and Point) do Toarciano.

Por outro lado, o potencial (geo)cultural do Cabo Carvoeiro é elevadíssimo. Associado à ligação preferencial com o mar e ao conseqüente (excelente) enquadramento paisagístico, este espaço costeiro suscita curiosidade por parte do cidadão comum. O programa Geologia no Verão, patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, assim o demonstra, através das diversas iniciativas realizadas. Estas experiências parecem confirmar o interesse social deste local, relativamente à Geologia e à História Natural.

As falésias e as paisagens que lhe são próprias têm vindo a ser sistematicamente apropriadas pelas sociedades urbanas que, sobretudo a partir da década de 90 do século transposto, as utilizam para fins desportivos, de lazer ou de turismo. Esta modificação de usos, processo chave da revitalização de espaços economicamente deprimidos, coloca, no entanto, algumas questões em termos de inventariação, preservação e gestão de recursos ambientais e, particularmente, dos que se ligam com as formas de relevo que, quase sempre, funcionam como suporte para os geosítios mais procurados e que, em muitas situações, pelas características particulares de que se revestem em termos de originalidade, grandiosidade e espectacularidade, constituem verdadeiro património geomorfológico, razão de ser da sua acentuada procura para práticas pedagógicas, de desporto, lazer e turismo.

No entanto, se o património natural e, particularmente, o património geomorfológico, potencia a procura, a fragilidade ambiental deste tipo de património implica rigorosos cuidados de gestão, de modo a não delapidar um património que não é só de agora, nem só de alguns (Cunha e Vieira).

Esta questão é particularmente sensível uma vez que, pelo menos em Portugal, se alguma preocupação tem existido em relação ao património histórico-cultural, menos sensibilidade parece existir para a preservação do património natural, sobretudo para aquele que, por não envolver directamente questões de biodiversidade, é tido como lateral às preocupações maiores de grupos ecologistas de pressão (Cunha e Vieira).

Apesar de reconhecermos que as actividades de turismo e lazer, por si só, são incapazes de induzir uma revitalização económica, social e cultural para estas áreas - neste caso, para o território de Peniche - estamos, contudo, conscientes da sua importância quando integradas em políticas de desenvolvimento mais amplas. Neste sentido, deixamos aqui um conjunto de propostas que poderão, futuramente, servir de base para um planeamento sustentado e estruturado da utilização do património geomorfológico e da paisagem envolvente como recurso para o desporto, lazer, educação, contemplação e diversão, capaz de atrair visitantes, de dinamizar novas actividades turísticas e, conseqüentemente, a economia local.

Em primeiro lugar, consideramos absolutamente premente a elaboração de itinerários que permitam, de uma forma eficaz e clara, apresentar percursos alternativos de exploração e usufruto das paisagens. Estes poderão ser concebidos em função de uma componente mais generalista, destinada a um sector de visitantes mais interessado pelos aspectos culturais e pela contemplação da paisagem no seu conjunto; ou uma componente mais específica, destinada, fundamentalmente, aos praticantes de Turismo de Natureza, propondo-se à elaboração de percursos pedestres, inclusivamente com marcação física no terreno e com passagem pelos sítios de implantação dos conjuntos geomorfológicos mais significativos. Deste modo, faria todo o sentido dotar estas áreas de infra-estruturas de apoio a este tipo de turismo, que poderia ser diversificado com a criação de infra-estruturas adequadas à prática de alguns desportos ditos radicais (*slide, rappel*, escalada, espeleologia, etc.)

O aproveitamento dos principais miradouros, com a respectiva colocação de descritores de paisagem nesses espaços e junto dos principais núcleos geomorfológicos, permitiriam ainda ao visitante uma percepção mais real e um melhor entendimento da paisagem e dos elementos que a estruturam. Com efeito, parece não só fundamental como, sobretudo, urgente, a inventariação do património geomorfológico existente na península de Peniche, bem como a sua interpretação científica, simples mas correcta, capaz de permitir uma eficaz divulgação cultural.

A implementação deste tipo de iniciativas, suportadas por planos estruturados de desenvolvimento do turismo ambiental e de natureza mais amplos, com a necessária salvaguarda da qualidade ambiental e dos valores sociais e culturais autóctones, poderão permitir algum desenvolvimento económico e social, promovendo algum emprego e gerando emprego e riqueza.

### 1.3. O Arquipélago das Berlengas: uma maravilha natural

#### 1.3.1. O Arquipélago

O pequeno arquipélago oceânico das Berlengas é composto por numerosas ilhas e rochedos de contorno irregular, com encostas escarpadas, dispostas em três grupos: a Berlenga, as Estelas e os Farilhões-Forçadas. O arquipélago fica situado na Plataforma Continental da fachada oeste da Península Ibérica, cerca de 6 milhas para ocidente do Cabo Carvoeiro, junto da cidade de Peniche. Pela sua riqueza em património natural e por se tratar de um geossítio com características únicas na realidade portuguesa, o arquipélago das Berlengas é, em 2010, candidato às Sete Maravilhas Naturais de Portugal. Também recentemente, foi submetido a proposta de nomeação como

Reserva da Biosfera da UNESCO.

A Reserva Natural das Berlengas, área protegida pelo Decreto de Lei nº 264/81 de 3 de Setembro, compreende uma área muito vasta de reserva marinha, situada na área envolvente do arquipélago, com uma extensão total aproximada de 9.560 hectares (área terrestre da Reserva – ca. 104 ha; área marítima – ca.



**Figura 29** - Folheto informativo relativo ao arquipélago das Berlengas, candidato às sete Maravilhas Naturais de Portugal, Fonte: Posto de Turismo de Peniche

9.456 ha, segundo o Instituto de Conservação da Natureza)

#### 1.3.2. Características demográficas e administrativas

Actualmente, não existe população humana com residência permanente no arquipélago das Berlengas. Só na ilha da Berlenga podemos encontrar núcleos habitacionais dignos de

registo, implantados no Bairro dos Pescadores, no Forte de S. João Baptista e no Farol da Berlenga.

Equipas de faroleiros (da Direcção de Faróis) e de Vigilantes da Natureza (do Instituto de Conservação da Natureza) estão presentes na ilha da Berlenga durante todo o ano, cumprindo escalas de serviço com alternância de turnos, habitualmente com duração semanal, por vezes mais longos nos períodos de temporal. Dois elementos da Câmara Municipal de Peniche permanecem na ilha da Berlenga durante longos períodos, em geral de Março até Novembro. Também cerca de duas centenas de pescadores artesanais e alguns técnicos de apoio a diversas actividades e serviços pernoitam na ilha, conforme necessário, com alguma regularidade, nos meses de Maio a Outubro. A ilha da Berlenga recebe uma forte visitação sazonal, concentrada na época estival e principalmente nos meses de Julho e Agosto, coincidente com as férias escolares.

A Reserva Natural das Berlengas, única Reserva Marítima do país, está situada na Região Oeste, na área de influência da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo. As ilhas deste arquipélago fazem parte do município de Peniche, pertencendo à freguesia de S. Pedro.

Devido à pequena dimensão da ilha e às suas características muito próprias, que interessa preservar, foi imposta a capacidade máxima de 350 visitantes em simultâneo. Contudo, existem, neste momento, 32 empresas marítimo-turísticas a operar para a ilha. O número é considerado excedentário e a Câmara Municipal de Peniche pretende evitar a emissão de mais licenças, de modo a regular o negócio e evitar a degradação ambiental da reserva natural.

Actualmente, apenas uma empresa está licenciada para o transporte de passageiros, mas existem outras três dezenas de operadores turísticos que fazem a ligação entre Peniche e a Berlenga para actividades de mergulho, pesca turística ou passeios organizados.



**Figura 30** - Habitações de pescadores na ilha da Berlenga (Fotografia da Autora).

De facto, uma carga humana excessiva na ilha pode ameaçar o rico ecossistema da Berlenga, onde habitam mais de 20 mil gaivotas. Apresentando uma geologia, clima e isolamento únicos, que permitem a ocorrência de uma centena de espécies vegetais únicas, a ilha é uma indispensável zona de nidificação e repouso das aves marinhas.

### 1.3.3. Estruturas de apoio

A sede da Reserva Natural das Berlengas, em Peniche, dispõe de um centro de acolhimento com 24 camas duplas (beliches, em camarata dividida). Existe ainda um centro de interpretação, no mesmo local, para os visitantes mais interessados.

Adicionalmente, existem as seguintes estruturas locais de apoio turístico:

- Apoio de campismo disponível na ilha da Berlenga (*ca.* 100 lugares/pax);
- alojamento clássico, escasso (5 quartos duplos, no Pavilhão “Sol e Mar”);
- alojamento sumário (até 6 lugares/pax, em camarata, na casa da Reserva Natural das Berlengas);
- Forte de S. João Baptista (edifício histórico, capaz de fornecer mais *ca.* 50 dormidas/pax);
- Posto Municipal de Turismo, com localização central na cidade de Peniche e
- Posto de Informação da Reserva Natural (na ilha da Berlenga, após remodelação).

### 1.3.4. Pontos de interesse

- **Forte de S. João Baptista:** Fortificação do século XVII, sobre um ilhéu, ligado à ilha por uma ponte de alvenaria, sobre arcadas, com um pequeno ancoradouro, do lado norte.
- **Bairro dos Pescadores:** construído em 1941, no local onde existiu um mosteiro quinhentista da ordem jerónima, com o intuito de albergar a comunidade piscatória instalada na ilha da Berlenga. Este complexo habitacional é hoje composto por cerca de três dezenas de casas.

- **Castelinho:** Construção sita no Carreiro do Mosteiro, e onde hoje funciona um pequeno estabelecimento comercial, corresponde a uma reminiscência de uma antiga atalaia do século XVI, sobranceira ao antigo ancoradouro.
- **Farol do Duque de Bragança:** Estrutura edificada no cimo da ilha em 1841, é formada por uma torre quadrangular, que elevando-se a aproximadamente 112 metros acima do nível do mar, projecta o seu raio luminoso a cerca de 52 milhas de distância.
- **Formações Geomorfológicas:** A ilha da Berlenga possui um conjunto interessante de grutas, carreiros e outras formações geomorfológicas das quais se destacam a Gruta da Flandres, a Greta da Inês, a Gruta Azul, a Cova do Sono, a Gruta da Lagosteira, o Carreiro dos Cações, o Carreiro da Inês e o Carreiro do Mosteiro.
- **Praia do Carreiro do Mosteiro:** Pequena praia com águas muito transparentes localizada no Carreiro do Mosteiro.
- **Locais de Mergulho:** O arquipélago das Berlengas é conhecido pela transparência das suas águas, pela abundante vida subaquática e existência de um grande número de tesouros submersos, sendo um dos locais ideais para a prática de mergulho em Portugal.

### 1.3.5. Potencialidades para o Turismo de Natureza

As potencialidades que existem para desenvolver actividades de Turismo de Natureza no arquipélago das Berlengas estão desde logo definidas e condicionadas pelo carácter oceânico destas ilhas, pela natureza rochosa das suas encostas escarpadas e pelas condições Atlânticas que dominam o espaço marítimo envolvente. Completam este quadro um forte grau de isolamento, que pode tornar-se mais grave nos meses de inverno, mas que seguramente se mantém ao longo do ano, com situações frequentes de agravamento súbito, provocadas por mudanças rápidas e violentas das condições meteorológicas e do estado do mar.

Assim, existem fortes potencialidades para:

- Actividades subaquáticas, incluindo percursos com “snorkel” e mergulho autónomo;
- percursos pedagógicos (terrestres e marítimos) para descoberta da Natureza;
- fotografia de Natureza, desenho, pintura, escrita e poesia de inspiração naturalista;

- roteiro histórico e cultural ( a nível da formação da Terra; evolução dos seres vivos; cronologia da presença do Homem);

- canoagem e *kayaks* de mar;

- pesca desportiva (com regulamentação especial) e

- *birdwatching* – contacto com o ciclo de vida das cagarras (que têm nas Berlengas o seu único território de nidificação), das gaivotas, dos airos, dos corvos-marinhos-de-crista e das pardelas-de-bico-amarelo.

Contudo, existem também fortes limitações específicas desta área protegida:

- Dimensões reduzidas da ilha da Berlenga (ca. 1.500x800m) que limitam a sua capacidade para receber visitantes e para diluir os impactos causados pelas diversas actividades;

- existência de uma *capacidade de carga humana*, estabelecida por legislação própria, que determina e limita a 350 pax/dia o número máximo de visitantes autorizados a permanecer na área da Reserva Natural;

- escassez de água potável, principalmente nos meses de Verão;

- escassez de alojamento, agravado pelas condições sumárias da oferta disponível;



**Figura 31** – Birdwatching – Nicho de gaivota, na ilha da Berlenga (Fotografia da Autora).

- escassez da produção de energia, geralmente com fortes restrições ao consumo diário;

- sistemas de saneamento básico rudimentares, com funcionamento deficiente;

- baixas temperaturas da água do mar, exigindo mergulho com fatos isotérmicos;

- restrição necessária da pesca lúdica e das actividades náuticas motori-



**Figura 32** - Vida natural, na ilha da Berlenga (Fotografia da Autora)

zadas;

- forte incidência de condições meteorológicas adversas, mesmo no Verão e
- mudanças rápidas e bruscas da força do vento e do estado do mar, que por vezes causam isolamento forçado dos visitantes na ilha, podendo prolongar-se por vários dias.

Este equilíbrio entre visitação restringida e protecção da biodiversidade cria um ambiente único que é, claramente, um *ex-bibris* deste território. Daí que o turismo surja como um nicho a desenvolver.

### 1.3.6. O papel da Reserva Natural das Berlengas

A vertente turística compatível com a conservação da natureza (espécies e habitats) é reconhecida como um dos principais objectivos estratégicos da Reserva Natural das Berlengas, conforme vem referido nos respectivos diplomas de criação e reclassificação.

O Instituto de Conservação da Natureza não dispõe de património edificado na Reserva Natural das Berlengas, ocupando um edifício pertencente a terceiros, mediante protocolo de utilização negociado por 15 anos; o restante património edificado na ilha da Berlenga é necessário para funcionamento de serviços essenciais, ou para alojamento de profissionais com actividades na área da Reserva; existem ainda algumas casas, ocupadas por um pequeno número de visitantes habituais (com direitos reconhecidos e consolidados).



**Figura 33** - Trilhos Pedestres, - uma prática de Turismo de Natureza na Berlenga (Fotografia da Autora)

O Forte de S. João Baptista encontra-se bastante arruinado, com diversas estruturas degradadas. Necessita, assim, de uma recuperação urgente, conduzida por entidade qualificada.

As actividades de animação ambiental podem ser desejáveis, mas carecem de enquadramento adequado, com medidas técnicas que garantam a sua conformidade com os objectivos gerais de conservação da Natureza; as medidas que venham a ser implantadas terão de ser

adaptadas às condições específicas do arquipélago e às características culturais e sociais da micro-comunidade local.

Não existe uma “Central de Reservas” formalmente constituída, com a gestão global do alojamento disponível na ilha da Berlenga. Na prática, essas funções são asseguradas pelas diversas entidades capazes de proporcionar alojamento, nomeadamente o Posto de Turismo da Câmara Municipal de Peniche, a associação “Amigos da Berlenga”, os concessionários do pavilhão “Mar e Sol” e também a Reserva Natural das Berlengas.

Estão também previstas algumas melhorias nas estruturas de sinalização e informação da Reserva Natural das Berlengas, principalmente na área do Carreiro do Mosteiro, em locais estratégicos no Bairro dos Pescadores e ainda no Forte de S. João Baptista, após as obras de restauro necessárias.

Após a devida requalificação, devem ser instalados alguns pontos de venda directa de produtos locais, mantendo tanto quanto o possível os lugares tradicionais de comércio, já estabelecidos por uso local.

Existem ainda intenções (e poderá surgir interesse por parte dos operadores locais) para organizar e explorar alguns percursos pedestres na ilha da Berlenga e também passeios náuticos, nos locais mais abrigados, nomeadamente entre o cais do Carreiro do Mosteiro e a Cova do Sono.

A fomentar por último, uma organização mais frequente e mais qualificada, de eventos sócio-culturais (colóquios, palestras, exposições) com temas alusivos à bio e geodiversidade do arquipélago das Berlengas.

Existem já várias micro e pequenas empresas *locais* que operam comercialmente diversas vertentes do Turismo de Natureza. A sua actividade tem sido globalmente positiva, mas terá de ser analisada com maior detalhe, caso a caso, pois será necessário aplicar alguma coordenação suplementar, nomeadamente nas práticas da pesca desportiva na Reserva Mariinha. Será também necessário garantir a melhor integração possível das actividades dos vários agentes económicos, sem esquecer as facetas mais inovadoras do Turismo de Natureza na área da Reserva. Interessa então privilegiar as formas de utilização menos predatórias dos recursos naturais, capazes de garantir emprego *local* estável, de média e longa duração, com garantias reais de sustentabilidade económica e social.

Na Reserva Natural das Berlengas, as actividades ligadas ao Turismo de Natureza têm de respeitar as normas gerais de enquadramento sectorial, juntamente com as normas e restrições específicas desta Área Protegida, referidas em legislação própria. Deste modo, constituem objectivos estratégicos da Reserva Natural das Berlengas, a incentivar nos agentes económicos deste mercado:

- Uma opção inequívoca pela qualidade dos serviços prestados, que não equivale a praticar preços exorbitantes, nem deve aliciar exclusivamente clientelas exteriores com grande poder de compra, nem se compadece com políticas voltadas para franjas de mercado próprias do turismo de massas, completamente desenquadradas da realidade local;

- economia geral de consumos, principalmente de água potável e da energia eléctrica produzida por queima de combustíveis fósseis;

- redução substancial da produção de resíduos orgânicos e recolha para reciclagem dos vidros, das latas, de plásticos e das restantes embalagens;

- redução das emissões de matéria orgânica e dos resíduos com propriedades fertilizantes do meio aquático, que reduzem a transparência da água do mar e afectam a riqueza e diversidade das comunidades de organismos marinhos, comprometendo deste modo o futuro das próprias actividades turísticas da ilha da Berlenga;

- práticas de boa ética comercial e salutar articulação de interesses com os demais agentes económicos locais e

- integração da oferta de trabalho local e recrutamento preferencial de quadros locais.

Por outro lado, constituem práticas indesejáveis, a neutralizar:

- Actividades turísticas ruidosas, francamente poluentes;

- estratégias de comercialização massificadoras da procura turística, incompatíveis com as dimensões e as características do arquipélago, com a legislação da Reserva Natural das Berlengas e com a respectiva “capacidade de carga humana”;

- esmagamento dos agentes económicos locais, por implosão selvagem da procura exterior e

- delapidação do ambiente sócio-cultural específico dos “habitantes da Berlenga”, que possui especificidades interessantes e que em muito valorizam o produto turístico.

## CAPÍTULO VI

### 1 Actividades e participação turística

#### 1.1. Peniche, “Capital da Onda” e o Surf

O tema instalou-se na retórica política. De um quadrante a outro do sistema partidário, não há quem hoje não valorize o papel do mar como alavanca de um novo modelo de desenvolvimento. O mar como recurso estratégico. Não apenas o mar à “antiga”, da vocação marítima, dos descobrimentos e da construção da nossa identidade colectiva. Mas também o mar como factor de valorização do futuro. Como pólo de criação de novas oportunidades, por exemplo no turismo.

Contudo, neste, como em muitos outros casos, há os discursos e, depois, há a prática. Por inércia, por incúria ou por acção premeditada, se bem que não com a intensidade do passado, continuam os atentados



**Figura 34** - Peniche, Capital da Onda – Marca criada para a cidade pelo município Fonte: Câmara Municipal de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>)

ambientais e, acima de tudo, uma visão míope do potencial existente na costa portuguesa. De Norte a Sul do País e nas regiões autónomas, assiste-se a um discurso político que é diariamente contrariado pela desvalorização efectiva do litoral.

Ora, entre as novas oportunidades que o litoral português apresenta está o surf. O surf que hoje em Portugal tem um número já assinalável de praticantes, que movimenta um mercado ainda frágil mas já com alguma dimensão e que, só por isso, deveria ser protegido. Mas o surf que, para além do mais, tem um potencial ainda por explorar enquanto instrumento ao serviço de um desenvolvimento harmonioso para as nossas zonas turísticas. Como escreveu, há tempos, Gonçalo Cadilhe, que já viu e viajou o suficiente para saber daquilo que fala:

*"...uma onda perfeita de surf pode ser o motor da economia de uma inteira região. Pequenas localidades que nunca teriam saído do anonimato, que teriam permanecido esquecidas na periferia do mundo, são hoje internacionalmente famosas em todo mundo pelo simples facto de possuírem uma onda perfeita ao fundo da rua. (...) O turismo de surf não é turismo de massa, é turismo sustentável e continuado, é um nicho de mercado sólido e em crescimento." (Cadilhe, Gonçalo, "No principio estava o Mar: Surf, viagens e outras inquietudes", Camarate: Prime Book, 1968)*

Aliás, com uma boa gestão e com visão de futuro, não há nenhuma razão para que as zonas propícias ao surf não possam evoluir para locais um pouco à imagem das estâncias de ski. E, como é sabido, abundam hoje pela Europa casos de sucesso em termos de desenvolvimento virtuoso de inteiras regiões, literalmente "puxadas" pelo ski.

E, desse ponto de vista, Portugal tem condições únicas na Europa e mesmo bastante competitivas a nível mundial. Não apenas temos uma extensa faixa costeira, com excelentes condições para receber os diversos tipos de ondulação, como é possível, em Portugal, praticar desportos náuticos, como o surf durante doze meses por ano. Se a isto acrescentarmos a centralidade do País, quando comparado com os destinos exóticos do surf e os preços muito competitivos que apresentamos, há aqui um nicho de mercado quase virgem e de enorme potencial. Do Norte a Sul do país há ondas para todos e para todos os gostos. Contudo, acontece que a prática de surf implica que as praias não sejam destruídas e que, na sua preservação, a conservação das ondas seja tida em consideração.

Contudo, Peniche quer adoptar uma postura diferente e tem vindo a apostar na capacidade única das suas costas para desenvolver o potencial turístico relacionado com o mar. A

Câmara Municipal de Peniche adoptou para a cidade, há cerca de dois anos, a marca “capital da onda”.

Uma marca, como estamos habituados, representa uma identidade através de ideias, sentimentos e emoções que vão produzir associações no público-alvo, conduzindo a escolhas e opções. Neste caso, esta marca remete-nos de imediato para a imagem do mar e do dinamismo das suas ondas, se estivermos um pouco mais informados, indagamos ainda que tal marca será relativa aos inúmeros festivais e competições de surf que têm lugar em Peniche ou ao sem número de actividades náuticas que nesta cidade se podem praticar.

Com efeito, ondas com qualidade mundial, como as de Peniche, podem atrair cerca de duas mil pessoas em permanência. Estimando que cada turista fica uma semana na zona e gasta mil euros, a aposta neste tipo de turismo pode valer 100 milhões de euros por ano, segundo os dados estatísticos do Turismo da Região Oeste.

Ao contrário do que tem sucedido com outras formas de lazer, os Desportos Radicais não tardaram a “ganhar terreno” em Portugal. A rápida difusão de informações (televisão, com programas específicos, divulgação escrita em revistas especializadas, internet, etc.) associadas a uma publicidade tecnicamente muito bem estudada, encarregaram-se de fazer chegar a alguns grupos de população este tipo de desportos. Embora não em simultâneo com outros países – Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, entre outros – o território nacional, com um destaque claro para a zona de Peniche, rapidamente entrou nas listas de sítios obrigatórios de campeonatos mundiais (Cunha e Cravidão, 2008).

Devido a características muito próprias, as ondas de Peniche foram desde muito cedo procuradas por estrangeiros para a prática do surf. Os habitantes locais viam aquela modalidade com uma admiração imensa. A curiosidade foi crescendo entre os



**Figura 35** - Aula de Surf, na praia do Baleal (Fotografia da Autora)

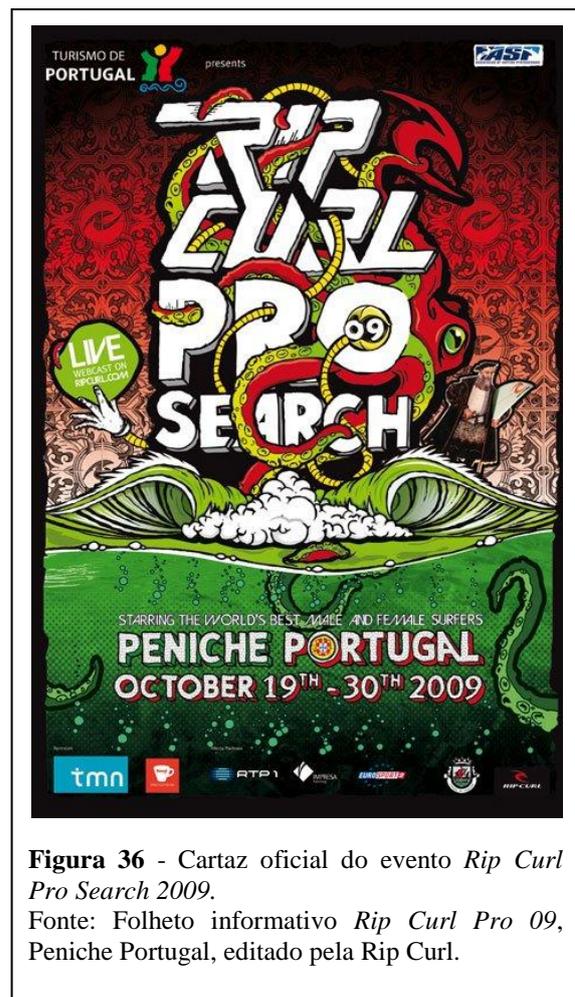


dependem economicamente do surf.

Contudo, não basta ter ondas de qualidade reconhecida internacionalmente, como as da famosa praia penichense Supertubos (ver Mapa 7); é preciso preservá-las (ou mesmo melhorá-las, recorrendo a técnicas de engenharia) e dotar as zonas envolventes de estruturas (como escolas de surf e alojamentos) e acessibilidades. Segundo dados recolhidos junto a algumas escolas de Surf, neste momento, a maior parcela de mercado é representada por jovens surfistas da Europa do norte e central. “Vêm a Portugal e fazem surf uma ou duas semanas para terem umas férias activas”, afirma um responsável de uma escola de surf na Lagide/Baleal (ver Mapa 7), que lembra ainda que em Portugal “pode-se praticar surf o ano todo. Mais: é “um turismo com muito futuro”, já que é praticado durante muitos anos, sustenta. Não é raro ver surfistas com 50 anos”.

Há ainda benefícios que não passam pelo turismo. “Há pessoas que gostam de surf e acabam por ir viver para a região”, diz aquele responsável, também ele um surfista nos tempos de lazer. “Aconteceu em Peniche e na Ericeira”, lembra. A isto soma-se a possibilidade de grandes marcas ligadas a estes desportos se venham localizar nas zonas que fazem do surf uma bandeira.

Peniche, que acolheu o Rip Curl Pro Search, nona e penúltima etapa do Circuito Mundial ASP de surf, é um dos concelhos que vê no valor das suas ondas um potencial económico a não desperdiçar. A marca/slogan que adoptou, “Capital da Onda”, é o nome de um projecto com várias iniciativas. O município destaca os esforços de toda a comunidade local, acreditando que Peniche tem condições para se aproximar ou ultrapassar o sul de França como local de excelência do surf na Europa.



**Figura 36** - Cartaz oficial do evento *Rip Curl Pro Search 2009*.

Fonte: Folheto informativo *Rip Curl Pro 09*, Peniche Portugal, editado pela Rip Curl.

Um dos projectos em que a autarquia aposta é o Centro de Alto Rendimento de Surf. A obra já foi adjudicada e deverá ser concluída em Junho de 2011, a tempo do Verão. O primeiro centro de alto rendimento de surf em Portugal será uma “estrutura de apoio ao desenvolvimento da modalidade”, aberta a atletas nacionais e internacionais, diz Sérgio Leandro, do gabinete da presidência da Câmara de Peniche.

O centro será importante para capitalizar o estatuto de Peniche no panorama do surf europeu e mundial, a par do surgimento de vários *surf camps* que se tem vindo a verificar em grande escala nos últimos anos.

A passagem do Circuito Mundial ASP de surf por Peniche foi uma batalha do presidente da autarquia, António José Correia. O balanço é muito positivo: “tivemos vários milhares de pessoas e promoção nos *mass media*. E tivemos um dos melhores surfistas do mundo, Joel Parkinson, a dizer que apanhou cá um dos melhores tubos da vida”, diz Sérgio Leandro.

Durante a etapa, foram distribuídos inquéritos para perceber quem é o público do surf. “Muitos têm formação superior e têm um bom nível de vida”, revela Sérgio Leandro. A ideia confirma o que o estudo que a Câmara de Peniche encomendou à Service & Profit Consulting, que indica que este está a deixar de “ser um turismo barato, convertendo-se numa indústria que inclui uma variedade de nichos, incluindo o de luxo”.

Contudo, surgem obstáculos a ultrapassar, como as intervenções na costa, que têm vindo a destruir a qualidade das ondas. Os estudos de impacte ambiental não incluem a qualidade das ondas como um recurso a proteger. O facto é que muitas intervenções costeiras, ao mexerem nos fundos de areia, entre outras acções, afectam estas características.

O certo é que uma etapa do circuito mundial de surf voltou, em 2009, a passar por Portugal, com a realização do campeonato Rip Curl Pro Search 2009, um evento reconhecido e divulgado mundialmente. Esta constituiu uma óptima notícia para os adeptos da modalidade, que durante duas semanas, graças às únicas das ondas do mar da praia dos Supertubos,



Figura 37 - Surfista nas ondas “de classe mundial” na praia dos Super Tubos, em Peniche. (Fotografia da Autora)

em Peniche, onde se realizou o evento, puderam assistir a um espectáculo notável. Mas constitui também um óptimo sinal para a economia portuguesa, que tem no surf uma oportunidade de enorme potencial.

Num estudo recente, dedicado ao “hypercluster” mar, coordenado por Ernâni Lopes, era afirmado que a economia do mar poderia ser, ao mesmo tempo, uma força propulsora e



**Figura 38** - Um dos muitos cartazes espalhados pela cidade, alusivo a uma *Surf-school*, onde também é possível alugar material para a prática da modalidade (Fotografia da Autora).

um catalisador capaz de dinamizar um conjunto de sectores com elevado potencial de crescimento e capacidade para atrair investimento. Tanto mais que o potencial económico do mar tem sido escassamente explorado, nomeadamente através de investimentos inovadores, capazes de acrescentar valor. Ora o surf, é precisamente um dos sectores onde melhor se pode combinar o crescimento sustentado, com a criação de novas oportunidades económicas no quadro da economia do mar.

Como já referimos, existem, na Europa, regiões inteiras cujo desenvolvimento virtuoso radicou nos desportos de neve; ora, o surf poderia desempenhar o mesmo papel alavancador em várias zonas de Portugal, nomeadamente na zona de Peniche. Deste modo, o surf poderia estar para o turismo português, ou penichense, como

os desportos de neve estão para os Alpes suíços.

É preciso notar que o turismo de surf não é massificado, representa um nicho de mercado em franca expansão e é ambientalmente sustentável. Os surfistas, até porque o desporto depende de um recurso natural (as ondas), valorizam as boas práticas ambientais, o que estimula a preservação ecológica das praias. Esta preocupação ambiental funciona como um constrangimento positivo, que contraria a propensão para a destruição da orla costeira - tarefa à qual se têm dedicado intensamente a autarquia penichense ao longo das últimas décadas.

Portugal tem, efectivamente, no contexto europeu, condições únicas para a prática de surf. País com um clima temperado, ondas de qualidade e, não menos relevantes, condições para o surf durante todo o ano. A estas condições acresce a centralidade portuguesa, nomeadamente quando comparado com outros destinos de surf, bem mais distantes. Além do mais, tendo em conta que as melhores ondulações são fora da época estival, o surf pode, com efeito, ajudar a compensar as quedas na ocupação hoteleira fora da época alta e a combater a sazonalidade da actividade turística.

O surf pode, deste modo, ajudar a fazer uma síntese do que muitas regiões do país bem necessitam: gera novos recursos, mas contribui também para preservar os recursos naturais, que tradicionalmente eram vistos como um empecilho ao desenvolvimento económico. O bom exemplo da autarquia de Peniche - que tem visto no surf uma oportunidade para a criação de uma nova identidade local - bem podia ser seguido por muitas outras câmaras do País que, tendo ondas de qualidade, não só não cuidam da sua protecção, como desprezam o seu potencial económico.

O estudo "Hypercluster da Economia do Mar", efectuado por Ernâni Lopes, ex-ministro das Finanças, sublinha que o potencial marítimo nacional poderá valer 12% do PIB, ou seja, cerca de vinte mil milhões de euros, em 2025. Trechos deste estudo, que consideramos de significativa relevância para o complemento das ideias por nós aqui analisadas, pode-

	EUA	Alemanha	R. Unido	P. Baixos	França	Espanha	Outros	TOTAL
Férias	390.6	322.3	274.7	248.4	193.6	130.2	245.3	250.7
<b>Desporto</b>	<b>331.9</b>	<b>304.0</b>	<b>240.1</b>	<b>150.5</b>	<b>331.9</b>	<b>119.2</b>	<b>217.8</b>	<b>230.1</b>
Visitas amigos / familiares	435.1	141.8	221.2	94.3	108.9	95.2	258.0	207.1
Actividade profissional	175.2	190.7	134.9	207.7	108.0	85.4	284.1	204.4
Compras	-	67.7	-	-	-	217.4	343.8	200.7
Negócios	345.5	135.4	228.0	193.0	136.3	104.4	202.9	194.7
Religião	0.0	194.8	-	-	-	98.4	128.8	142.2
Outro motivo	291.7	194.3	197.8	226.2	380.0	30.8	149.1	143.8
<b>Total</b>	<b>381.2</b>	<b>310.9</b>	<b>270.6</b>	<b>244.1</b>	<b>185.7</b>	<b>126.5</b>	<b>245.0</b>	<b>246.0</b>

**Quadro 5** - Total de euros investidos por diferentes países em várias actividades turísticas, com destaque para o "Desporto", que ocupa um dos lugares cimeiros da tabela. Fonte: Dados recolhidos a partir da OMT

rão ser encontrados no Anexo 13 deste trabalho.

Passando por uma enorme quantidade de actividades ligadas ao mar, o "Hypercluster da Economia do Mar" identifica o surf como uma das actividades que apresenta maior nível de progressão, revelando um enorme potencial no que diz respeito a ser um filão importantíssimo na recuperação económica do país, e em especial das zonas onde seja possível a prática desta modalidade, posicionando-o como parte da estratégia da implementação deste "Hypercluster da Economia do Mar".

Com uma alusão à propostas de consumo complementares, o autor supracitado pretende, a determinado momento do seu estudo, referir-se a todo um conjunto de práticas e serviços completos que surgem associados à prática do surf. E, com efeito, desde o investimento em formação à comercialização de materiais desportivos, o surf é um desporto/ actividade turística que atrai consigo uma gama considerável de variadas propostas de consumo.

Excelente alavanca para o desenvolvimento sócio-económico, como já tivemos oportunidade de comprovar, o surf – e outros desportos náuticos – para o desenvolvimento dos quais a península de Peniche possui potencialidades ímpares, constituem o maior gerador de riqueza a nível do sistema turístico da região. Assim acontece também a nível mundial, onde o Desporto surge como segundo motivo de deslocação turística em que os indivíduos mais investem, como podemos comprovar através da leitura do Quadro 5.

Só para termos uma ideia da economia gerada pelo surf em Peniche, existem, na península, vinte e duas escolas especializadas no ensino de surf, que recebem clientes durante todo o ano, sendo que doze delas possuem nas suas dependências "surf camps", para alojamento, lazer e integração dos alunos que frequentam a escolas. A marina de Peniche é ainda sede de numerosas empresas de desportos náuticos que têm, na Reserva Marinha da Berlenga, um santuário de pesca e mergulho. Por tudo isto, os desportos náuticos e, de modo muito particular, o surf tem obrigatoriamente que ser olhado de um modo bastante sério em Peniche, aproveitando o facto de estarmos neste momento na "crista da onda" com a atribuição do primeiro Centro de Alto Rendimento para esta modalidade à cidade que ambiciona ser reconhecida mundialmente como "Capital da Onda".

Para além da prática do surf, as ondas de Peniche têm também vindo a ser exploradas para o aproveitamento energético (energia das ondas), constituindo um claro contributo para assuntos tão importantes como o desenvolvimento sustentável. Esta trata-se de mais uma forte

aposta do Município de Peniche, que tem vindo a preservar e valorizar os seus recursos naturais, e cujas boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas, valorizando um conjunto de aspectos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável e alicerçados na educação no sentido da sustentabilidade e na qualidade ambiental, foram reconhecidas com a atribuição, em 2009, da Bandeira ECO XXI a Peniche.

## 1.2. Outros desportos náuticos e actividades no âmbito do Turismo de Natureza

As praias e as escarpas rochosas do litoral de Peniche são excelentes locais para a pesca de costa. Para os pescadores, a temporada das douradas proporciona boas pescarias. Nas rochas, a pesca à bóia, ao corrico ou à chumbadinha, permite desfrutar durante todo ano de situações inesquecíveis e conhecer companheiros de pesca que se tornam verdadeiros amigos. Do Cabo Carvoeiro à Foz do Arelho, as praias de areia dourada e águas límpidas são interrompidas, apenas, no Baleal por um pequeno promontório rochoso e por uma ou outra afloração rochosa que se lhe segue, como por exemplo na praia da Almagreira.

São dezenas de quilómetros de praia e as águas são povoadas por quase todas as espécies piscícolas: linguados, pregados, raias, ferreiras, robalos sargos, douradas e chopas são algumas das muitas qualidades de peixe que aqui se podem pescar.

A temporada para os pescadores de fundo inicia-se no fim do Inverno. Nesta época começam a aparecer as primeiras douradas com alguma frequência. Mas com o final do Verão e as primeiras chuvas do Outono inicia-se uma outra modalidade de pesca (aliás prati-



**Figura 39** – O Baleal na linha do horizonte. Os amantes do *Rock-Fishing* (pesca nos rochedos/falésias) encontram aqui excelentes condições para a prática da pesca desportiva (Fotografia da Autora).

cada todo o ano) em toda a península de Peniche, quando os robalos encostam em grande quantidade e tamanho! Com recurso ao corrido, com isca viva (choco ou camarão) ou com sardinha ao fundo, são aqui capturados robalos que chegam a ultrapassar os 7 kg. Há noites em que quase todos os pescadores, e não são tão poucos como isso, vão satisfeitos para casa. Nas zonas rochosas, a pesca à bóia, divide-se em duas épocas distintas: quando encostam os sargos entre a Primavera e o Outono, quase todos os pescadores de bóia os procuram, pois proporcionam boas pescarias; no Inverno com mares batidos e águas mais frias, a pesca só é possível na baixa-mar e em pequenas enseadas resguardadas da ondulação forte, onde os robalos aparecem engodados pela sardinha gorda do Verão.

No fim do Inverno e início da Primavera encostam também nas praias a Sul da Foz do Arelho as raias, que nas noites escuras de mar calmo a pescar com choco, lula, sardinha ou "furachão" nos permitem quase pela certa ferrar bons exemplares. Quanto às iscas para pescar podemos adquiri-las nas inúmeras lojas de artigos de pesca que nesta região existem, ou optar por apanhá-las.

No entanto, de ano para ano o peixe é mais escasso e de menor tamanho. É talvez o sinal dos tempos que teimosamente queremos ignorar. Mas quem vier para estas paragens tem outros atractivos ligados à natureza que não deve ignorar: em Peniche e nas Berlengas, o mergulho com garrafas, o surf, o turismo cultural e de natureza, na Serra d'el Rei o golfe, na



Figura 40 - Pescadores na praia do Baleal (Fotografia da Autora)

Lagoa de Óbidos, os desportos náuticos não motorizados, nos Salgados o parapente e asa delta. Os passeios a pé pelo litoral, especialmente na Lagoa de Óbidos, reservam-nos paisagens indescritíveis, onde a natureza ainda se encontra bem preservada. A juntar às belezas naturais, não podemos esquecer a única vila de Óbidos, onde o tempo parou há muitos séculos atrás, o tradicional mercado das Caldas da Rainha, a ímpar cidade de

Peniche e a vila da Nazaré, portos piscatórios de grande interesse turístico, que nos podem proporcionar momentos únicos, desde a gastronomia onde o peixe e o marisco são a especialidade, até às actividades de lazer com muita animação, principalmente na época balnear, mas principalmente a paisagem litoral onde às arribas escarpadas fustigadas pelos mares de Inverno se intercalam extensas praias de areias douradas em contacto com manchas de verde interminável constituídas por pinhais e mato, onde sentimos a natureza mais perto de nós.

### **1.3. Núcleos de Cultura e Lazer em Peniche**

O associativismo surge como uma das formas de sociabilidade mais curiosas e instáveis nas sociedades modernas. Mau grado ser um fenómeno moderno, produto das condições novas de desejo e de necessidade de associação geradas no seio das sociedades liberais, o associativismo tem-se transformado à medida das mudanças operadas nas sociedades, vindo a diminuir em muitos casos, ou mesmo a desaparecer sem que outras formas pareçam emergir em sua substituição (Gama, 2008).

A Associação Comercial Artística Literária de Peniche tem em Fevereiro de 1902 a data oficial da sua fundação e a necessidade de convívio social, aliada à ânsia de um ambiente onde o desejo da cultura se pudesse desenvolver, parecem justificar a sua criação. Reconhecida a incapacidade do edifício onde se encontrava inicialmente a sede desta associação (naquele tempo no prédio da família Ribeiro Arthur, na Rua do Passeio, actual Rua Alexandre Herculano), foi resolvido fazer a sua mudança para um outro prédio “mais amplo, situado na Rua D. Pedro V [hoje Rua José Estêvão] e em muito melhores condições higiénicas, pertença da família Ginja” (Arquivos da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense).

Em 1967, criou-se em Peniche o Círculo de Iniciação Cinematográfica (CICARP) com a finalidade de desenvolver o sentido crítico e de apreciação do bom cinema e ainda, algum tempo depois, o Centro de Amadores do Teatro (CENAT), com o louvável intuito de dar continuidade à brilhante tradição da colectividade. No final de 1959, em Assembleia-Geral, foi aprovada outra nova designação para esta sociedade, que então passou a denominar-se Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense, tendo começado a desenvolver uma eficiente actividade desportiva.

A verdade é que, por necessidade de distração dos esforços obrigatórios do quotidiano, ou por um apelo de sociabilidade e natural instinto de competição, a actividade desportiva sempre deve ter existido em Peniche. Assim, vemos que, jogos foram surgindo e ficaram, assimilados pelo interesse e favor populares; outros, possivelmente avessos ao temperamento litoral, não devem ter vingado, caindo em desuso. Até que tempo houve em que o entusiasmo do futebol se alastrou de forma irresistível pelas terras da província. E, de tal maneira, que os grupos dedicados a esta actividade começaram a crescer, criados e mantidos pela generosidade daqueles que eram, simultaneamente, directores, jogadores, árbitros e espectadores. Com efeito, quaisquer camisolas e calções serviam de equipamento e as redes, essas, transportavam-se às costas para um terreno suficientemente plano e vasto onde os desafios se pudessem concretizar.

Foi desse modo que, em Julho de 1926, surgiu o *Liberdade Foot-Ball Club Penichense*, cuja existência se manteve durante algum tempo, mais ou menos ao sabor das possibilidades económicas dos desportistas de então, sem sócios nem equipas: apenas entusiasmo, juventude e um campo de areia batida ali para as traseiras da Fábrica Fialho, sítio que se tornou conhecido, entre os adeptos do desporto importado de Inglaterra, pelo *Campo do Liberdade*. Contudo, a situação ganhava foros de certa importância na medida em que, para assistir a um desafio a realizar a 25 de Julho desse ano, se convidou até a Comissão Administrativa da Câmara.

Inflamados pelo entusiasmo levantado com a criação daquele grupo desportivo – e talvez na sequência de uma compreensível rivalidade entre a gente do mar e da terra – surgiu, tempos depois, o *Marítimo*, que aproveitou para seu campo de jogos o terreiro que então existia no sítio do actual Campo do Baluarte.

Dissolvidos, por dificuldades várias, o *Liberdade* e o *Marítimo*, alguns jovens – como Joaquim Cirilo, Francisco Martinho, Jaime Caseiro e Manuel Henriques, entre outros – resolveram formar o *Casalense*, nome que lhe vinha do facto de todos os seus membros morarem nas imediações da Rua do Casal (actual Rua D. Luís de Ataíde).

Entretanto, Duarte Barros e Mendonça de Azinheira, juntamente com alguns elementos do *Casalense*, resolveram fundar o *Futebol Clube de Peniche* (criado como delegação do Futebol Clube do Porto e inscrito na Associação de Futebol de Leiria), este já com uma preo-

cupação mais séria em constituir um grupo desportivo em moldes perfeitos, conseguindo disputar, em 1929, o campeonato regional.

Extinto o *Futebol Clube de Peniche* – facto normal num tempo em que apenas o entusiasmo mantinha a união dos grupos que surgiam – apareceu, logo a seguir, o *Peninsular*, outro grupo cheio de legítimas pretensões.

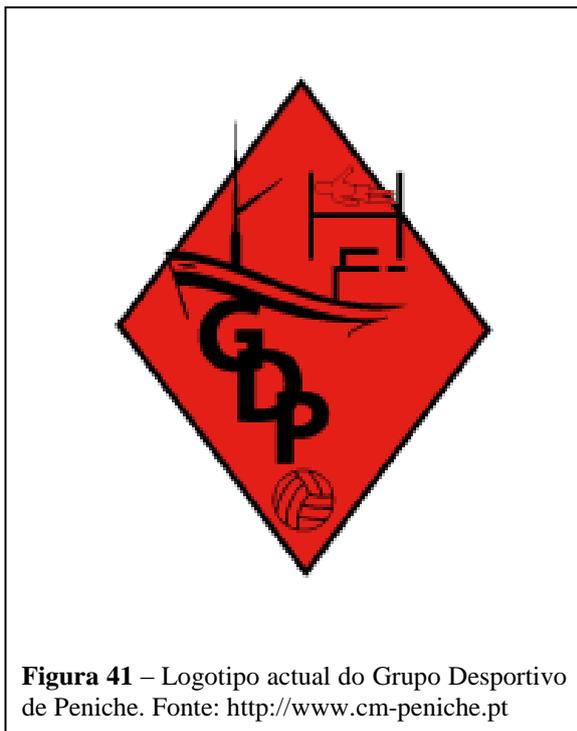
A verdade é que, no fundo, enraizava-se o desejo de uma associação definida, positiva na sua orgânica e nos seus fins. Foi então que alguns dos membros do *Peninsular* tendo organizado, numa garagem particular, dois bailes e, no antigo Cine-Penichense, uma sessão cinematográfica para a angariação de fundos e tendo alcançado um saldo animador, conseguiram – aproveitando o entusiasmo criado à volta do aparecimento do *Peninsular* – converter à sua causa outros entusiastas e fundaram, finalmente, o *Peniche Foot-Ball Club*, não muito farto de recursos económicos, mas rico em juventude e bairrismo, cuja equipa – de camisola azul eléctrico e calção azul-escuro – fez a delícia dos velhos e novos de há cerca de oitenta anos.

A primeira vitória do *Peniche Foot-Ball Club* foi alcançada contra o *Leiria Ginásio Club*, por sete bolas contra uma. O entusiasmo transbordou. Disputaram-se inúmeros encontros, alcançaram-se vitórias e suportaram-se derrotas, surgiram novos adeptos e praticantes, aumentou o número de sócios e conseguiu-se o arrendamento ao Ministério da Guerra do terreno do campo do Baluarte – para a adaptação, arranjos e construção de um balneário, aos

quais a Câmara Municipal concedeu alguns subsídios.

O *Peniche Foot-Ball Club* galvanizara a juventude dos anos trinta e, para além do campo do Baluarte, passara a utilizar também o campo da Praça Nova (onde mais tarde se veio a construir o cinema) e um outro campo de areia batida, a que se chamava, por associação ao nome de um dos desportistas da época – Eduardo Caldas Pereira – o *Campo do Caldas*.

Foi desse modo que, em maré alta de entusiasmo, surgiu, em 1936, o *Relâmpago*, formado apenas por elementos de



**Figura 41** – Logotipo actual do Grupo Desportivo de Peniche. Fonte: <http://www.cm-peniche.pt>

Peniche de Cima; e pouco tempo depois, um outro grupo desportivo – o *Faísca*. Ao que parecia, o desporto em Peniche, lucrando em número de praticantes, iria acarretar um benefício imediato. Todavia, correu o risco de entrar em decadência, pelo facto de se terem dispersado os melhores valores e as melhores boas vontades, não sendo a rivalidade que se apregoava como estímulo de melhoria mais que um início de esterilidade, por falta de recursos financeiros – que a terra, pobre, não arcava com a sustentação simultânea de três grupos – e pela ausência de um conjunto valoroso, capaz de representar dignamente Peniche no confronto com as selecções de outras terras.

Só em Janeiro de 1941, por iniciativa do Dr. Ernesto Moreira, se conseguiu vencer a barreira da rivalidade que existia entre os três grupos atrás referidos e, sob o pretexto sadio de se unirem esforços e de se reunirem os melhores elementos para um sólido e estruturado núcleo, bem como uma condigna representação dos valores desportivos, se fundou o *Grupo Desportivo de Peniche*, com a sua equipa trajada à base das cores representativas da cidade – o vermelho na camisola e o negro no calção – e o seu emblema, em losango, representando, ao fundo, o mar e um barco e, noutros ângulos, um atleta saltando, uma bola e as iniciais do grupo (ver Figura 41).

Ao contrário das colectividades anteriores, o *Grupo Desportivo de Peniche* começou por, antes de mais, facultar aos seus atletas ginástica preparatória, lições técnicas e práticas – individuais e em conjunto – e assistência médica permanente. Seguiram-se várias problemáticas, como a localização da sede do grupo – inicialmente em Peniche de Cima, na antiga sede do *Relâmpago* e que, em 1945, graças aos esforços conjuntos dos seus sócios, passou para a Rua José Estêvão – o melhoramento do campo de jogos, a introdução de novas modalidades desportivas, a preparação e sucessão conveniente dos conjuntos atléticos, entre outras.

Em Junho de 1941, o *Grupo Desportivo de Peniche* realizou o seu primeiro jogo oficial, contra o *Sporting Clube das Caldas*. Não sofrendo nenhum golo e marcando dois, o Desportivo de Peniche conseguiu, com o seu primeiro jogo oficial, a sua primeira vitória.

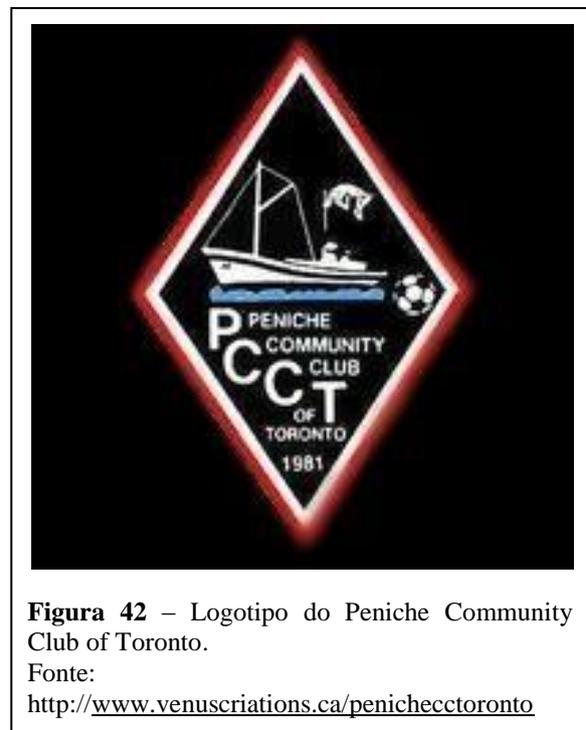
Considerado pela Câmara Municipal de Peniche como instituição de utilidade pública, o *Grupo Desportivo de Peniche* conta hoje com cerca de 3.500 sócios, tendo em actividade secções de futebol e ciclismo e possuindo na colecção dos seus troféus inúmeras taças, conquistadas particularmente pelos seus futebolistas e pescadores, de entre as quais avulta, pelo seu especial significado, a *Taça Disciplina*, ganha nas épocas de 1959-60 e 1969-70 do Campeo-

nato Nacional de Futebol da II Divisão, torneio que disputa desde 1943 e no qual tem alcançado meritorias classificações.

Em 28 de Janeiro de 1956, fundou-se, sob o impulso dos Drs. Fernando Nolasco e Mário Braga e com a colaboração de António da Conceição Bento – quando ainda Presidente da Câmara – e outros apaixonados por desportos náuticos, o *Clube Naval de Peniche*, que chegou a contar, nesse primeiro ano de existência, com cerca de 100 associados.

Este clube, procurando realizar o seu programa de vida, organizou, logo no ano da sua fundação – com a colaboração da Federação Portuguesa de Vela, do S.N.I. e da Câmara Municipal – o II Campeonato da Europa da Classe “Moth”; e, em 1960, o II Grande Concurso Internacional de Pesca Desportiva de Mar. Contando actualmente com bastantes associados e dedicando-se mormente à prática de desportos náuticos, procurando captar o interesse e o entusiasmo da juventude penichense, o *Clube Naval de Peniche* desenvolve ainda a sua actividade desportiva nos sectores do campismo e do turismo de natureza.

Como apontamento de interesse e a merecer um aceno muito especial de simpatia, pelo que representa não só de dinâmico e objectivo bairrismo das gentes da região radicadas, como emigrantes, em terras longínquas do continente americano, como também de louvável intérprete da projecção que, naquelas paragens, tem sido dado ao nome de Peniche, é de referir a existência de uma colectividade desportiva e cultural em Toronto (Canadá) fundada em 1981 por penicheiros de todo o concelho e por eles entusiasticamente dirigida. Trata-se do *Peniche Community Club of Toronto* (cujo distintivo, básica e simbolicamente, ostenta os mesmos motivos do do *Grupo Desportivo de Peniche* – ver Figura 42)



**Figura 42** – Logotipo do Peniche Community Club of Toronto.

Fonte:

<http://www.venuscriptions.ca/penichecctoronto>

que, sendo actualmente orientado por Correia Dias (antigo atleta penicheiro) possui já no seu quadro de honra uma vitória na Taça Camões e dois campeonatos da Liga Luso-Canadiana de Futebol.

Com mais ou menos tempo de vida, surgiram e desapareceram em Peniche outras agremiações de cultura e recreio – hoje praticamente desconhecidas, na sua maior parte. Entre estas, podemos nomear, a título de exemplo, a *Sociedade de Música Instrumental*, existente por volta de 1845; cerca de 1880, uma filarmónica, que tinha primitivamente a sua casa de ensaios numa sala do rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho e que depois passou a ensaiar numa casa junto à igreja de Santo António; o *Grémio Artístico-Literário 1º de Dezembro* – cuja sede era na Rua José Estêvão – pelos fins do século XIX; a *Tuna Penichense*, por volta de 1900, assim como a *Filarmónica Recreio Penichense*; o *Grémio Recreativo Penichense*, existente pela terceira década do século XX, cuja sede era na Rua Marquês de Pomal; a *Filarmónica Penichense*, por volta de 1925; em 1937, a *Banda Musical Penichense*, que perdurou até há alguns anos e, por volta de 1950, o *Rancho das Rendilheiras* e o *Rancho Infantil de Peniche*, este último orientado por Manuel Pimentel.

Algumas colectividades, com maior ou menor dimensão, mas todas elas comprometidas numa acção dinâmica que alia cultura e lazer, persistem actualmente em Peniche, como o *Club Stella Maris*, a *União Desportiva 1º de Dezembro*, o *Vitória Futebol Clube*, o *Núcleo de Cicloturismo de Peniche* e o *Rotary Club de Peniche*.



## CONCLUSÃO

Lembrando as suas excepcionais condições geográficas e belezas naturais, Peniche tem motivos de sobejo para aguardar um desenvolvimento cada vez mais palpável.

O porto de pesca, dada a situação privilegiada da Cidade ao centro do litoral português, apresenta-nos soberbas perspectivas. E se Peniche se encontra já, por mérito próprio, colocada num dos postos cimeiros dos portos portugueses, não é difícil adivinhar a posição que poderá vir a usufruir com o movimento inerente à situação e facilidades advindas da remodelação em curso de toda a zona portuária e da sua possível utilização como porto comercial. As indústrias florescerão e, possivelmente, surgirão novos ramos de trabalho, motivados pelo surto de novas matérias saídas e desembarcadas.

O novo hospital, amplo e moderno, o estudo e possível concretização de um sanatório marítimo nos Remédios, Papoa ou Alto da Vala (aproveitando as magnificas condições climáticas da região e o facto de, a centro do País, não existir qualquer outro) e o movimento de renovação habitual que se vem notando, proporcionam-nos uma visão não muito distante de uma cidade social e urbanisticamente mais desenvolvida e integrada no conjunto das modernas povoações do litoral.

A Escola Comercial e Industrial e o Externato Atlântico (que projecta a construção de um edifício próprio, adequado às necessidades pedagógicas) e a mais recente Escola Superior de Tecnologia do Mar poderão criar – se todos os compreenderem – uma plêiade de penichenses capazes de resolver um sem-número de problemas surgidos, naturalmente, com o desenvolvimento geo-económico da cidade e da região.

Não será demais lembrar o conjunto de potencialidades que adviria da existência de uma Escola Superior de Pesca em Peniche (um dos primeiros portos de pesca portugueses e

situado justamente a meio do litoral do País), habilitada a preparar profissionais mais aptos a corresponder aos constantes e cada vez mais exigentes desafios da técnica.

A dar-se realidade ao projecto do construtor das muralhas de Peniche (e até ao desejo, já manifestado antes, no século XV, por D. Manuel I), poderia vir a estabelecer-se a ligação dos mares do norte e do sul através do aprofundamento e prolongamento do fosso da contra-escarpa – com as vantagens de possibilitar, decerto, a facilidade de constantes correntes de varrer – passando a entrada da Cidade a ser feita através de uma pequena ponte. Naturalmente que essa ponte teria a facilidade de ser móvel para, em casos de extrema necessidade, dar passagem, pelo canal, aos barcos maiores, evitando o facto de terem de contornar toda a península. Além do mais, numa perspectiva de beleza, a situação de uma singular cidade-ilha, com acesso original, ofereceria ao visitante uma panorâmica excelente, um cartaz único no litoral português.

O fosso da contra-escarpa, entre os baluartes da Ponte e da Misericórdia, possui vastas condições de aproveitamento para a conversão num maravilhoso e recatado parque, depois de feita, estética e convenientemente, uma abertura na cortina muralha da, a dar possibilidade de comunicação directa com o Jardim (exactamente no local onde, no século passado, se quis traçar a entrada principal da Cidade, servida por uma ponte de quinze arcos). Estabelecida uma ligação entre pequenos ilhéus – que, naturalmente, se criariam e arborizariam – aproveitados para retiro ou esplanada, Peniche usufruiria – além dos encantos das suas praias, da beleza dos seus jardins e do sossego dos seus pinhais – da frescura de um parque original, onde pequenos barcos a remos passeariam por entre as águas sossegadas.

A criação, expansão, o desenvolvimento e a dinamização de um Museu de Peniche, a par do já existente Museu Municipal de Peniche, constituiria mais um passo em frente na valorização cultural da cidade e da região

Pedras e lápides que nos falam de um longínquo passado e de uma existência histórica que se prolonga pelos séculos, como documentos de extraordinário valor; peças de azulejaria e outras obras de arte; trajos e costumes que o progresso vai tornando anacrónicos e que, reproduzidos e preservados, possibilitam uma análise fiel e concreta do desenvolvimento do ambiente social desde tempos recuados; reconstituição de todos os modelos de barcos desde sempre utilizados pelos pescadores de Peniche; modelos de redes e de todos os variadíssimos apetrechos de pesca – desde o anzol de aparente insignificância até ao mais complexo material das modernas traineiras que se balançam pelo mar fora em busca de pescado; exemplares

escolhidos das belíssimas e tradicionais rendas de bilros: tudo ali teria o seu lugar, como elemento concreto de renovação e desenvolvimento cultural.

Igualmente a criação de um Museu de Arte Sacra, expondo toda a valiosa imaginaria e jogos de antigos ornamentos que não se encontram já ao culto e de que eram ricas as igrejas da cidade, constituiria um repositório magnífico tanto de arte como de religiosidade.

Um parque desportivo situado em terreno desafogado e no interior da península, seria mais um motivo para uma extraordinária promoção económica e social. Ora, o amplo terreiro em frente à praia do Porto da Areia possui requisitos e encantos de sobejo para tal fim: terreno amplo, aberto para o mar – em cuja praia se poderia, até, construir, com inúmeras vantagens, uma piscina – e ainda com a possibilidade de serem traçadas, em terrenos anexos ou dentro do próprio estádio, pistas de atletismo, onde poderiam ter lugar, em ambiente próprio, provas de pedestrianismo ou velocipédicas. Excelente para uma ampla zona desportiva, o terreiro do Porto da Areia – ainda para mais abrigado dos ventos do norte – seria uma magnífica valorização turística e uma promoção o comércio local, visto que os visitantes, agradavelmente tentados a tornear a península e a admirar todas as suas belezas, se veriam, ao mesmo tempo, forçados a passar pelo centro da cidade e a fomentar, naturalmente, um interessante movimento económico.

Com uma escolha cuidadosa das espécies que mais se adaptam ao clima e com um cuidado constante – que deve ser partilhado por todos – no defender da sua conservação, seria extraordinário olhar para uma Peniche constituída por largos, ruas e avenidas verdejantes e pontilhados por uma frondosa e acolhedora arborização, que a tornariam mais saudável e indiscutivelmente mais bela.

Se, como terra que do mar vive, é particularmente aos homens do mar – de todos os tempos – que Peniche deve a sua existência e o seu progresso, seria bastante interessante ver erigido, em local para o efeito adequado e digno, um monumento ao Homem do Mar.

A recuperação do belo e imponente monumento que é a Fortaleza de Peniche, dignificando-o e integrando-o, com vida, no viver da comunidade, é, mais do que uma necessidade e um direito, um imperativo de consciência. Com efeito, os cerca de vinte mil metros quadrados de que dispõe a Fortaleza, com uma fatia coberta que rondará os quatro mil (não contando com o facto de alguns dos corpos existentes possuírem mais do que um piso aproveitável) constituem um espaço que, inteligentemente adaptado, respeitando um necessário equilíbrio

conjuntural, se poderia, com todas as vantagens, reservar para uma ampla e agradável zona de cultura e repouso.

Assim, paredes meias com o Museu – a que interessará dar maior desafogo de instalações e dinamizar – haveria espaço para uma útil e moderna biblioteca – onde o prazer da reflexão daria as mãos a estímulos de criatividade – e, simultaneamente, área suficiente e apropriada para a implementação da necessária e merecida Escola Superior de Pesca e para um amplo Auditório destinado à realização de congressos, exposições de arte, concertos musicais, festivais de bailado, teatro, cinema, entre outros.

Vários são os estudiosos no campo do Turismo que realçam a importância da pesquisa científica com enfoques em outras áreas do conhecimento humano.

Luiz Gonzaga Trigo, no seu livro “A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo”<sup>14</sup>, é um dos autores que nos fala sobre a importância de aprofundarmos a nossa compreensão da actual conjuntura mundial, pois somente desta forma poderemos entender o porquê de o sector dos serviços se encontrar em crescimento pelo mundo inteiro. Ora, o turismo, encontra-se inserido neste sector, assim como no sector do comércio, dos transportes, da saúde, da educação, da publicidade e propaganda, comunicações, artes, cultura, entre outras áreas. Deste modo, a formação do profissional em turismo engloba hoje muito mais do que simplesmente o conhecimento sobre meios de hospedagem, transportes, restauração e eventos. Estende-se, assim, a gama de áreas de estudos, envolvendo a psicologia, administração, marketing, história, geografia, sociologia e filosofia, entre outras. Com efeito, o Turismo trata-se de uma especialidade que abarca estes vários conhecimentos e a compreensão sobre a importância do Lazer, para a formação do profissional em Turismo, é de grande importância, por ser o turismo uma das possibilidades dentro deste universo maior.

Hoje não se pensa no profissional formado em Turismo como sujeito actuante nas áreas relacionadas com o lazer, pelo menos no que diz respeito às empresas. Actualmente, os profissionais que tratam e estudam o assunto são geralmente ligados aos cursos de Educação Física, ou mesmo outros cursos. É possível compreender que as áreas de estudo que se vêm a desenvolver há mais tempo, como a administração de empresas, psicologia, educação física ou outras especialidades, tenham ocupado postos de trabalho que se relacionem com objectos de estudo e campos de actuação profissional que também podem ser preenchidos por um pro-

---

<sup>14</sup> Trigo, Luiz G., *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*, Campinas/SP: Papirus, Coleção Turismo, 1998

fissional em turismo. Ora, o acelerado aumento de cursos de capacitação profissional em turismo é recente e é compreensível que o mercado de trabalho em geral desconheça a amplitude que empresta este curso ao seu profissional, seja em eventos, entretenimento, meio ambiente, conhecimento local e global, além dos outros comumente conhecidos.

A gestão responsável e sustentada dos recursos culturais e naturais e o respeito pela preservação da identidade cultural de populações nativas têm servido, por vezes, de instrumento de contenção dos anseios e necessidades desenvolvimentistas de muitos países. O simples reconhecimento de que algumas das práticas adoptadas na expansão de fronteiras com vista ao crescimento económico são nocivas para o meio ambiente e para o homem, não é, no entanto, suficiente. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adoptados.

Encontrar alternativas de desenvolvimento que tragam melhoria da qualidade de vida das populações locais aliadas à preservação do património ambiental e cultural tem sido um desafio para todos os envolvidos nesse processo. Aliar desenvolvimento e sustentabilidade dos recursos não é, porém, uma tarefa fácil de se executar, mas deve ser um objectivo último da Região de Turismo do Oeste, do município de Peniche e de muitas outras organizações que, de alguma forma, contribuam para a promoção do desenvolvimento.

O turismo é hoje uma das actividades socioeconómicas de maior importância em vários países do mundo, chegando até a ser a de maior ênfase em muitos deles. O crescimento da actividade turística acarreta implicações significativas para o desenvolvimento dos mais variados destinos.

No entanto, o crescente fluxo turístico que se tem verificado nas últimas décadas torna imperativa a adopção de ferramentas de preparação e controle da actividade turística nos pólos receptores, de forma a maximizar os pontos positivos que esta irá gerar nos territórios e, ao mesmo tempo, a minimizar os impactos negativos que a actividade turística normalmente provoca na população autóctone.

O turismo é uma actividade que, quando bem planeada e desenvolvida pode trazer às populações locais benefícios amplos, como a oportunidade de diversificação e consolidação económica, geração de empregos, conservação ambiental, valorização da cultura, conservação e/ou recuperação do património histórico e grandes incrementos ao nível de infra-estruturas, entre outros. Este será o começo do conjunto de impactos que a actividade turística terá no

território, traduzido, no caso prático do presente trabalho, na fixação de pequenas e médias empresas ligadas ao Surf e ao mergulho, no acréscimo do número de estabelecimentos comerciais, restaurantes e bares, na instalação de indústria hoteleira, em uma maior consciencialização para perspectivar o património cultural enquanto atracção turística e sua consequente preservação e valorização, entre outros.

Ao iniciarmos o trajecto que nos trouxe até aqui, tínhamos a sensação de que tudo já havia sido dito e estudado no que respeita a percursos turísticos e patrimoniais em Peniche. Neste momento temos a convicção de que muito fica por dizer.

Estamos, sem dúvida, perante mais um trabalho inacabado. Porém, em nosso entender e apesar de todas as limitações, sentimo-nos satisfeitos por nos termos dedicado a este trabalho e pensamos tê-lo equacionado com alguma novidade, principalmente no que respeita ao tratamento e forma que impusemos a este nosso estudo. Não pretendemos, de alguma forma, menosprezar todos os estudos anteriormente realizados sobre o conjunto de atractivos turísticos existentes em Peniche que, afinal, foram pontos luminosos que nos encaminharam, constantemente, num processo que fomos insistentemente reformulando. De resto, esforçámo-nos por conhecer um pouco mais a cidade de Peniche e região envolvente, as suas formas de cultura e o seu *saber-fazer*, materializadas no património, nas romarias, na gastronomia, no folclore e artesanato. Para o efeito, procurámos, da forma mais objectiva que nos foi possível, interpretar todo o manancial informativo que conseguimos reunir e analisar, e que ao longo dos doze capítulos expostos, reproduzimos, num discurso que se pretende científico e, simultaneamente, crítico. Discurso este que está, no entanto, sujeito a ser julgado e criticado e que com o passar do tempo, deve obviamente ser revisto e reformulado.

## Bibliografia

ALMEIDA, João de, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, Volume II, Edição de Autor, Lisboa, 1945-48

ALMEIDA, J. Ferreira e PINTO, José Madureira, *A investigação nas ciências sociais*, 5ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1995

AMADO, Ana (coordenação), *Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas – Relatório para discussão pública*, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, 2007

ASHWORTH, G. J. e LARKHAM, P. J., *Building a new heritage. Tourism, culture and identity in the New Europe*, Routledge, London, New York, 1994

AZEVEDO, Carlos Moreira (coordenação), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001

AZEVEDO, Carlos A. Moreira e AZEVEDO, Ana Gonçalves, *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*, 4ª edição, Edição de Autor, Porto, 1998

BAUDRILLARD, Jean, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa/Portugal: Edições 70, 1995.

BEBIANO, Rui, *Sobre a historiografia de temática militar – Portugal e a Europa – séc XVII a XX*, Actas do III Colóquio organizado pela Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1992

BENI, Mário Carlos, *Análise Estrutural do Turismo*, Editora Senove, São Paulo, 2001

BERNARDES, Fernando Miguel, *Uma Fortaleza da Resistência*, Edições Avante!, Lisboa, 1991

BERNARDET, Maurice, *Tourism-sensitive economic activities, Tourism Satellite Account (TSA)*, World Tourism Organization, Madrid, pp. 143-158, 2002

BERNARDO, Hernâni de Barros, *A Voz do Mar*, Edição de Autor, Lisboa, 1964

BONIFACE, Priscilla, *Managing Quality Cultural Tourism*, Routledge, London/New York, 1995

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Estúdios Cor, Lisboa, 1957

BUCHO, Domingos Almeida, *Turismo e Património: que relação?*, in VVA, *Turismo: Horizontes Alternativos*, Edições Colibri, Lisboa, 1997

BULL, Adrian, *The Economics of Travel and Tourism*, 2nd edition, Longman, Melbourne, 1995

CADILHE, Gonçalo, *No princípio estava o mar: surf, viagens e outras inquietudes*, Camarate: Prime Books, 1968

CALADO, Mariano, *Da ilha de Peniche*, Edição de Autor, Lisboa, 1994

CALADO, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, Edição de Autor, Lisboa, 1991

CALADO, Mariano, *Fortificações da região de Peniche*, Edição do Autor, Lisboa, 2000

CHOFFAT, P., *Étude stratigraphique et paléontologique des terrains jurassiques du Portugal*, Première livraison – *Le Lias et le Dogger au Nord du Tage*, Mem. Sec. Trab. Geol. Portugal, Lisboa, 1880

COSTA, Américo, *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*, Livraria Civilização, Porto, 1929)

COSTA, C. M. M., *Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)*, in *Análise Social*, Vol. XL, nº 175, 2005

CUNHA, Lúcio Sobral e CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, *Notas para uma Geografia dos Desportos Radicais no Centro de Portugal*, in SANTOS, Norberto Pinto e GAMA, António (coordenação), *Lazer: Da Libertação do Tempo à conquista das Práticas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008

DELGADO, J. F. Nery, *La grotte de Furninha à Peniche*, Congrès International d'Antropologie et Archéologie préhistorique, Compte-Rendu de la 9em session

DOMENICO, De Masi (organização), *A Sociedade Pós-Industrial*, São Paulo, Edições Senac São Paulo, 1999

DROMARD, Christian, *Tourisme et Patrimoine: Les Noces de Raison*, Espaces nº 100, pp. 58-59

DUARTE, L. V., *The Geological Heritage of the lower jurassic of Central Portugal: inventory and main scientific arguments*, 6th International Symposium on the Jurassic System, Palermo, 2002

DUARTE, L. V., *Contribuição para a valorização do património geológico da costa ocidental portuguesa. O interesse das Falésias Calcárias de S. Pedro de Moel e de Peniche*, Lisboa, 2003, pp. 136-139

DUARTE, L. V., *The Geological Heritage of the lower jurassic of Central Portugal: selected sites, inventory and main scientific arguments*, Rivista Italiana di Paleontologia e Stratigrafia, 2004

Du CROS, Hilary, *A new model to assist in planning for sustainable cultural heritage tourism*, International Journal of Tourism Research, nº 3, pp. 165-170

DUMAZEDIER, Joffre, *Lazer e Cultura Popular*, São Paulo, Edições Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre, *Planeamento de Lazer no Brasil - Valores e conteúdos culturais do Lazer*, São Paulo/SP: Ed. Sesc, 1980

DUMAZEDIER, Joffre, *Sociologia Empírica do Lazer*, São Paulo, Perspectiva: Sesc, 1999.

EAGLES, Paul F. J.; McCOOL, Stephen F. e HAYNES, Christopher D., *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management*, International Union for Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN, Cambridge, 2002

ELMI, S., *Some general data on the Pliensbachian-Toarcian boundary – Problems of biostratigraphic correlations*, 6th International Symposium on the Jurassic System, Palermo, 2002, pp. 56-57

FERREIRA, Ana Maria, *O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos – o caso de Faro*, Tese de Doutoramento em Turismo, departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, 2003

FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho, *A indústria de Peniche*, Lisboa, Associação Promotora da Indústria Fabril, Biblioteca das Fábricas, 1865

Folheto informativo *Berlenga: Maravilha Natural*, editado pela Câmara Municipal de Peniche em parceria com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Peniche, 2010

Folheto informativo *Guia de Surf do concelho de Peniche*, Turismo de Peniche, Peniche, 2009

Folheto informativo *Guia Peniche 2008*, Turismo de Peniche, Peniche, 2008

Folheto informativo *Peniche – Itinerários Históricos. Percurso pela Península*, Câmara Municipal de Peniche, Peniche, 2008

Folheto informativo *Peniche Mapa da Cidade/City Map*, editado pela Câmara Municipal de Peniche, 2009

Folheto informativo *Rip Curl Pro 09 – Portugal, Peniche – Rip Curl*, 2009

Folheto informativo *Peniche: Roteiro do Surfista/ Peniche Surfer Guide*, editado pela Câmara Municipal de Peniche em parceria com *Pharmacia Design*, Outubro 2009

FOSTER, Douglas, *Travel and Tourism Management*, Macmillan Education, Hong Kong, 1991

GAMA, António, *Associativismo e práticas de ócio*, in SANTOS, Norberto Pinto e GAMA, António (coordenação), *Lazer: Da Libertação do Tempo à conquista das Práticas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008

GIRÃO, A. de Amorim, *Geografia de Portugal*, Portucalense Editora, Porto, 1941

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, G.J. e TUNBRIDGE, J.E., *A Geography of Heritage, Power, Culture and Economy*, Arnold Publishers, New York, 2000

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia

GREFFE, Xavier, *La Gestion du Patrimoine Culturel*, Ed. Anthropos, Paris, 1999

GUNN, Clare A., *Tourism Planning: Basics, concepts, cases*, 3rd edition, Taylor & Francis, Washington, London, 1994

HENRIQUES, M. H., *O jurássico do Cabo Mondego e a protecção internacional sobre do património geológico português*, I Encontro Internacional sobre Paleobiologia dos Dinossáurios, Lisboa, 1998, pp. 98-103

HOLDEN, Andrew, *Environment and Tourism*, Routledge, London, 2001

International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, *Charte Internationale du Tourisme Culturel. La Gestion du Tourisme aux Sites et de Patrimoine Significatif*, 12ème Assemblée Générale, Mexique, 1999

International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, *Charte Internationale sur la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites (Charte de Venise)*, II Congrès International des Architectes et des Techniciens des Monuments Historiques, Venise, 1964

Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo – IFT, *Património e turismo – desenvolvimento e turismo*, IFT, Lisboa, 1999

Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR, *Património: balanço e perspectivas (2000-2006)*, Ministério da Cultura/IPAR, 2000

LEASK, Anna e YOEMAN, Ian, *Heritage Visitor Attractions, an operations management perspective*, Cassel, New York, 1999

MARCELLINO, Nelson Carvalho,. *Lazer e Educação*, Campinas/SP: Papyrus, Coleção Fazer/Lazer, 1987

MARCELLINO, Nelson Carvalho, *Estudos do Lazer - uma introdução*, Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (organização), *Lazer e Empresa: Múltiplos olhares*, Campinas/SP: Papyrus, Coleção Fazer/Lazer, 1999

MATHIESON, Alister, *Tourism: economic, physical and social impacts*, Longman, Singapore Publishers, Singapore, 1990

McINTOSH, Robert W.; GOELDNER, Charles R., *Tourism, principles, practices, philosophies*, John Wiley and Sons, Inc, United States of America, 1986

McKERCHER, Bob; DU CROS, Hilary, *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*, The Haworth Hospitality Press, New York/London/Oxford, 2002

MEDEIROS, Carlos Alberto (direcção), *Geografia de Portugal – O Ambiente Físico*, Círculo de Leitores, 2005

MILL, Robert C.; MORRISON, Alastair M., *The Tourism System - An introductory text*, Prentice-Hall, New Jersey, 1985

Ministério da Economia e Inovação, *Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015*, disponível em [http://: www.desenvolvimentosustentavel.pt/document/PENTurismo\\_2006-2015\\_JAN06.pdf](http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/document/PENTurismo_2006-2015_JAN06.pdf)

MOREIRA, Rafael, *Arquitectura Militar: História da Arte em Portugal*, Volumes 7 e 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1989

NOVAIS, Carlos Filipe Peixoto, *Turismo e Património Monumental e Museus no Algarve – Avaliação do Potencial Turístico de Recursos*, Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve, Universidade Técnica de Lisboa, 1997

NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991

NURYANTI, Wiendu, *Heritage and postmodern tourism*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, nº 2, pp. 249-260, 1996

Organização Mundial do Turismo – OMT, *Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual*, OMT, Madrid, 1999

Organização Mundial do Turismo – OMT, *National and regional tourism planning – methodologies and case studies*, Routledge, London, New York, 1995

PEIXOTO, Luís Correia, *Apontamentos para a história da pesca da sardinha e construção naval em Peniche*, Peniche, 1991

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard e AIREY, David, *The core of heritage tourism*, *Annals of Tourism Research* Vol. 30, nº 1, pp. 238-254, 2003

PRENTICE, Richard, *Tourism and heritage attractions*, Routledge, London, 1993

PRIETO, Luís César Herrero (coordenação), *Turismo Cultural: El Patrimonio Histórico como Fuente de Riqueza*, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid, 2000

REINER, Francisco e SANTOS, Raul, *Berlengas: a história e as estórias*, Peniche, 2002

REQUIXA, Renato, *Cadernos de Lazer - Documento 1*, São Paulo/SP: Ed. Sesc, 1976.

RICHARDS, Greg, *Cultural Tourism in Europe*, CAB International, Guilford, 1996

RICHARDS, Greg, *Production and consumption of European cultural tourism*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, pp. 261-283, 1996

RITCHIE, J. R. Brent e GOELDNER, Charles R., *Travel, Tourism and Hospitality Research – A handbook for managers and researchers*, John Wiley and Sons, New York, 1994

SANTOS, Norberto Pinto e GAMA, António, *Os Espaços-Tempos de Lazer na Sociedade de Consumo Contemporânea*, in *Cadernos de Geografia*, Nº 18, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999)

SARAIVA, José Hermano (coordenação), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário artístico de Portugal – Distrito de Leiria*, Volume V, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1955

SERRÃO, Joel (direcção), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1990

SILVA, João Albino, *O impacto económico do turismo em Portugal*, Seminário Técnico, Lisboa, 1991

SIMÕES, José Manuel e FERREIRA, Carlos Cardoso, *Turismos de nicho – motivações, produtos, territórios*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009

SIRGADO, Rafael José, *Turismo e desenvolvimento local e regional – o caso do concelho de Lagos na região do Algarve e do País*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Local e Regional, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990

TELLES, Sebastião, *A fortificação dos Estados e a defesa de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884

TELLES, Sebastião, *A fortificação e a defesa do País*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894

TRIGO, Luiz G. Godoi. *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*, Campinas/SP: Papyrus, Coleção Turismo, 1998

VENÂNCIO, Rui; RAMOS, Dulcineia; VERÍSSIMO, Rodolfo; SILVA, Ana Elisa, *Património Cultural de Peniche*, Congresso Internacional de Turismo – Leiria e Oeste – 22 e 23 de Novembro de 2007, Câmara Municipal de Peniche

VIEIRA, João Martins, *A economia do Turismo em Portugal*, Dom Quixote, Lisboa, 1997

WILLIAMS, Stephen, *Tourism Geography*, Routledge, London, 1998

### **Endereços electrónicos:**

Agência Lusa – Diário Digital: <http://www.lusa.pt>

Câmara Municipal de Peniche: <http://www.cm-peniche.pt>

Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social: <http://www.dgeep.mtss.gov.pt>

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar: <http://www.estm.ipleiria.pt>

Federação Portuguesa de Surf: <http://www.surfingportugal.com>

<http://www1.ci.uc.pt/cegc/pdfs/patrim.pdf> - CUNHA, Lúcio e VIEIRA, António, *Geomorfologia, património e actividades de lazer em espaços de montanha – Exemplos no Portugal Central*

Info Peniche: <http://www.infopeniche.com>

Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP): <http://www.icep.pt>

Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade: <portal.icnb.pt>

Instituto Nacional de Estatística (INE): <http://www.ine.pt>

Instituto Português do Património Arqueológico: <http://www.ippar.pt>

Jornal das Caldas – Edição Online: <http://www.jornaldascaldas.com>

Jornal de Notícias Online: [http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais...ent\\_id=1017577](http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais...ent_id=1017577)

Jornal Expresso Online: <http://www.expresso.pt>

Jornal I-online: <http://www.ionline.pt>

Jornal Público Online – Ecosfera: <http://www.ecosfera.publico.clix.pt>

Oeste Online: <http://www.oesteonline.pt/região/peniche.asp>

Organização Mundial do Turismo (OMT): <http://www.world-tourism.org>

Peniche Community Club of Toronto: <http://www.venusciations.ca/penichecctoronto>

Projecto ATLAS: <http://www.geocities.com/atlasproject2004>

Região de Turismo do Oeste: <http://www.rt-oeste.pt>

Rip Curl Pro Search Peniche: <http://www.live.ripcurl.com>

Terras de Portugal: <http://www.terrasdeportugal.wikidot.com/peniche>

Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO):  
<http://www.unesco.org>

7 Maravilhas Naturais de Portugal: <http://www.7maravilhas.sapo.pt>



# **Anexos**



## **Índice dos Anexos**

Anexo 1 – Peniche e os principais eixos rodoviários de acesso, **155**

Anexo 2 – Definição de Património Cultural e Natural, **157**

Anexo 3 – Planta da península de Peniche (Câmara Municipal de Peniche, 2009), **159**

Anexo 4 – Planta da cidade de Peniche (Câmara Municipal de Peniche, 2009), **161**

Anexo 5 – Algumas receitas da gastronomia tradicional de Peniche, **163**

Anexo 6 – “Jerónimo de Sousa nos 50 anos da fuga do forte de Peniche” (Jornal das Caldas – Ed. Online), **167**

Anexo 7 – “De antiga prisão política a Pousada de Portugal” (Jornal de Notícias – Ed. Online), **169**

Anexo 8 – “Futura pousada da Fortaleza de Peniche pode passar a ter o dobro dos quartos” (Agência Lusa – Diário Digital), **171**

Anexo 9 – “Peniche – Berlenga. Nadar cinco horas até enjoa!” (Jornal I – Ed. Online), **173**

Anexo 10 – “50 jovens de todo o país à descoberta do Mar, num programa fascinante. Semana Tanto Mar começa em Peniche” (Comunicado à imprensa da Câmara Municipal de Peniche, **175**

Anexo 11 – “Dia aberto ‘Venha conhecer as Berlengas’” (Jornal Público – Ed. Online), **179**

Anexo 12 – “Surf: *Rip Curl* quer prova em Peniche todos os anos” (Agência Lusa – Diário Digital), **181**

Anexo 13 – “O Hypercluster da Economia do Mar”, excerto do estudo, convertido em artigo, de Ernâni Lopes, **183**



## Anexo 1

### Peniche e os principais eixos rodoviários de acesso



Fonte: Câmara Municipal de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>) - Adaptado



## **Anexo 2**

### **Definição de Património Cultural e Natural**

#### **Artigo 1**

Para os fins da presente Convenção, são considerados “património cultural”:

- os monumentos: obras arquitectónicas, esculturas ou pinturas monumentais, objectos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do Homem ou obras conjugadas do Homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

#### **Artigo 2**

Para os fins da presente Convenção, serão considerados “património natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

A esta definição de património material foi incorporada, em 2001, a do chamado “património oral e intangível”, ou também “património cultural imaterial”:

Entendem-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações e expressões, os conhecimentos e as técnicas que proporcionam às comunidades, grupos e indivíduos um sentimento de identidade e continuidade. Os instrumentos, objectos, “artefactos e espaços culturais associados a essas práticas são parte integrante desse património”.

O património cultural manifesta-se nos seguintes campos:

- tradições e expressões orais;
- artes do espectáculo;
- práticas sociais, rituais e festividades;
- conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo
- as técnicas próprias do artesanato tradicional.

É evidente que estas definições se orientam, sobretudo, para a protecção do património cultural imaterial, razão pela qual se estabeleceram, em 1978, as referidas Declarações de Património Cultural e Natural da Humanidade.

No entanto, é um facto que a actividade turística abrange um conjunto muito mais amplo do que os elementos assinalados nestas definições. Na verdade, todos os recursos naturais de um lugar, montanhas, rios, lagos, praias, bosques, flora e fauna, entre outros, podem ser recursos de interesse para a realização de determinadas actividades turísticas como passear, visitar, praticar desporto ou turismo balnear.

O mesmo ocorre nas actividades culturais que envolvem todas as manifestações da acção humana, sejam elas actuais ou históricas e incorporando, portanto, a gastronomia, as artes cénicas e plásticas, as festas populares, as celebrações religiosas, etc.

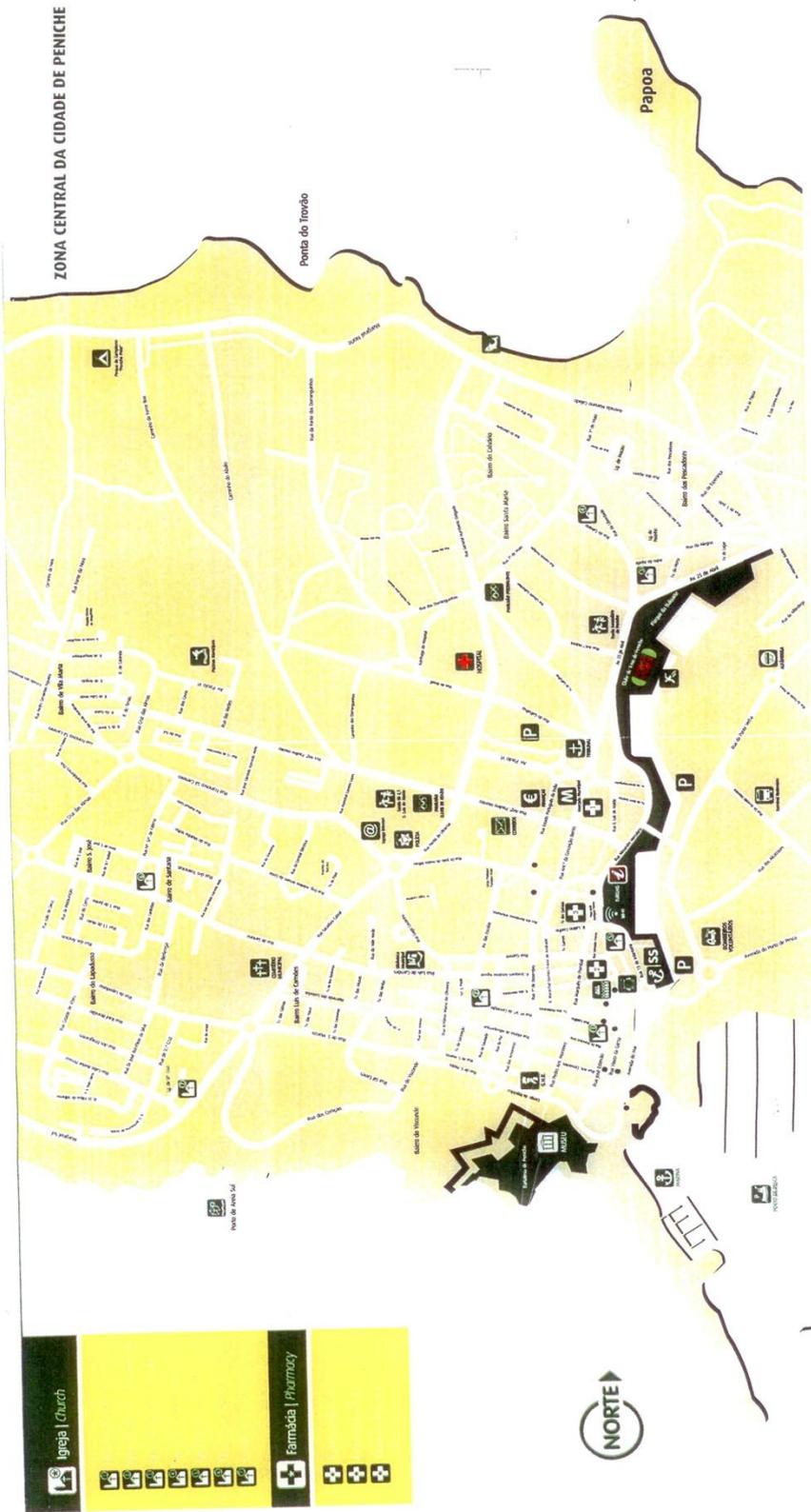
Com efeito, o turismo toma por base tudo aquilo que um lugar possa oferecer. Deste modo, será fundamental que a criatividade seja correctamente aplicada no momento de seleccionar o que poderá interessar aos visitantes.

**Fonte:** Organização das Nações Unidas (ONU), Convenção sobre a protecção do património mundial cultural e natural, Conferência Geral para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, 1972





Anexo 4



Fonte: Folheto Informativo "Peniche: Mapa da Cidade/City Map" editado pela Câmara Municipal de Peniche, 2009



## Anexo 5

### Algumas receitas da gastronomia tradicional de Peniche

#### **CALDEIRADA**

**Para 8 pessoas:**

4 kg de peixes vários: tamboril, safio, pata-roxa, cação, raia, ruivo, cherne, robalo, corvina, etc.; 4 cebolas grandes; 1kg de batatas; 4 tomates maduros; 1,5 pimento; 2 dl. de azeite; sal e pimenta; 2 mala-guetas picantes.

Cortam-se as cebolas às rodelas finas e colocam-se num fundo de um tacho. Dispõem-se por cima as batatas igualmente cortadas às rodelas, finas tiras de pimento, e tomate em bocados. Tempera-se com azeite e pimenta. Tapa-se o tacho, leva-se ao lume agitando o tacho de quando em quando.



Entretanto preparam-se os peixes, cortando os maiores em pedaços e aproveitando os fígados do tamboril e do cação. Quando as batatas estiverem quase cozidas colocam-se os peixes em camadas. Tempera-se com sal e colocam-se as malaguetas em pequenos pedaços deixando-se os peixes a cozer.

Serve-se a caldeirada no tacho em que se cozinhou sem nunca ter sido mexida, simplesmente agitada.



#### **SOPA DE PEIXE**

**Para 8 pessoas:**

Caldo de caldeirada; 125 grs. de massa de cotovelos. Depois de feita uma caldeirada à moda de Peniche, aproveitando o seu caldo, acrescenta-se um pouco de água e alguns bocados de peixe desfiado.

Do fundo do tacho igualmente se aproveitam pequenos pedaços de batata, cebola e pimentos que se fazem passar por um passador.

Coloca-se o caldo ao lume e quando ferver junta-se a massa que se deixa cozer. Serve-se em tigelas de barro.

## LAGOSTA SUADA À MODA DE PENICHE

**Para 4 pessoas:**

Uma lagosta viva; 50 grs. de manteiga ou margarina; 3 cebolas; 1 kg de tomate; 2 dentes de alho; 1,5 dl de azeite; 2dcl de vinho branco; 0,5 dl de aguardente velha; 2 cálices de Vinho do Porto “seco”; 2 mala-guetas de piri-piri; salsa; 1 folha de louro; colorau; sal; pimenta; nós moscada.

Tira-se a tripa à lagosta introduzindo uma das antenas pela cauda até à cabeça e, fazendo um ligeiro movimento rotativo, puxa-se rapidamente a antena.



Coloca-se a lagosta suspensa sobre um tacho de barro onde se deitaram 2 ou 3 dedos de água e deixa-se o crustáceo sangrar. Estende-se depois a lagosta sobre uma tábua e aperta-se com a ajuda de um pano e, com uma faca bem afiada, corta-se pelos anéis. Depois cortam-se as antenas, pinças e patas. Abre-se a cabeça da lagosta ao meio no sentido perpendicular, retira-se o saco cinzento e aproveita-se todo o restante recheio e o líquido que ficar na tábua.

Picam-se as cebolas e um bom ramo de salsa e cortam-se os dentes de alho em lâminas. Pela-se o tomate e corta-se em pedaços. Colocam-se no fundo de um tacho de barro as patas e as pinças da lagosta. Por cima dispõem-se metade da porção da lagosta e cobre-se com uma camada de cebola, salsa e tomate. Polvilha-se com lâminas de alho. Rega-se com azeite e tempera-se com sal, pimenta e colorau.

Em camadas sucessivas introduzem-se no tacho os restantes anéis da lagosta, cebola, salsa, tomate e alho. Junta-se o vinho branco e aguardente, piri-piri, louro, sal, pimenta e nós moscada, colorau e, finalmente, a manteiga.

Fecha-se bem o tacho, e deixa-se a lagosta a suar durante uma hora, agitando o tacho de quando em vez. Passado este tempo, junta-se o Vinho do Porto e deixa-se ferver mais quinze minutos.

Serve-se imediatamente no próprio tacho, envolvendo-o num pano de linho. Acompanha-se com arroz branco solto.



## SARDINHA ASSADA

**Seis a dez sardinhas por pessoa**

Sal, batatas cozidas; pimentos verdes; pão de trigo e milho.

Temperam-se as sardinhas com sal grosso em camadas sobrepostas num cabaz ou caixote. O recipiente deverá estar ligeiramente inclinado para permitir que

a água do sal escorra livremente sem estragar as sardinhas do fundo.

Acende-se o carvão num fogareiro, deixando-se arder até ficar sem labareda e sem fumo. Coloca-se a grelha sobre as brasas até ficar bem quente.

Passam-se os pimentos até ficarem completamente negros e, colocando-os num saco de plástico, sacodem-se até largarem toda a pele. Depois passa-se por água e retiram-se as pevides e cortam-se em finas tiras longitudinais.

Colocam-se as sardinhas, lado a lado, no lume bem quente, evitando, com salpicos de água que a gordura do peixe incendeie o braseiro.

No entretanto, cozem-se as batatas com pele em água temperada com sal.

Numa travessa colocam-se as batatas cozidas sem lhes retirar a pele, e, num outro recipiente servem-se os pimentos temperados com um pouco de azeite.

As sardinhas devem ser comidas em cima numa fatia de pão de trigo ou milho.

## **SS DE PENICHE**

365 grs. de amêndoas; 375 grs. de açúcar; 6 claras de ovos; 90 grs. de farinha; 1 colher de sopa de manteiga; açúcar pilé.

Pelam-se e ralam-se as amêndoas. Batem-se as claras em castelo.

Num tacho juntam-se as amêndoas, as claras batidas, o açúcar e a manteiga. Bate-se tudo muito bem e leva-se ao lume até levantar fervura. Retira-se do calor, junta-se a farinha, mistura-se e leva-se de novo ao lume mexendo até o doce ficar suficientemente espesso para poder ser tendido.

Deixa-se arrefecer completamente e tende-se a massa em pequenos esses com a ajuda de açúcar pilé.

Levam-se a cozer em forno moderado em tabuleiros untados e polvilhados com farinha.

Deixam-se arrefecer e retiram-se cuidadosamente dos tabuleiros com uma espátula.



**Fonte:** Câmara Municipal de Peniche ( <http://www.cm-peniche.pt> )



## Anexo 6

### Jerónimo de Sousa nos 50 anos da fuga do forte de Peniche

*Janeiro 6th, 2010 in Jornal das Caldas. Edição On-line*

O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, participou no passado domingo nas comemorações do 50.º aniversário da fuga dos presos políticos da Fortaleza de Peniche, afirmando a **“necessidade cada vez mais imperiosa de relembrar a resistência anti-fascista enquanto momento maior da história da luta do nosso partido e do nosso povo”**.

Centenas de militantes assistiram à cerimónia, que incluiu uma visita guiada ao Forte de Peniche com alguns dos dez presos políticos que protagonizaram a fuga de 3 de Janeiro de 1960 e com Eugénia Cunhal, irmã de Álvaro Cunhal, seguindo-se uma sessão no Auditório Cultural da Câmara Municipal, com a participação do secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa.

A solidariedade com os presos políticos do Forte de Peniche foi uma das marcas das comemorações, em que participaram ex-prisioneiros de outras prisões políticas, e que terminaram no auditório municipal, onde o PCP homenageou publicamente os dez protagonistas da “fuga histórica”: Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Francisco Miguel, Francisco Martins Rodrigues, Guilherme Carvalho, Jaime Serra, Joaquim Gomes, José Carlos, Pedro Soares e Rogério Carvalho.

**“Assistimos, hoje, a uma poderosa operação de branqueamento do fascismo”**, manifestou Jerónimo de Sousa. Cinquenta anos depois da fuga de Álvaro Cunhal e outros nove presos políticos do Forte de Peniche, o PCP diz que se pretende **“reescrever a história”** e deturpar o papel dos comunistas na luta anti-fascista.

Uma opinião partilhada por alguns dos ex-presos políticos. Joaquim Gomes recordou que **“no tempo do fascismo, a PIDE (polícia política) inventou que tinha sido com a ajuda de um submarino soviético, desvalorizando o papel do partido e o nosso”**.

**“E já depois do 25 de Abril estive muito tempo junto ao parlatório um retrato de Mário Soares, que nunca estive em Peniche”**, acrescentou.

Joaquim Gomes, Jaime Serra e Carlos Costa, três dos dirigentes do PCP que se evadiram naquela data, recordaram a fuga que começou a ser preparada um ano antes e que contou com a participação de um soldado da GNR.

No antigo recreio dos presos, Joaquim Gomes recordou a primeira conversa tida com Álvaro Cunhal e Jaime Serra, para **“analisarmos se seria possível fugir e, depois de pensarmos durante dois ou três dias, dizermos uns aos outros as conclusões a que havíamos chegado”**.

Ao fim de três dias “**todos tínhamos chegado à mesma conclusão**“, recorda Joaquim Gomes: “**A de que era essencial termos ajuda de um GNR**“.

José Alves, um agente insatisfeito por não progredir na carreira, acabou por ser cúmplice dos prisioneiros no plano. No fim da tarde de 3 de Janeiro pára em frente ao forte um carro com o porta-bagagens aberto. Era o sinal de que do exterior estava tudo a postos. Quem deu o sinal foi o actor, já falecido, Rogério Paulo.

O guarda do piso foi neutralizado com clorofórmio e com a ajuda de José Alves os fugitivos passaram, sem serem notados, a parte mais exposta do percurso.

Estando no piso superior, descem para o piso de baixo por uma árvore. Daí correm para a muralha exterior para descerem, um a um, através de uma corda feita de lençóis para o fosso exterior do forte. Tiveram ainda que saltar um muro para chegar ao local onde automóveis os aguardavam para os levarem para casas clandestinas, onde ficaram acolhidos.

Foi considerada uma das fugas mais espectaculares da história do Estado Novo, em plena ditadura de Salazar, principalmente por o Forte de Peniche ser uma das prisões de mais alta segurança da época.

A evasão foi um drama para Salazar, sofrido quase em silêncio nos primeiros dias. A fuga não foi noticiada e só se tornou do conhecimento nacional com o passar de muitas semanas. A excepção na imprensa nacional foi o órgão oficial do PCP, o *Avante!*, que na edição de 16 de Janeiro titula bem grande: “**O nosso povo saúda a libertação de Álvaro Cunhal e dos seus companheiros**“. Reflexo da reacção imediata da PIDE, o subtítulo de o *Avante!* é claro: “**Defendamo-los das investidas do inimigo!**“. E não era para menos, pois o que estava escrito no artigo partidário era muito próximo da realidade: “**Salazar mobilizou todo o seu aparelho repressivo para tentar recapturar os fugitivos**“.

A seguir à fuga do Forte de Peniche, o efectivo policial revirou o País em busca dos dez militantes do PCP. A PIDE liderava a rusga nacional e todas as forças de cariz policial participavam em detenções e interrogatórios, revistas de casas suspeitas e uma repressão como nunca acontecera, de modo a conseguir recapturar os evadidos. Os primeiros a sofrer foram os comunistas que ficaram em Peniche, a família do GNR conivente foi interrogada mas as pistas foram insuficientes para descobrir o paradeiro dos dez.

A planificação meticulosa da evasão permitiu que os fugitivos fugissem rapidamente do local. Álvaro Cunhal passou essa noite na casa de Pires Jorge, em São João de Estoril, onde permaneceria por algum tempo. Após várias mudanças de residência em Sintra, Ericeira, Amadora, Coimbra e Porto -, é eleito secretário-geral do PCP e exila-se em Moscovo e depois em Paris. Regressaria a Portugal depois do 25 de Abril de 1974.

**Fonte:** Jornal das Caldas, edição online (<http://www.jornaldascaldas.com>)

## **Anexo 7**

### **De antiga prisão política a Pousada de Portugal**

A Fortaleza de Peniche, monumento militar e antiga prisão política do Estado Novo, está parcialmente ao abandono e em degradação, aguardando há anos por um projecto turístico. O Turismo de Portugal e o Grupo Pestana vão rubricar um aditamento ao contrato de exploração da Enatur com vista à construção de três novas Pousadas de Portugal, entre as quais uma na Fortaleza de Peniche.

A Câmara de Peniche (CDU) concorda com a construção de uma Pousada de Portugal na Fortaleza da cidade, mas alerta para a necessidade do investimento contemplar a valorização do património ligado à antiga prisão política.

"Esta pousada será diferente de qualquer outra. O que a diferencia é que será construída numa antiga prisão política e num local que é visitado por milhares de pessoas à procura da memória do que ali se passou", afirmou ontem o presidente da Câmara Municipal de Peniche, António José Correia.

Por isso, "tem que haver uma compatibilização entre as funções da pousada e a preservação da memória da prisão política e do museu da resistência", sustentou o autarca.

"Entendemos que é possível compatibilizar o actual museu municipal de Peniche e a sua componente ligada à resistência com a nova estrutura", frisou, por seu lado, o dirigente comunista de Peniche, Jorge Amador.

As novas pousadas estão projectadas para o Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, a Fortaleza de Peniche e o antigo Sanatório da Serra da Estrela, na Covilhã.

Segundo adiantou Luís Patrão, presidente do Turismo de Portugal, cada uma das três novas pousadas a construir em território nacional deve custar entre 10 a 15 milhões de euros.

Erigido no século XVII sobre rochedos em frente ao mar, para defesa da costa, foi perdendo interesse do ponto de vista militar até que, na década de 30 do século XX, as casernas deram lugar a celas por onde passaram presos políticos como Álvaro Cunhal. As celas ficariam vazias desde o dia 27 de Abril de 1974 quando o forte deixou de ser prisão e foram libertados os últimos 39 presos, relata uma acta da cadeia.

Um dos três pavilhões foi transformado em Museu Municipal, em 1984, mostrando "as memórias da antiga prisão" com as celas individuais e os parlatórios, os quais são visitados anualmente por mais de 40 mil pessoas.

Os visitantes podem ver a cela onde esteve preso o histórico secretário-geral do PCP e alguns dos seus desenhos a carvão bem como o local por onde se evadiu em 1960.

"À excepção de 15 celas, ocupadas por artistas locais que as transformaram em ateliê, a zona de recreio dos presos (Pátio da Cisterna) e os outros dois pavilhões de dois e três pisos, com mais de 50 celas, estão abandonados e degradados.

Em Junho de 2005, o actual Governo anunciou que estava a estudar a construção de uma Pousada de Portugal na Fortaleza de Peniche para a qual já existe uma maqueta da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira.

Na altura, após uma visita ao forte, o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, afirmou que "o projecto [para a construção de uma Pousada] não ficará inviabilizado".

Em 2003, foi assinado um protocolo entre a Câmara de Peniche, a Enatur e o Estado, através da Direcção-Geral do Património, para afectar parte da fortaleza à Enatur.

A autarquia realizou alguns investimentos ao abrigo do protocolo e a pedido da Enatur, nomeadamente um levantamento cartográfico digitalizado e avançou com compromissos para a rede de infra-estruturas da futura pousada.

**Fonte:** Jornal de Notícias online ( [http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais...ent\\_id=1017577](http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais...ent_id=1017577))

## **Anexo 8**

### **Futura pousada na fortaleza de Peniche pode passar a ter o dobro dos quartos**

Por Flávia Calçada (LUSA)

Peniche, Leiria, 01 Jan (Lusa) - O Turismo de Portugal tenciona criar uma pousada na Fortaleza de Peniche com mais do dobro dos quartos inicialmente previstos, quando se assinalam os 50 anos da fuga do comunista Álvaro Cunhal desta antiga prisão política.

O presidente da câmara de Peniche, António José Correia, disse à agência Lusa que a Enatur, responsável pela construção das Pousadas de Portugal, mostrou recentemente interesse em vir a criar "70 quartos em vez dos 30" na futura pousada em que deverá ser transformada parte da fortaleza da cidade.

De acordo com o autarca, citando as justificações dos promotores, só com esta dimensão o investimento teria rentabilidade.

© 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A

**Fonte:** Agência Lusa – Diário Digital (<http://www.lusa.pt>)



## Anexo 9

### Peniche-Berlengas. Nadar cinco horas até enjoa!

por Filipe Duarte Santos, Publicado em 11 de Setembro de 2010

Quatro horas. Miguel Arrobas está a nadar há quatro horas para chegar às Berlengas. A ilha parece próxima, mas ainda tem de parar mais uma vez para comer. "Então Miguel, estás cansado?", pergunta-lhe a mulher, Mariana, sentada no barco de apoio. "Não estou cansado, estou um bocado enjoado, engoli água salgada..." Miguel ainda vai nadar mais uma hora, tem a barriga às voltas, vomita duas vezes sem nunca interromper a braçada e assim conclui a travessia Peniche-Berlengas, 16 km, completados no dia de 7 de Agosto.

A reportagem do *i* acompanhou o desafio do antigo nadador olímpico e o jornalista, assume, também vomitou. Três vezes, sentado, foi só virar a cara borda fora. O mal-estar vinha do simples facto de navegar num pequeno barco que seguia praticamente parado, acompanhando o ritmo do atleta, exposto à ondulação do Atlântico, mas isso não é nada comparado com o enjoio de Miguel Arrobas. A corrente era de noroeste, encarava-o pelo lado para onde respira, entrava-lhe água na boca e aqueles últimos quilómetros foram feitos em sofrimento, já com o forte da Berlenga a desenhar-se na ilha, cada vez maior, como se crescesse.

**MAS ESTA GENTE VAI PARA ONDE?** À primeira vista o desafio parece impossível. Miguel Arrobas já nadou da ilha para o continente mas nunca arriscou o inverso. Desta vez espera dificuldades, porque não tem a ondulação e a corrente a rebocá-lo; pelo contrário, encarava-as de frente. A partida é dada às 13h02m na praia do Baleal, a norte do cabo Carvoeiro, precisamente para não ter de contornar a zona onde o mar tem condições extremas. É dado o tiro de partida e o nadador lança-se à água, acompanhado por Christian Jongeneel, um engenheiro florestal de Málaga também especialista nestas maratonas oceânicas. Ambos deixam a multidão na praia de boca aberta, mais ou menos estupefacta com o que está a passar-se. Mas esta gente vai para onde? A maior parte dos que ali estão não seriam capazes sequer de passar a zona da rebentação, onde os surfistas estão sentados nas pranchas à espera de uma onda. Miguel e Pieter começam e num instante já estão longe disso tudo, lado a lado a caminho do coração da baía do Baleal, até entrarem em mar aberto, às vezes numa deriva breve que logo é corrigida. "Miguel, DIREITA! Miguel, ESQUERDA!", gritam-lhe do barco, porque a corrente desvia-os do destino e lá em baixo, de cabeça na água, não se vê nada além disso: água.

Ao fim de 45 minutos, a praia do Baleal é uma miragem. Percebe-se a distância percorrida, mas no meio do oceano a sensação é outra: é como se estivéssemos ancorados. Está na altura do primeiro abastecimento de comida, Mariana assobia, chama, grita. "Miguel, gel ou banana? GEL ou BANANA?" Cabeça na água, touca a tapar parte dos ouvidos, os nadadores não ouvem quase nada. Seguem no seu mundo a pensar sabe-se lá o quê. Miguel Arrobas já nos tinha dito que por vezes se dá a meditar sobre a vida e os filhos, ou a agradecer a Deus o facto de ali estar. Por fim ouve a chamada, pára, limita-se a prosseguir a pernada e mantém a cabeça à tona.

**FRANGO E VINHO DO PORTO?** Através de uma espécie de camaroeiro passam-lhe um pacote energético de gel de laranja e uma garrafa de água já aberta. É só beber, sempre com uma regra: está a nadar, não pode tocar ou apoiar-se no barco. O abastecimento é breve mas podia ser mais rápido. Quando fez o canal da Mancha (2008) e bateu o recorde do ano (9h30m...) davam-lhe o gel por uma seringa, para reduzir o tempo de paragem a sete segundos. No passado era mais complicado, mas já lá vai o tempo em que Baptista da Costa, em 1955, atravessou o canal da Mancha ao toque de frango assado e vinho do Porto, se calhar para aquecer. A água está a 16 graus, não é uma temperatura boa, mas podia ser pior. É por isso que Miguel Arrobas tem o corpo coberto com uma mistura de creme solar, vaselina e lanolina, protectores e impermeabilizantes que ajudam a manter o calor. A hipotermia é dos maiores perigos nestas aventuras, mas o objectivo também é prevenir assaduras na zona de rotação dos braços e no pescoço. Mesmo assim o tempo ajuda, Agosto é mês de nortadas na Região Oeste mas está um dia quente e de sol em Peniche.

As horas e os reabastecimentos sucedem-se sem problemas; o médico e o enfermeiro limitam-se a aproveitar a viagem. Miguel Arrobas segue no seu ritmo de 60 braçadas por minuto, inalterado desde a primeira à última hora. Apenas o enjoo lhe provoca algumas dificuldades no final. Aos 35 anos, a capacidade atlética e o treino - dois a três quilómetros por dia a nadar junto à praia, desde a hora em que sai do escritório até noite escura - dão-lhe resistência para chegar ao final, subir ao cais da Berlenga e ao bairro dos Pescadores, ouvir os aplausos dos turistas, tomar um duche, jantar e entretanto regressar a Lisboa. De madrugada estaria a fazer comentários sobre natação na Sport TV e no outro dia a trabalhar como jurista da Autoridade Nacional de Comunicações. E três semanas depois nadou mais 15 km entre Sines e Porto Covo. Não enjoa.

**Fonte:** Jornal I – Online (<http://www.ionline.pt>)

## Anexo 10

### **50 jovens de todo o País à descoberta do Mar, num programa fascinante. Semana Tanto Mar começa em Peniche**

O Programa Tanto Mar, que visa despertar as novas gerações para o valor estratégico do mar, vai ter início no próximo dia 1 de Setembro, em Peniche. Do surf à pesca, da ciência ao mergulho, do ambiente à história, será uma semana em cheio para 50 jovens de todo o País.

Como vai funcionar a Semana Tanto Mar?

A semana Tanto Mar, de 1 a 7 de Setembro, inclui no seu programa um conjunto de actividades muito variadas, em torno do Mar e das suas potencialidades.

Assim, os 50 participantes conhecerão a fortaleza de Peniche, a história do naufrágio do San Pedro Alcântara e os achados da arqueologia sub-aquática (dia 1, 14.30 Fortaleza de Peniche); verão a operação de um ROV de pesquisa oceanográfica e tomarão contacto com os trabalhos para a extensão da plataforma continental (dia 2 Set. 11h. Porto de Peniche); terão ocasião de conhecer a Berlenga, Reserva Natural e candidata às “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, em pleno Ano Internacional da Biodiversidade, com baptismo de mergulho, passeio de kayak, coastwatch Berlenga e visita ao farol (dia 3 Set, 9.30, saída para as Berlengas); terão a experiência única de um dia de escola de surf (dia 5 Set, a partir das 9h.30m na praia do Baleal); mergulharão nas actividades laboratoriais relacionadas com a biotecnologia marinha, com a aquacultura ou com a restauração (dia 6 Set. a partir das 9h.30m, na ESTM); experimentarão a sensação de estar numa traíneira de pesca e verão a fileira das pescas (dia 7 Set. a partir das 9h.30m Porto de Peniche).



Estas serão algumas das actividades inesquecíveis que os jovens participantes na Semana Tanto Mar terão ocasião de viver.

Os participantes ficarão alojados na Casa Municipal da Juventude, em Peniche e farão as suas refeições na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

### **Destaques dia-a-dia:**

- **Dia 1 Setembro:** Sessão de Abertura com a presença do Secretário de Estado da Defesa e Assuntos do Mar - 12h30, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar; Arqueologia Subaquática -14h30, Fortaleza de Peniche.
- **Dia 2 Setembro:** Porto de Pesca de Peniche, 11h. – Observação do ROV (robot submarino) em operação, visita a navio do Instituto Hidrográfico e a lancha Salva-vidas.
- **Dia 3 e 4 Setembro:** DIA ABERTO da Reserva Natural das Berlengas -Visita às Berlengas (9h.30m.), candidata às “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, transportados por uma fragata da Marinha. Baptismos de mergulho e passeio de Kayak.
- **Dia 5 Setembro:** Praia do Baleal, Demonstração de socorros a náufragos (ISN) e Escola de Surf (Rip Curl)Dia 6 Setembro: Actividades laboratoriais (Aquacultura, Biotecnologia, Animação e Restauração), 10h00–18h00 - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
- **Dia 7 Setembro:** Pesca e Pescadores (visita a embarcações, lota e unidade fabril- Porto de Pesca de Peniche, 10h00.

### **Quem são os participantes?**

50 jovens de todo o país vão viver esta experiência única. São os vencedores de um concurso de blogues sobre o Mar que decorreu entre Março e Junho e que os motivou a conhecer mais profundamente a realidade marítima. Os participantes têm entre 15 e 18 anos e provêm de todo o País. Os três autores com mais posts produzidos foram a **Andreia Carmona**, que vem de Castelo Branco, da Escola Nuno Alvares, tem 16 anos e produziu 210 posts. De Alcobaça, da Escola Sec. D. Inês de Castro, virá o **João Valeriano** de 17 anos, com 188 posts produzidos. Finalmente, no top 3 dos bloguistas, está o **Paulo Pereira**, com 187 posts, que vem de Vila D’Aves, da Escola Secundária D. Afonso Henriques e tem 18 anos.

### **Quem organiza?**

A parceria Forum Estudante / Câmara Municipal de Peniche/ Escola Superior de Turismo e de Tecnologia do Mar (Instituto Politécnico de Leiria), no exercício da sua vocação de serviço de utilidade pública, assumiu como missão, contribuir para:

1. Aumentar a consciência cívica dos estudantes portugueses sobre a importância do Mar para Portugal.

2. Ajudar a despertar vocações para as profissões ligadas ao Mar, para que aumente o capital humano qualificado capaz de tirar partido dos recursos marinhos que dispomos.
3. Apoiar as instituições públicas e privadas relacionados com o Mar para que possam chegar de uma forma mais eficaz aos jovens estudantes.

Ao desenvolver o Programa Tanto Mar, a Forum Estudante, a Câmara Municipal de Peniche e a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, procuram desenvolver uma acção plurianual continuada de promoção do Mar, junto dos estudantes dos níveis secundário (1ª fase) e básico (2º fase), tendo um ponto alto anual: a Semana Tanto Mar, de 1 a 7 de Setembro, em Peniche.

Quem apoia?

A Semana Tanto Mar tem o alto patrocínio do Ministério da Defesa Nacional – Secretaria de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar.

Como patrocinadores principais, contam-se a Caixa Geral de Depósitos e a Rip Curl (que será a responsável pelo dia do Surf, durante a semana).

Apoiam ainda a iniciativa, a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, o Instituto Portuário e para os Transportes Marítimos (IPTM) e a rádio Cidade FM (*media partner*).

O interesse desta iniciativa foi igualmente reconhecido pela Associação Oceano XXI, responsável pela promoção do “Cluster do Conhecimento e Economia do Mar”.

Porquê o Mar?

O Mar representa, para Portugal, a maior oportunidade de desenvolvimento, um recurso estratégico vital e uma marca de identidade incontornável. As novas gerações precisam de despertar para esta realidade.

A vasta área de águas territoriais, a extensão costeira e o posicionamento no Oceano Atlântico que dispomos oferecem potencialidades múltiplas, capazes de gerar oportunidades desde a energia à pesca, dos recursos turísticos à exploração mineral do subsolo oceânico, da actividade portuária à construção naval, não esquecendo a biotecnologia aplicada aos recursos biológicos marinhos. Isso permite um novo paradigma de desenvolvimento, centrado numa estratégia de eficiência colectiva e consubstanciada num “Cluster do conhecimento e economia do mar” (*Aprovado no âmbito do COMPETE (QREN) e promovido pela Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar*).

Essa opção requer uma opinião pública esclarecida e motivada, capaz de entender e apoiar uma política pública de valorização do Mar. Para isso, a sensibilização cívica desde a infância é essencial. Por outro lado, necessita, para se concretizar, de capital humano suficiente e adequado. Da ciência à economia, dos serviços aos sectores industriais, as instituições que se relacionam com o Mar precisam de encontrar recursos humanos qualificados, capazes de assumirem todas as oportunidades geradas pelo cluster do Mar.

As novas gerações, aparentemente, não evidenciam um conhecimento suficiente do valor estratégico do mar para o futuro de Portugal, para além da sua dimensão de lazer e desporto, que muitos já cultivam. É necessário mobilizá-las para proteger e gerar desenvolvimento, a partir de um dos escassos patrimónios que terão ao seu alcance.

Portugal não pode continuar de costas voltadas para o Mar. As novas gerações terão que se virar para o Mar e encontrar aí as oportunidades para se realizarem, individual e colectivamente. O Programa Tanto Mar dará o seu contributo para essa viragem.

**Fonte:** Comunicado à imprensa da Camara Municipal de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>)

## **Anexo 11**

### **Dia Aberto "Venha conhecer as Berlengas"**

**30.08.2010**

A Reserva Natural das Berlengas, criada em 1981, comemora o seu 29.º aniversário convidando todos os interessados a participar no seu “dia aberto”. A área protegida propõe, enquadrada por vigilantes da natureza, a "participação numa actividade de limpeza e/ou na erradicação de exóticas infestantes", explicam os organizadores. Partida de Peniche, do cais de embarque para a Berlenga às 10h00 e regresso às 18h00.

#### **Actividades na ilha:**

- percurso pedestre interpretativo com observação da paisagem e dos valores geológicos, faunísticos e florísticos relevantes na Ilha da Berlenga com visita ao Forte de S. João Baptista e ao Farol.
- limpeza de lixo subaquático no mar da Berlenga (actividade desenvolvida com o apoio dos operadores de mergulho e a colaboração de mergulhadores voluntários);
- coastwatch na Ilha da Berlenga com a participação de um grupo de estudantes do ensino secundário integrados no projecto “Tanto Mar”;
- remoção de lixo e detritos sólidos na Ilha da Berlenga;
- remoção de chorão em locais previamente seleccionados na ilha.
- possibilidade de dar um mergulho e fazer um passeio de barco.

#### **Contactos:**

Telef: 262.787.910

Email: [rnb@icnb.pt](mailto:rnb@icnb.pt)

Morada: Reserva Natural das Berlengas, Av. Mariano Calado, 57 - 2520 - 224 Peniche

Fonte: Jornal Público online – Ecosfera ( <http://ecosfera.publico.clix.pt/>)



## Anexo 12

### **Surf: Rip Curl Portugal quer prova em Peniche «todos os anos»**

**O director de marketing da Rip Curl Portugal, Francisco Spínola, manifestou hoje a intenção de manter Peniche e, «especialmente», a praia dos Supertubos «todos os anos no Circuito Mundial ASP de surf.**

«Estamos muito felizes por estar a realizar este evento novamente. Queremos continuar a fazê-lo todos os anos. É muito encorajador ver o quanto os surfistas, os media e o público apreciam o facto de que os melhores surfistas do mundo, masculinos e femininos, venham surfar as ondas do nosso país», afirmou Francisco Spínola, também coordenador do Rip Curl Pro.

Depois de ter integrado o calendário do Circuito Mundial em 2009, através da única licença dinâmica atribuída pela ASP baptizada de «The Search», Peniche vai voltar a receber a «elite» do surf Mundial, de 07 a 18 de Outubro, na oitava etapa da competição, e, novamente, em 2011.

Diário Digital / Lusa

Fonte: Agência Lusa – Diário Digital (<http://www.lusa.pt>)



## Anexo 13

### **“O Hypercluster da Economia do Mar” – texto de Ernâni Lopes publicado no Jornal Expresso – [www.expresso.pt](http://www.expresso.pt) – Junho de 2010**

*“ Na dotação de recursos naturais do espaço económico português, o mar é um dos mais importantes, tem sido um dos menos explorados e é aquele que, previsivelmente, como ficou demonstrado, será um dos que terá desenvolvimento mais relevante, em termos de criação de factores de desenvolvimento e valor na economia portuguesa. Assim, embora o valor económico das actividades ligadas ao mar consideradas na economia portuguesa, sejam, ainda, incipientes e representem cerca de 2% do PIB nacional, empregando directamente cerca de 75 milhares de pessoas, possuem fortes condições competitivas e um potencial elevado de crescimento, no quadro da competição global das economias.”*

*“O turista praticante de actividades náuticas gasta em média entre 80 €/dia, no caso do praticante de desportos tais como surf, windsurf e snorkeling...”*

*“Para além disso, e ao nível dos vários sectores que integram esta componente do Hypercluster da Economia do Mar em Portugal, as principais tendências são as seguintes:*

*- a vela e o surf têm apresentado um elevado crescimento e uma maior procura por parte dos segmentos de elevado nível sócio-económico e estão cada vez mais associados a consumos complementares;*

*- “Náutica de recreio” – experiências relacionadas com a realização de desportos náuticos ou de charter náutico, como forma de lazer e entretenimento; inclui uma grande variedade de desportos: vela, windsurf, surf, mergulho, etc; representa cerca de 85% do total das viagens de náutica, e a “Náutica desportiva” – experiências baseadas em viagens realizadas e cujo objectivo é participar em competições náutico-desportivas; é um mercado muito específico, com as suas próprias regras de funcionamento; representa 15% deste sector.”*

*“O surf é uma das actividades que mais se tem vindo a desenvolver e a ganhar apreciável notoriedade internacional, em especial pela mediatização de algumas “praias” privilegiadas para a sua prática em Portugal, designadamente através da realização de provas do calendário oficial internacional, mas também pelo aparecimento de atletas nacionais que disputam lugares cimeiros a nível da alta competição mundial. Nos últimos anos surgiram diversas escolas/clínicas de surf e está prevista a criação de um conjunto de centros de alto rendimento de surf em várias zonas do nosso litoral. Atendendo a que na costa portuguesa (tanto do Continente como dos arquipélagos dos Açores e da Madeira) existem inúmeros locais apropriados para a prática desta modalidade, que se trata de uma actividade acessível a todos, este poderá ser um dos desportos a desenvolver, designadamente através da certificação de centros de surf e de uma aposta na formação destinada a monitores. Este desporto tem ainda a vantagem de ser praticado em “época baixa”, distribuído por todo o país e com propostas de consumo complementares que aumentam a despesa per capita.”*

Fonte: Lopes, Ernâni, O Hypercluster da Economia do Mar, Jornal Expresso (<http://www.expresso.pt>), 2010